



89 ANOS
DESDE 1932
EDIÇÃO 24.677

Fundador:
José Costa
Presidente:
Adriana Costa Muls

www.diariodocomercio.com.br

Belo Horizonte, terça-feira, 13 de setembro de 2022

R\$ 2,50

Novos marcos regulatórios podem aquecer mineração

Com desburocratização, o PIB do setor deverá dobrar em cinco anos, avalia ministro

A elaboração de novos marcos regulatórios para a mineração e a criação de instrumentos de financiamento para a atividade serão essenciais para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, afirmou ontem o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, durante a abertura da Exposibram 2022. Na sua avaliação, é possível dobrar a participação da mineração no PIB em cinco anos, de 2,4% para 4,8%. O ministro defendeu uma desburocratização da atividade para atrair pesquisas e investimentos. “Hoje, entre começar um processo, pedir um direito até começar a lavar, leva-se 14 anos”, ressaltou.

Com objetivo de aumentar a produção anual de minério de ferro para 30 milhões de toneladas até 2030, a Anglo American vai investir R\$ 6,6 bilhões no sistema Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro. O volume deve ficar entre 22 milhões e 24 milhões de toneladas em 2022. **Pág. 3**



DIVULGAÇÃO/ANGLO AMERICAN

A Anglo American investirá R\$ 6,6 bilhões até 2030 para ampliar a produção de minério de ferro em Minas Gerais



DIVULGAÇÃO/USINAS BRASIL SOLAR

A BRS planeja captação de R\$ 900 milhões para instalação de 38 usinas em Minas, Rio e São Paulo

BRS vai implantar quatro usinas solares em Minas Gerais

De olho no mercado de energia fotovoltaica, a Usinas Brasil Solar (BRS) planeja captar R\$ 400 milhões para implantar 57 MW de projetos, para início de operação em 2023 e 2024. Em uma segunda etapa, em 2023, prevê viabilizar mais 65 MW, totalizando investimentos de R\$ 900 milhões em 38 usinas em Minas, Rio de Janeiro e São Paulo. A empresa vai implantar duas usinas em Ubá, com 1 MW cada, e duas em Rio Novo, de 2,5 MW cada, com aportes de R\$ 6 milhões e R\$ 15 milhões, respectivamente. **Pág. 7**

EDITORIAL

Passado o 7 de setembro, a sensação, certamente para a maioria dos brasileiros, foi de alívio. As fartas insinuações de que a data poderia representar alguma tentativa de ruptura institucional não se confirmaram, mesmo que não tenham sido poucos os abusos daqueles que ajudaram a transformar os festejos dos 200 anos da Independência em palanque para atos de cunho político. Não certamente por acaso, tanto o Supremo Tribunal Federal (STF) quanto o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) voltam a ser atacados, na oportuna e conveniente tentativa de desacreditá-los. Trata-se de procurar fazer crer que eles sim representam o desvio indesejado, como se fossem de sua lavra abusos diante dos quais a temperatura vai aumentando, perigosamente próxima do ponto de ebulição. **“Temperatura em elevação”, pág. 2**

ARTIGOS

Pág. 2

Coroa britânica, inclusão e meio ambiente

(André Naves)

Temas da atualidade

(Cesar Vanucci)

DC retratou agitação da “Década Perdida”



A “Campanha pela Diretas Já” foi o maior movimento popular da história do País

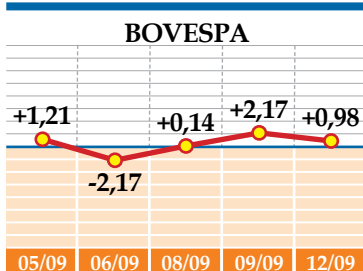
Denominados como a “Década Perdida”, os anos de 1980 foram marcados no Brasil pela dívida externa elevada, crescimento pífio do PIB, inflação estratosférica e aumento da desigualdade social. Por outro lado, o País viveu três momentos históricos: a redemocratização, a promulgação da Constituição de 1988 e a volta de eleições diretas para presidente. Com insatisfação generalizada da sociedade, em 1984 foi desencadeado o maior movimento popular da história do País, conhecido como “Campanha pelas Diretas Já”. Esses são alguns fatos da década de 1980 abordados na sexta reportagem da série “Há 90 anos”, em comemoração ao aniversário do DIÁRIO DO COMÉRCIO. **Págs. 4 e 5**



Dólar - dia 12	
Comercial	
Compra: R\$ 5,0960	Venda: R\$ 5,0970
Turismo	
Compra: R\$ 5,1900	Venda: R\$ 5,3070
Ptax (BC)	
Compra: R\$ 5,1177	Venda: R\$ 5,1183

Euro - dia 12	
Compra: R\$ 5,1817	Venda: R\$ 5,1843
Ouro - dia 12	
Nova York (onça-troy):	US\$ 1.725,13
BM&F (g):	R\$ 285,26

TR (dia 13):	0,0000%
Poupança (dia 13):	0,6818%
IPCA-IBGE (Agosto):	-0,36%
IPCA-Ipead (Agosto):	-1,09%
IGP-M (Agosto):	-0,70%





OPINIÃO

Coroa britânica, inclusão e meio ambiente

ANDRÉ NAVES *

A vida humana é permeada de simbolismos. Esses, por sua vez, podem ser encontrados nas nossas mais diversas experiências. Exemplo disso é a peça teatral shakespeareana “Ricardo III”, em que o protagonista é uma pessoa com deficiência extremamente cruel, sangüinária e cheia de contradições. Com isso, William Shakespeare, mediante o uso cultural e poético das palavras, evidenciou o óbvio: assim como toda pessoa, aquelas com deficiência também são humanas e, portanto, passíveis de todos os vícios de caráter que afligem a sociedade.

Escrita nos fins do século XVI, essa obra, além de tantas outras mensagens, constitui um libelo a favor da Inclusão. Ricardo III, “deformado, não-finalizado”, de acordo com suas próprias palavras, é a marca de que pessoas com deficiência são, antes de tudo, pessoas, com todas as dores e delícias existentes na aventura humana.

O poema teatral shakespeareano é uma mostra de como a Cultura põe a desnudo a essência individual e coletiva, trazendo ensinamentos, antes restritos aos ambientes da técnica, a todas as pessoas de maneira indistinta. Podemos resumir dizendo que a Cultura é uma das mais importantes ferramentas de Inclusão, exatamente pelo seu papel de fazer ressoar mensagens que, apesar de óbvias, teimam em ficar escamoteadas pelos mais influentes atores sociais.

Nesse sentido, como forma de democratizar o acesso aos principais aparelhos culturais e, assim, impulsionar a inclusão social, a monarquia britânica, chefiada pela então Rainha Elizabeth II, mantém

os museus públicos da Grã-Bretanha e promove livre acessibilidade a todos os interessados.

A difusão democrática da Cultura era tão importante para a Rainha que em sua visita ao Brasil, em 1968, ela fez questão de inaugurar o Masp. Na mesma viagem, ela apertou a mão do nosso grande rei, Pelé, e o inspirou na luta incansável pela infância: somente a Educação, coordenada com Esporte, Cultura e Proteção Social, pode eliminar as barreiras estruturais do preconceito e da exclusão.

Com a morte de Elizabeth II, seu filho assumiu o título de Rei Charles III e promete continuar na promoção dos valores da Inclusão, da Cultura e da Infância. No entanto, sabe que para continuar nessa busca, um novo valor deve ser almejado: a sustentabilidade ambiental.

Ainda em suas atividades como príncipe, Charles já vinha indicando que o meio ambiente será um dos temas fundamentais de seu reinado. Ora, para que uma sociedade seja inclusiva, ela deve ser ambientalmente sustentável. É que a chamada emergência climática, causada pela desenfreada exploração humana do patrimônio natural, potencializa as barreiras já existentes, além de determinar outras tantas.

Pessoas marginalizadas, excluídas ou precariamente incluídas normalmente moram nas áreas mais vulneráveis a intempéries e eventos climáticos extremos. Da mesma maneira, as consequências da destruição da natureza acarretam maiores problemas de saúde, além de enfraquecer a atividade econômica. Ora, com a saúde debilitada, não se consegue

inclusão educacional, nem no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, com depressão econômica, vagas de trabalho são eliminadas e aumentam o desemprego, o subemprego e a carestia.

A piora da vida individual majora as pressões coletivas e sociais por soluções imediatas. É por isso que o discurso de ódio, a violência, a prática sectária, o autoritarismo e o populismo crescem em épocas de crise e carestia.

As pressões populistas por parte da população pioram o ambiente de negócios e, como consequência, deprimem ainda mais a atividade econômica. E essa recessão econômica, ao destruir os pilares da proteção social, levanta novos obstáculos à inclusão educacional, dificultando, ainda mais, a liberdade social e a igualdade de oportunidades.

A carestia potencializada pelo populismo e pela exclusão acaba por determinar novas atitudes populistas e maiores barreiras exclusivistas: os preconceitos e os ódios bebem na fonte da crise econômico-social, ao mesmo tempo em que são realimentados por ela.

A monarquia é um símbolo. O novo Rei Charles III tem plena consciência disso, ao mesmo tempo em que sabe que só com a reversão da atual maneira de exploração ambiental será possível a proteção à Infância, que se materializa com Educação, Esporte, Cultura e Proteção Social, determinando a construção de uma sociedade Inclusiva e, acima de tudo, Justa.

**Defensor Público Federal, especialista em Direitos Humanos e Sociais. Escritor, professor e palestrante*

DC

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932

Fundador: José Costa

Presidente do Conselho Gestor

Luiz Carlos Motta Costa

conselho@diariodocomercio.com.br

Presidente e Diretora Editorial

Adriana Muls

adrianamuls@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo e de Mercado

Yvan Muls

diretoria@diariodocomercio.com.br

Conselho Consultivo

Enio Coradi, Tiago Fantini Magalhães e Antonieta Rossi

Conselho Editorial

Adriana Machado - Claudio de Moura Castro
Cristiano Diniz Cunha - Lindolfo Paoliello - Luiz Michalick
Mônica Cordeiro - Teodomiro Diniz

Temperatura em elevação

Passado o 7 de setembro, a sensação, certamente para a maioria dos brasileiros, foi de alívio. As fartas insinuações de que a data poderia representar alguma tentativa de ruptura institucional não se confirmaram, mesmo que não tenham sido poucos os abusos daqueles que ajudaram a transformar os festejos dos 200 anos da Independência em palanque para atos de cunho político. Mesmo que alguns insistam em atribuir às manifestações volume e relevância que não tiveram, como em Brasília onde chegaram a apontar a presença de mais de um milhão de pessoas na Esplanada dos Ministérios, número pelo menos dez vezes maior que o real, ainda assim círculos mais próximos a Jair Bolsonaro prosseguem nas tentativas de intimidar e confundir.

Chegaram ao extremo de propagar que o apoio que imaginam e alegam ter recebido é algo equivalente à antecipação de vitória na eleição de outubro, ao mesmo tempo que reforçaria a “farsa” das pesquisas de opinião, que seriam mentirosas e enganosas.

A questão, no mesmo momento em que analistas independentes afirmam que a soma de votos válidos estaria bem próxima de garantir que a eleição seja decidida ainda no primeiro turno, passaria a se bater ainda mais na tecla de que as urnas eletrônicas não são confiáveis e, portanto, o resultado apontado não pode

ser aceito. Pretexto, na melhor das hipóteses, para justificar a derrota e, na pior, para sua contestação fora das tais “quatro linhas” da Constituição que o presidente candidato à reeleição tanto gosta de mencionar.

Estas, se bem traçadas e devidamente respeitadas, conteriam elementos suficientes para contestação das manifestações comentadas, em que solenidade que deveria ser de Estado, de comemorações de todos os brasileiros foi apropriada e conspurcada. É de todo desnecessário repetir quando e como isso aconteceu ou lembrar que as despesas decorrentes deveriam ser devidamente auditadas, sendo claro que igualmente a legislação eleitoral foi ferida clara e deliberadamente. Ações mais contundentes, em resposta, teriam sido desconsideradas sob pretexto de não acirrar ainda mais os ânimos.

Não certamente por acaso, tanto o Supremo Tribunal Federal (STF) quanto o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) voltam a ser atacados, na oportuna e conveniente tentativa de desacreditá-los. Trata-se de procurar fazer crer que eles sim representam o desvio indesejado, como se fossem de sua lavra abusos diante dos quais a temperatura vai aumentando, perigosamente próxima do ponto de ebulição.

Temas da atualidade

CESAR VANUCCI *

“É irritante quando eles falam, mas não agem.” (Rainha Elizabeth II, em 2021 defendendo a vacina contra Covid)

1) “Comício”

Não há como fingir que nada de grave aconteceu no 7 de setembro. De forma escancarada, ao arrepio da lei eleitoral e flagrante desrespeito ao comportamento exigido de uma autoridade com deveres e prerrogativas que lhe são inerentes, o presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição, valeu-se de ato público solene, do mais elevado simbolismo cívico, para introduzir manifestações eleitoreiras rasteiras. Estabeleceu confusão no espírito de muita gente, fazendo jus à condenação e críticas de majoritária parcela da opinião pública. A liturgia do cargo de primeiro mandatário da Nação rechaça - é o próprio óbvio ululante - demonstrações impróprias e de mau gosto como as que foram vistas nos acontecimentos reportados. O coro de vozes puxado pelo candidato no “comício”, fora de lugar com escalafobética expressão e a grosseira comparação a respeito das ilustres esposas dos “presidenciaíveis” representou um espetáculo deprimente com repercussão negativa em todos os quadrantes do País e até mesmo no exterior. O que ocorreu é indicativo de mais um capítulo da turbulência da campanha eleitoral.

2) Ode à democracia

O “anjo da guarda” de Cristina de Kirchner agiu com presteza, impedindo se consumasse a tragédia perpetrada pelo tresloucado nazifascista, de nacionalidade brasileira, desde 6 anos de idade radicado na Argentina. O atentado contra a ex-presidente e atual vice-presidente da Argentina teve o condão de despertar a consciência cívica da nação portenha, arregimentando forças políticas de todas as tendências, mantendo ao largo ocasionais antagonismos no campo das ideias, em torno dos superiores valores democráticos. Divergências inflamadas foram, sensatamente, deixadas de lado pela gente do povo do país irmão, que se mobilizou, em tudo quanto é tipo de manifestação, passeatas, comícios, entrevistas, para bradar, a plenos pulmões, um sonoro “Não” à tentativa extremista radical de desestabilizar

a ordem democrática vigente. Os argentinos compuseram, nessas demonstrações de ressonância mundial, uma ode à democracia de grande significação num momento em que, em diferentes partes do mundo, fundamentalistas de variados matizes procuram solapar conquistas que conferem dignidade à aventura humana.

3)Rainha Elizabeth

Mais uma figura icônica deixa o cenário internacional para ingressar na História. Aos 96 anos de idade, dos quais 70 dedicados às funções que a celebrizaram, a rainha Elizabeth II, da Grã-Bretanha, conquistou o mundo com seu carisma e irradiante simpatia. Cumpriu, altivamente, a missão institucional que lhe foi passada, como Chefe de Estado da comunidade Britânica das Nações. Seu estilo de atuação, gerando admiração e respeito, concorreu para que, no sentimento popular permanecesse um tanto esquecido o anacronismo do sistema monárquico. Não será nada impossível que esta história de realeza com suas pompas e lanjeoulas, comece agora a ser mais questionada e criticada.

4) “Data Limite”

A ONU enviou os melhores especialistas em energia nuclear para a região da Ucrânia, em que se acha localizada a usina Zaporizhzhia, a maior da Europa. Os peritos constataram que a central referida, colocada sob fogo cerrado de tropas russas e ucranianas, oferece riscos imediatos de uma hecatombe nuclear. Esta tétrica perspectiva nos remete à menção de Chico Xavier sobre a assim chamada “Data Limite”. O famoso sensitivo de Uberaba e Pedro Leopoldo vaticinou que, nestes tempos confusos e coléricos de agora, a humanidade poderia, talvez, se não criasse juízo a tempo, desencadear um conflito nuclear que levaria a uma intervenção no planeta, promovida, segundo suas palavras, por civilizações extraterrenas mais evoluídas tecnológica e espiritualmente. Essa afirmação está documentada em vídeos, como já sublinhamos noutra oportunidade.

**Jornalista (cantoniuss1@yahoo.com.br)*

<div>Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.</div> <div>Av. Américo Vespúcio, 1.660</div> <div>CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456</div>	<div>Telefones</div> <div>Geral: 3469-2000</div> <div>Administração: 3469-2002</div> <div>Redação: 3469-2040</div> <div>Comercial: 3469-2060</div> <div>Circulação: 3469-2071</div> <div>Industrial: 3469-2085</div> <div>Diretoria: 3469-2092</div>	<div>COMERCIAL</div> <div>comercial@diariodocomercio.com.br</div> <div>Diretor de Mercado</div> <div>José Luiz S. M. Borel</div> <div>jose.lui@diariodocomercio.com.br</div> <div>Gerente Industrial</div> <div>Manoel Evandro do Carmo</div> <div>industrial@diariodocomercio.com.br</div> <div>Assinatura</div> <div>Semestral:</div> <div>Belo Horizonte, Região Metropolitana: R\$ 296,00</div> <div>Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento</div> <div>Anual:</div> <div>Belo Horizonte, Região Metropolitana: R\$ 557,00</div> <div>Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento</div>	<div>REPRESENTANTES</div> <div>São Paulo-SP - Alameda dos Maracatins, 508 - 9º andar</div> <div>CEP 04089-001 (11) 2178.8700</div> <div>Rio de Janeiro-RJ - Praça XV de Novembro, 20 - sala 408</div> <div>CEP 20010-010 (21) 3852.1588</div> <div>Brasília-DF - SCN Ed. Liberty Mall - Torre A - sala 617</div> <div>CEP 70712-904 (61) 3327.0170</div> <div>Recife - Rua Helena de Lemos, 330 - salas 01/02</div> <div>CEP 50750-280 (81) 3446.5832</div> <div>Curitiba - Rua Antônio Costa, 529</div> <div>CEP 80820-020 (41) 3339.6142</div> <div>Porto Alegre - Av. Getúlio Vargas, 774 - Cj. 401</div> <div>CEP 90150-02 (51) 3231.5222</div>
<div>REDAÇÃO</div> <div>Editora-Executiva</div> <div>Luciana Montes</div> <div>Editores</div> <div>Alexandre Horácio</div> <div>Rafael Tomaz</div> <div>Clério Fernandes</div> <div>Gabriela Pedroso</div> <div>pauta@diariodocomercio.com.br</div>			<div>Preço do exemplar avulso</div> <div>Exemplar avulso R\$ 2,50</div> <div>Exemplar avulso atrasado R\$ 3,50</div> <div>Exemplar para outros estados R\$ 3,50*</div> <div>(+ valor de postagem)</div>
<div>Filiado à</div> <div>ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS</div>	<div>Assinatura: 3469-2001 - assinaturas@diariodocomercio.com.br</div>		<div>(Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto)</div>

EXPOSIBRAM 2022

Governo defende novos marcos para a mineração

Ministro do MME diz que medida pode dobrar fatia da atividade no PIB em 5 anos

MICHELLE VALVERDE

O estabelecimento de novos marcos regulatórios para a mineração aliado a instrumentos de financiamento para a atividade serão importantes para o desenvolvimento social e econômico do País. Durante o *talk show* “Cenário macroeconômico e político”, que fez parte da solenidade de inauguração da Expo & Congresso Brasileiro de Mineração 2022 (Exposibram 2022), o titular do Ministério de Minas e Energia (MME), Adolfo Sachsida, disse que é preciso avançar nestas questões.

De acordo com Sachsida, são necessários novos marcos para que a atividade seja desburocratizada, desde que respeitando o meio ambiente, tenha maior segurança jurídica e passe a atrair novos investimentos e pesquisas.

“Quando verificamos as grandes diferenças - em relação à mineração - entre Austrália e Canadá na comparação com o Brasil, acredito que as maiores inovações que podemos fazer estão nos nossos marcos legais. São marcos que muitas vezes não estimulam investimentos privados e a pesquisa. Há áreas no Brasil que estão há 30 anos paradas, sem pesquisa. Áreas do tamanho de estados”, explicou.

Ainda segundo o ministro, é necessária a criação de um marco legal que estimule a pesquisa e que torne mais rápido todos os processos relacionados à implantação de projetos minerários, desde



JACKSON ROMANELLI

Discussão sobre o cenário macroeconômico e político abriu a edição deste ano do congresso

que respeitada a questão ambiental.

“Esta é a melhor e maior inovação que podemos fazer pelo setor de mineração. Hoje, entre começar um processo, pedir um direito até começar a lavrar, leva-se 14 anos. Isso é um tremendo problema para o nosso País. Eu tenho atacado muito essa área com a ajuda da Agência Nacional de Mineração (ANM)”.

Com novos marcos e instrumentos de crédito específicos para o setor mineral - como já acontece com o setor agropecuário -, Sachsida afirmou que é possível dobrar a participação da mineração no PIB em 5 anos, passando dos 2,4% atuais para 4,8%. Sachsida explicou ainda que as mudanças

devem ocorrer de forma horizontal, para que um maior número de empresas seja beneficiada, incluindo as médias e pequenas mi-

“O que eu me proponho a fazer à frente do Ministério são aprimoramentos horizontais, melhores marcos jurídicos, mais segurança jurídica, mais previsibilidade”

neradoras, que enfrentam maiores dificuldades em exercer a atividade.

“O que eu me proponho a fazer à frente do Ministé-

rio de Minas e Energia são aprimoramentos horizontais, melhores marcos jurídicos, mais segurança jurídica, mais previsibilidade. Com todo respeito, as grandes empresas conseguem se virar, o problema do Brasil não está nas grandes empresas, estamos com dificuldade das pequenas e médias empresas terem sucesso na mineração. É isso que nós temos que desenvolver, nós temos que criar espaço para a média empresa brasileira ter acesso a bolsa para pequenas empresas brasileiras, *startups* comecem a estar no mercado de mineração também. Investir em marcos legais e criar novos instrumentos financeiros vai dinamizar a inovação”.

Futuro do setor está ligado às práticas ESG

Durante o *talk show* “Cenário macroeconômico e político”, representantes do setor e das empresas de mineração ressaltaram que o futuro da atividade está totalmente ligado ao meio ambiente, ao social e à governança, as práticas ESG. O diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, ressaltou que a Exposibram é o maior encontro do setor mineral da América do Sul e um dos maiores das Américas e que este é um momento capital para o setor e citou que a mineração tem ambições importantes para o futuro.

“Uma das ambições é nos firmar como setor líder na área da sustentabilidade, na área da preservação e na área de respeito à comunidade. Buscando sempre uma licença socioambiental aos que estão no nosso entorno, mais amplamente e também em termos de respeito ao meio ambiente, no momento em que vivemos uma crise climática de dimensões globais”, disse.

Ainda segundo Jungmann, o setor também pretende ser referência em diversidade. “Queremos a participação de todos, a inclusão de todos e todas dentro do setor. Queremos ser líderes do desenvolvimento socioambiental, do desenvolvimento do Brasil, na equidade, na justiça e, obviamente, de um País democrático e que tem um belíssimo rumo pela frente”.

Jungmann, assim como os demais membros do evento, destacou que é

fundamental que o setor cumpra à risca as boas práticas em ESG. O Ibram e as mineradoras associadas estruturam e já assinalam avanços na chamada Agenda ESG da Mineração do Brasil, conjunto robusto de compromissos, metas, indicadores e ações setoriais para tornar esta indústria mais segura, sustentável e responsável com as pessoas e o meio ambiente.

O presidente do Conselho Diretor do Ibram e presidente da Anglo American no Brasil, Wilfred Bruijn, ressaltou no evento que a companhia tem uma presença marcante na economia e na vida das comunidades próximas às operações. Segundo ele, o diálogo com a sociedade e a transparência são fundamentais.

“Desde o primeiro momento que a empresa chega a uma localidade, é importante que ela mantenha um diálogo e, acima de tudo, gere uma relação de confiança com a comunidade. Isso é a base de tudo. A confiança só se desenvolve com nossas ações, atitudes e transparência”.

Bruijn destacou ainda que é importante que as mineradoras estejam de portas abertas para as comunidades. “Não há o que esconder. Devemos mostrar como a atividade mineral se dá, quais as ações que podemos fazer para melhorar a vida das pessoas nessas comunidades de forma genuína, como no campo da educação, no desenvolvimento de negócios ou em outras áreas”, explicou. (MV)

Anglo American vai investir R\$ 1,3 bi no sistema Minas-Rio

MICHELLE VALVERDE

A Anglo American vai investir R\$ 6,6 bilhões para elevar a produção da empresa no Brasil. Em 2022, a estimativa é que o volume fique entre 22 milhões e 24 milhões de toneladas de minério de ferro, montante que, com os aportes, será ampliado para 30 milhões de toneladas. Somente em 2022, serão cerca de R\$ 1,29 bilhão aplicados na continuidade operacional do sistema Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro, no Médio Espinhaço.

O presidente da Anglo American no Brasil, Wil-

fred Bruijn, explica que os investimentos projetados pela empresa têm o objetivo de elevar a produção anual de minério de ferro para 30 milhões ao ano até 2030.

“Nossa expectativa é chegar em 30 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano. A gente tem alguns investimentos em curso, outros concluídos e outros que ainda virão para nos dar a segurança de podermos entregar esse volume de produção”.

Ainda segundo o presidente da companhia no Brasil, a expectativa é de chegar ao volume por volta da virada da década. “Para combinar 2030

com 30 milhões de toneladas de produção. Vamos investir relativamente alto nos próximos cinco anos no Brasil, isso combinado com mais R\$ 2 bilhões de investimentos no níquel, que também faz com que a nossa carteira de investimento seja bastante significativa até 2026”.

Em relação à produção de minério de ferro em 2022, o volume se manterá entre 22 e 24 milhões de toneladas. Pela qualidade superior do produto, o que garante prêmios no pagamento, a queda da cotação do minério de ferro no mundo - hoje com a tonelada avaliada em torno

de US\$ 100 - não impactou de forma negativa a empresa.

“O preço do minério sempre oscila. Com a tonelada a US\$ 100 e um câmbio pouco acima de R\$ 5, continua sendo um preço que nos mantém competitivos no mercado. A qualidade do nosso minério de ferro, devido ao baixo teor de impureza, faz com que nós recebamos um prêmio em relação a esse preço médio, então, o nosso preço faturado é superior ao preço de mercado. Com esse preço, o projeto Minas-Rio é lucrativo”.

Descarbonização - A Anglo American também está inves-

tindo para a descarbonização. De acordo com Bruijn, entre as ações implementadas está a transformação de toda a matriz de energia elétrica em energia renovável. “Todo o nosso suprimento de energia vem de fontes eólicas ou solar”.

Recentemente a Anglo American, em nível global, na África do Sul, desenvolveu um motor a hidrogênio para os caminhões de grande porte.

“Esse caminhão se mexeu do ponto A para o ponto B, que já é uma grande vitória. Mas novos testes precisarão acontecer para que ele possa

ir mais longe e até mesmo definir a questão de como ele será reabastecido”.

O Brasil, dentre as muitas unidades da Anglo American mundial, foi eleito para ser o segundo país a receber caminhões de hidrogênio, uma vez desenvolvidos.

“Ainda não sabemos quando será, mas isso significará que a nossa dependência, por exemplo, de combustível fóssil seria eliminada. O que é um passo além da agenda ESG”.

A companhia também possui uma vasta área de florestas, contribuindo para o maior sequestro de carbono.

CRIAR O FUTURO É FAZER HISTÓRIA

E para construir sua história, você conta com o Sebrae.

Acesse sebrae.com.br/minasgerais e saiba mais.



SEBRAE
50
+
50
anos

Perdas econômicas, ganhos democráticos

Chamados de “a Década Perdida” sob o ponto de vista da economia, anos de 1980 foram de conquistas no campo político

SANDRA CARVALHO,
especial para o DC

Com dívida externa elevada e crescimento pífio do PIB, os anos de 1980 ficaram conhecidos como “a Década Perdida”. Adicione ao quadro inflação estratosférica e aumento da desigualdade social. Foi assim não só no Brasil, mas em praticamente toda a América Latina. Países subdesenvolvidos, acostuma-

“O expressivo crescimento do PIB na década (de 1970) não significou melhora do bem-estar (...). O censo em 1980 mostrou que a riqueza ficou concentrada nas mãos de poucos”

dos a induzir o crescimento com recursos externos, viram a “torneira” fechar e chegar a conta a juros elevadíssimos. O desenvolvimento, aos poucos, abriu o caminho para o neoliberalismo. Do ponto de vista político, ocorreram três fatos históricos no Brasil: a redemocratização, a promulgação da Constituição de 1988 e a volta de eleições diretas para presidente. Esses são alguns aconte-

cimentos da década de 1980 abordados nesta sexta reportagem da série “Há 90 anos”, um presente do DIÁRIO DO COMÉRCIO a leitores e internautas em comemoração aos 90 anos do jornal. Um *podcast* com informações complementares pode ser acessado em www.diariodocomercio.com.br.

Antes de abordar os anos de 1980, é preciso lembrar do cenário herdado da década anterior. Em 1979, o mundo viveu o segundo Choque do Petróleo. O Irã, grande produtor do combustível, limitou a oferta, elevando os preços. “Parte do crescimento do Brasil registrado na década de 1970 foi possível a partir de empréstimos externos. Com o segundo Choque do Petróleo, houve uma elevação das taxas de juros americanas e, consequentemente, dificuldade do Brasil em honrar pagamentos. Isso gerou aumento da dívida externa brasileira no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980”, pontuou o doutor em Demografia e professor da UFMG Mario Marcos Sampaio Rodarte.

Para reduzir o déficit nas transações correntes, o então presidente do Brasil, general João Batista Figueiredo, e seu ministro do Planejamento, Antonio Delfim Netto, apos-



Tancredo se elegeu o primeiro presidente da República civil, em 1985, após 21 anos de ditadura

taram em maxidesvalorizações do cruzeiro, a moeda oficial. “O governo viu como solução provocar uma crise doméstica. Se reduz o nível da atividade interna, há diminuição da importação e uma parte do que é produzido internamente passa a ser exportado”, informou Rodarte. Mesmo assim, o balanço de pagamentos registrou déficits. E, como efeito colateral, a inflação anual, que já era alta, chegou a 99,25% em 1980.

Além de aumento da dívida e da inflação, a terceira herança negativa dos anos de 1970 foi o acirramento

das desigualdades sociais. “O expressivo crescimento do PIB na década de 70 não significou melhora do bem-estar do grosso da população. O censo publicado em 1980 mostrou que a riqueza ficou concentrada nas mãos de poucos”, acrescentou.

Nesse cenário, investimentos em estatais são cortados, juros internos sobem e o investimento privado declina. Em 1981, o Brasil entra numa recessão que perdura até o segundo semestre de 1982. No ano seguinte, o País recorre ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Para conseguir empréstimo, Figueiredo

submete o País a um rígido programa de ajustes econômicos e fiscais. E, em 1984, a inflação anual chega a 164%. O cenário econômico caótico apontava para a derrocada do regime militar.

Diretas Já - Com insatisfação generalizada, em 1984 é desencadeado o maior movimento popular da história do País, conhecido como “Campanha pelas Diretas Já”. Milhões de brasileiros vão às ruas em várias capitais pelo direito de escolher o presidente pelo voto direto. “O movimento veio acompanhado de uma esperança de fim da inflação,

retorno do crescimento e da tão sonhada redistribuição de renda”, relatou a doutora em História Econômica Tânia Maria Ferreira de Souza, professora da PUC-Minas.

O ápice do movimento deu-se às vésperas da votação da emenda constitucional Dante de Oliveira, a “Emenda das Diretas”. “Para frustração de todos, a emenda não foi aprovada por falta de quórum. A solução política para a transição do regime militar para o democrático veio por eleições indiretas do colégio eleitoral. Dessa forma, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves (PMDB) se elegeu o primeiro presidente da República civil após 21 anos de ditadura, prometendo redemocratizar o País”.

Porém, na véspera da posse, dia 14 de março de 1985, Tancredo foi internado em estado grave. O vice, José Sarney (PMDB), tomou posse como presidente. Foi noticiado que Tancredo sofria de diverticulite, uma inflamação no intestino. Porém, ele passou por cirurgias e morreu de infecção generalizada no dia 21 de abril. Anos mais tarde, médicos confirmaram em livro que Tancredo, na verdade, tinha câncer. A morte do presidente eleito, exatamente no Dia de Tiradentes, deixou o País consternado.

Planos do Sarney, Constituição de 1988 e eleições diretas

O governo de José Sarney ficou marcado por vários planos econômicos que tinham como objetivo principal conter a inflação. Quando Sarney assumiu a Presidência, em 1985, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) estava na casa dos 210% ao ano. Ao longo da gestão, foram lançados três planos econômicos: o Cruzado, o Bresser e o Plano Verão.

Os planos eram sempre baseados na natureza da inflação, ora inercial ora de demanda, conforme explicou o também doutor em História Econômica Marcelo Magalhães Godoy. “Todos eles têm um êxito inicial no que se refere à redução das taxas. Porém, logo depois, a inflação retorna com tendências de agravamento em relação ao ponto inicial”. A inflação de 1989, o último ano de Sarney, foi de 1.972,91%.

Para se ter uma ideia do tamanho da crise do País, em 1987, Sarney declarou moratória e suspendeu temporariamente o pagamento dos juros da dívida, o que só fez agravar o problema. Anos mais tarde, ele admitiu em entrevista que aquilo foi um erro.

Outro dado importante e que destoava do cenário negativo da economia nos anos de 1980 está relacionado ao nível de emprego. “O fato de a moeda perder seu valor fazia com que as pessoas gastassem seu dinheiro de uma forma muito rápida. Isso gerou uma manutenção do nível de emprego e fez com que a década de 1980 tivesse sinais contrários. Se por um lado cresceu pouco, por outro, essa busca em comprar as coisas antes que os preços aumentassem fez com que a economia ficasse aquecida. O Brasil começa a década com desemprego

alto e termina próximo ao pleno emprego, mas com uma inflação muito elevada”, observou o doutor em Demografia Mário Rodarte.

Carta Magna - Para avançar no processo de democratização, o País precisava ter uma nova constituição, elaborada com a participação popular. Com esse objetivo, a Assembleia Nacional Constituinte foi instaurada em 1987 e presidida pelo deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Após amplo debate, a Constituição Brasileira foi promulgada em 1988.

“A Constituição é um marco da emergência de uma série de políticas sociais e universalização de serviços públicos. O melhor exemplo é sempre o sistema de saúde pública, que efetivamente promove a universalização e se constituiu no mais importante mecanismo de transferência de renda da nossa história (...). Mas também iremos encontrar outros institutos da Constituição que nunca foram implantados devido à resistência de alguns setores dominantes”, observou Godoy.

Para o professor, o adiamento de mais de 20 anos para a implantação de uma constituição democrática trouxe prejuízos à sua plena implementação. “Quando temos a Constituição e as reformas que ela implicava, já temos outro modelo econômico, outras condições externas e uma correlação de forças bastante diferente da que tínhamos na década de 1960, quando João Goulart propõe reformas sociais. Isso irá resultar na disputa que temos até hoje entre um Estado social, referido na Constituição, e um Estado mínimo, referido no modelo neoliberal”.

Eleições - A principal determinação da nova Consti-

tuição naquele período foi a realização de eleições diretas. Dessa forma, depois de 29 anos, o povo brasileiro, enfim, foi às urnas escolher o presidente da República. Fernando Collor (PRN), ex-governador de Alagoas, se elegeu em 1989 na chapa que tinha como vice o mineiro Itamar Franco. Com a promessa de “caçar marajás” e de abertura da economia brasileira, ele vence a corrida ao Palácio do Planalto com 53% dos votos válidos.

“Podemos dizer que a década de 1980 é um período de transição entre o modelo desenvolvimentista, que havia vigorado até ali, e o modelo neoliberal, que será mais dominante nos anos de 1990 a partir do governo Collor”, completou Godoy. (SC)



José Sarney assumiu a Presidência da República com o IPCA na casa dos 210% ao ano

Minas Gerais “reprimariza-se” no período

A situação de Minas Gerais na década de 1980 é semelhante à do Brasil. Segundo o doutor em História Econômica Marcelo Godoy, a economia terá crescimento pífio no período, com uma estrutura produtiva estagnada e agravamento de problemas sociais.

“Há uma conversão de uma economia que, nas décadas de 1960 e 1970, inclinava-se a se diversificar e ganhar complexidade, principalmente com a instalação da Fiat, para uma economia que, nos anos de 1980, reprimariza-se e se concentra na produção de bens primários, em larga medida *in natura*, como é o caso do café e do minério de ferro”.

A transição do modelo desenvolvimentista (Estado planejando e induzindo o desenvolvimento) para o modelo neoliberal (intervenção mínima do Estado) fica marcada em Minas. “Ocorre um esvaziamento progressivo dos aparelhos voltados à promoção do desenvolvimento regional. É processual. Não fará mais sentido a existência dessas instituições. Esse esvaziamento se dá por subfinanciamento, retirada de prerrogativas e finalização de ins-

tuições pela inadequação ao novo modelo”.

BH e região - A Região Metropolitana de Belo Horizonte enfrenta problemas no setor de serviços ao longo dos anos de 1980. De acordo com a doutora em História Econômica Tânia Souza, se nos anos de 1970 a localização estratégica de Minas Gerais entre São Paulo e Rio de Janeiro beneficiou o crescimento da economia mineira com a vinda de indústrias, nos anos de 1980 essa característica geográfica atrapalhou o setor de serviços.

“A proximidade com São Paulo e Rio, praças mais avançadas em serviços, revela-se um dificultador à expansão da Grande BH como centro financeiro, comercial e de serviços. Um bom exemplo é o pequeno volume de tráfego aéreo, cargas e voos internacionais, ainda hoje”, observou Tânia.

Apesar disso, a Capital passa por algumas transformações nos anos de 1980. São inaugurados importantes espaços públicos como a praça do Papa – após a vinda do papa João Paulo II a BH, em 1980 -, o parque das Mangabeiras e o estádio do Mineirão.

Em relação ao comércio, o historiador, doutor em Ciências Sociais e professor da PUC-Minas Marcelo Cedro destaca alguns movimentos na década. “A saturação da área central direciona a centralidade urbana para a área da Savassi (...). Com a inauguração do primeiro *shopping* (BH Shopping), em 1979, começa já nos anos de 1980 - e isso será mais forte nos anos de 1990 - uma tendência de que o comércio de rua e os serviços se reorientassem para os *shoppings*. Também é o período de inaugurações de hipermercados na Capital”, informou.

Segundo Cedro, os movimentos sociais se ampliaram com demandas por melhorias em saúde, saneamento, transporte e meio ambiente. “O movimento pelas Diretas Já ganhou corpo em fevereiro de 1984 e levou mais de 200 mil pessoas à praça da Rodoviária”.

Em relação ao transporte público, o destaque da década é a inauguração, em 1986, da linha 1 do metrô de BH – a única existente até hoje. “Também ocorre a saturação do aeroporto da Pampulha e a construção do aeroporto de Confins”, acrescentou Cedro. (SC)

DC noticia esperança, crise e transição

Editoriais e reportagens da década de 1980 detalham impactos das transformações políticas e econômicas do País

SANDRA CARVALHO,
especial para o DC

Apesar de noticiar de forma sempre esperançosa todos os passos para a redemocratização do País nos anos de 1980, o DIÁRIO DO COMÉRCIO também mostrou detalhes de toda a crise econômica que marcou a chamada “Década Perdida”. Em reportagens e editoriais do jornal, fica nítido que a economia brasileira passava por um período de transição do desenvolvimentismo para o neoliberalismo. Também é nesse período que o DC mais uma vez é pioneiro e completa a informatização de todo o sistema de produção – desde a redação até a impressão.

As informações a seguir foram obtidas no livro “José Costa: Parceiro do Futuro” - de autoria de Lígia Maria Pereira, Maria Auxiliadora de Faria e Nair Costa Muls, lançado em 2007 pela Rona Editora – e também em entrevistas com o atual presidente do Conselho Gestor do jornal, Luiz Carlos Motta Costa, diretor de redação no período.

E como os anos de 1980 começam e terminam com o País em crise econômica, muitos foram os destaques sobre a situação no DC. Uma reportagem publicada em 7 de dezembro de 1982, por exemplo, tratava sobre o corte de despesas nas siderúrgicas estatais, afetadas pela queda dos investimentos no setor industrial. Nessa mesma edição, o jornal criticava o governo quanto a rumores de que o País recorreria ao socorro do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que de fato ocorreu no ano seguinte. Em vários editoriais nessa época, o DIÁRIO DO COMÉRCIO alertou sobre consequências dos rígidos ajustes fiscais impostos pelo fundo para a liberação de crédito.

Diante da tendência crescente de contestação do papel do Estado na economia e da supervalorização da iniciativa privada na condução dos processos, o editorialista Osório da Rocha Diniz também alertava para uma possível desnacionalização das principais atividades econômicas do País, principalmente no setor industrial.

A defesa da livre iniciativa do empresariado mineiro e uma intervenção mínima do Estado na economia também pode ser vista na edição do dia 4 de março de 1983, quando foram divulgados resultados do encontro de 15 associações e federações do comércio do Brasil na sede da Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas). Os empresários criticaram a inércia do governo diante da crise e a “excessiva centralização das decisões na área econômica, em descompasso com o processo de abertura política”.

E foi no ano de 1983 que Osório da Rocha Diniz publi-

cou seu último editorial. Ele faleceu dois meses depois, aos 79 anos, finalizando uma parceria de sucesso de cinco décadas com o jornal. O último texto, na edição de 15 de abril, afirmava que o Brasil precisava de indústrias e que as mais urgentes eram aquelas que

A defesa da livre iniciativa do empresariado mineiro e uma intervenção mínima do Estado na economia também pode ser vista na edição do dia 4 de março de 1983 (...).

respondessem às necessidades econômicas do País e à segurança nacional. Ele relacionou diversos setores.

Redemocratização e planos - O jornal sempre se posicionou em favor da abertura política, passan-

do pela ampla cobertura da campanha “Diretas Já!” em todo o País e, principalmente, em Belo Horizonte, e a eleição indireta de Tancredo Neves. O editorial do dia 28 de abril de 1984 mostrou decepção pelo fato de a Emenda Dante Oliveira, a Emenda das Diretas, não

ter sido aprovada. A vitória de Tancredo foi claramente comemorada, assim como sua doença e morte logo em seguida foram profundamente lamentadas.

O governo Sarney e seus sucessivos planos econômicos – Cruzado, Bresser

e Verão – foram noticiados em detalhes pelo jornal, com informações dos seus impactos nos setores empresariais e produtivos.

Todas as medidas em direção à abertura econômica também ganharam as páginas como na edição de 1º de outubro de 1985, que informou sobre a desestatização das empresas do grupo Siderbras.

Outro destaque da década foi a comemoração dos dez anos de operação da montadora Fiat, em Betim, na edição de 9 de julho de 1986. A matéria apontava a importância da montadora para a diversificação econômica do Estado e relembrava a campanha que o jornal fez para que a indústria se instalasse em Minas.

A instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, também foi apontada em editoriais como uma grande vitória da nação.



Instalação da Constituinte, em 1987, foi apontada em editoriais

Nas palavras de José Costa, o fundador do jornal, foi uma “materialização de um sonho longamente acalentado pelos brasileiros (...). A nação se reencontra solidária para redesenhar seu futuro. E nessa empreitada o Brasil

deposita as suas melhores esperanças” – fecha aspas. O jornal noticiou de forma detalhada e analítica pontos da Constituição de 1988 relacionados diretamente às empresas e ao setor produtivo.

Posse de Tancredo: uma bela capa que não saiu

Mesmo que por votação indireta, a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República simbolizava esperança, pois era o primeiro civil a ocupar o cargo após 21 anos de ditadura militar. “Era um sentimento de que aquele tempo de inflação alta e economia estagnada e todas as durezas do regime militar passariam. O sentimento era de otimismo”, contou o presidente do Conselho Gestor do jornal, Luiz Carlos Motta Costa, diretor de redação no

DIÁRIO DO COMÉRCIO nos anos de 1980.

Segundo Luiz Carlos, uma bela capa, cuidadosamente diagramada, que demonstrava o sentimento de esperança que a nação vivia, foi preparada com esmero pela equipe na véspera da posse de Tancredo, para a edição que circularia no dia 15 de março. “Preparamos a edição. Normalmente era em preto e branco, pois para colocar um colorido era sempre uma ‘proeza’. (...)”

Mas, na capa, colocamos bem no alto o símbolo do Tancredo, que eram dois traços em verde e amarelo. Deixamos tudo organizado e definido relativamente cedo. Eu fui embora. Estava cansado e ainda tinha um jantar. Mas estava ansioso para ver aquela edição no dia seguinte”, relatou.

Após o jantar, Luiz Carlos seguiu para sua residência. “Não liguei o rádio do carro, coisa que sempre faço no automático e também não li-

guei a TV ao chegar em casa. Tratei logo de dormir, pois o dia da posse certamente seria de muito trabalho. No outro dia, na recepção da sede na rua Padre Rolim, tomei um susto ao ver que a capa que preparamos não tinha saído. Antes mesmo de ler o conteúdo e entender o que aconteceu, eu parei por alguns segundos e a única coisa que passava pela minha cabeça ao ver a manchete foi: houve golpe. Isso porque o Figueiredo

havia dito dias antes que o Tancredo não tomaria posse”.

Porém, como mostrava a edição, não era golpe. Tancredo havia sido hospitalizado em estado grave na noite anterior e a cerimônia de posse foi cancelada. O fato é que essa notícia veio bem tarde da noite e o chefe da redação na época, o Lester Moreira, obviamente, mudou a capa, atualizando a informação. Mas é uma edição que eu nunca esqueço”. (SC)

Editorial vira carta da Fiemg a José Sarney

Em 11 de novembro de 1986, o jornal ressaltava em editorial que estava definido o novo modelo industrial brasileiro, no qual estava prevista uma taxa de crescimento industrial de 7,7% ao ano e cabia ao setor privado liderar a nova etapa da industrialização no País, frisando que os capitais externos seriam bem-vindos, desde que transferissem tecnologia. O texto também apontava para a necessidade de regras claras e a criação de condições para o crescimento da indústria local.

“E a primeira delas diz respeito exatamente aos mecanismos capazes de estimular os investimentos produtivos. (...) Desviar a poupança nacional da especulação para a

produção será efetivamente o primeiro passo para que se possa fixar as bases de um modelo de desenvolvimento industrial autônomo (...). Um segundo ponto diz respeito às regras de convivência com os capitais externos. Eles serão bem-vindos à medida que representados por capitais de risco, que estejam preferencialmente associados a capitais locais que permitam o aporte de novas tecnologias”.

O texto representou tão bem o pensamento do setor produtivo em Minas que foi encaminhado pela diretoria-executiva da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) ao presidente da República da época, José Sarney.

Na correspondência de encaminhamento do editorial, a federação dizia que as ideias estampadas ali retratavam o pensamento dos industriais de Minas Gerais, “que não escondem o inconformismo em relação a certos procedimentos observados na área federal, que indicam uma política predeterminada de fazer crescer a hegemonia de um Estado sobre os demais no que toca às áreas decisórias das atividades econômicas”.

Prêmio Minas Exporta - Além de ser porta-voz do empresariado mineiro, o DIÁRIO DO COMÉRCIO também buscou estimular os setores em momentos de crise econômica. Uma dessas

iniciativas veio em 1983. O prêmio “Minas Exporta”, realizado em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), buscou congratular empresas que se destacavam no comércio exterior.

Ao propor a parceria, a ideia da FDC era estimular as companhias a aperfeiçoar as operações para vendas externas. O jornal dava ampla cobertura ao prêmio anual. Na edição de 27 de maio de 1988, a solenidade de entrega da premiação foi prestigiada pelo então ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Na ocasião, em discurso, José Costa ressaltou o crescimento das exportações em Minas e atribuiu o resultado a um enorme esforço nacional e,

particularmente, ao ministro, pela sua agilização nas negociações externas.

“Era preciso simplificar as rotinas de importação e de exportação. Era preciso desburocratizar e eliminar entraves, num processo de desregulamentação que há de produzir bons frutos. Na economia brasileira, há excesso de presença governamental. Deem liberdade à iniciativa privada e ela fará sua parte, conduzindo o Brasil ao seu destino de grande nação”, disse Costa em discurso.

O prêmio Minas Exporta começou a ser atribuído em 1983 e até 1993 contou com a participação do jornalista José Costa em todas as etapas de premiação. (SC)

Nova sede e conclusão do processo de informatização

Em relação à estrutura física e de trabalho do DIÁRIO DO COMÉRCIO na década de 1980, os grandes destaques são a mudança para a atual sede, na avenida Américo Vespúcio, ocorrida em 1988, e a aquisição de equipamentos para operar o *software* Atex. Dessa forma, as duas coisas

se deram na mesma época, segundo o presidente do Conselho Gestor do Jornal, Luiz Carlos Motta Costa.

“O prédio da rua Padre Rolim ficou pequeno. A mudança de sede se tornou necessária por vários motivos, entre eles, o fato de que editávamos dois jornais, o DC e o Jornal de Casa.

E eram dois jornais com suas respectivas redações. Além disso, a empresa já estava suficientemente organizada com vários setores e um setor industrial/gráfico completo”, informou Luiz Carlos.

A escolha do local foi estratégica. “Precisávamos de um lugar com acesso fácil

ao aeroporto da Pampulha, por onde chegavam muitos materiais publicitários”.

Já a aquisição do Atex, segundo Luiz Carlos, completou a informatização em todos os processos produtivos do jornal, da redação à gráfica. “Foi o primeiro sistema completo operado a partir da redação.

O texto era preparado pelo repórter, passava pelo editor e ia direto para a página para a qual estava programado. O Atex processava imagens, integrando a parte do texto e a parte da edição até o resultado final, que já era o fotolito da página completa”, informou. (SC)

6º EPISÓDIO.

HÁ 90 ANOS.

Década de 1980.

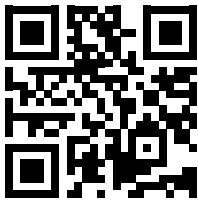
Entenda o passado para transformar o futuro.

Acesse: <https://diariodo.co/90anos> e ouça agora.



90 ANOS

DIÁRIO DO COMÉRCIO



PATROCÍNIO:



ArcelorMittal

MRV & CO

PETRÓLEO E GÁS

Petrobras “turbina” dado sobre investimentos

Companhia estatal responde por boa parte dos aportes previstos pelo governo em projetos de infraestrutura

Brasília - Celebrados pela equipe econômica como sinal de força do setor privado, números referentes aos compromissos de investimentos em projetos de infraestrutura no Brasil por meio de concessões organizadas pela gestão Jair Bolsonaro (PL) foram turbinados pela Petrobras, estatal controlada pelo governo federal, dono de 50,26% das ações ordinárias da companhia. Levantamento interno do Ministério da Economia mostra que mais da metade da promessa de investimentos no País nos próximos dez anos foi feita pelo setor de óleo e gás, que tem presença maciça da Petrobras.

Dos R\$ 925 bilhões em investimentos previstos em todas as áreas, aproximadamente R\$ 487 bilhões são referentes ao setor de petróleo – 52,7% do

total. Os dados, compilados do Monitor de Investimentos do Ministério da Economia, foram confirmados por duas fontes da pasta sob condição de anonimato por conta do período de defeso eleitoral no governo. Duas operações em especial têm valores vultosos, respondendo pela maior parte dos R\$ 487 bilhões em investimentos prometidos pelo setor: o bloco de Búzios, de 230 bilhões, que tem 90% de participação da Petrobras; e a sexta rodada de licitações sob o regime de partilha de produção no pré-sal, de R\$ 146 bilhões, com 80% de participação da estatal.

Segundo uma das fontes, o setor de petróleo é historicamente expressivo na fatia de investimentos privados no País. Nos anos recentes, essas despesas têm se concentrado nos empreendimentos de ex-

ploração do pré-sal.

Procurado pela Reuters, o Ministério da Economia disse que os dados se referem aos valores de investimentos dos contratos estruturados e autorizados pelo governo federal, incluindo concessões, parcerias público-privadas (PPPs) e arrendamentos, entre outros. A pasta justificou a presença da Petrobras no levantamento. “Se considerássemos a participação da Petrobras como investimento público estaríamos desalinhados com as estatísticas fiscais, produzidas por Tesouro Nacional e Banco Central, que não consideram a estatal dentro dos conceitos de governo geral e setor público não-financeiro”, disse.

A Petrobras afirmou que investe com responsabilidade, alocando recursos em “projetos com pleno potencial de gerar valor” e contribuições para seus públicos de interesse. Segundo a estatal, o plano

para os próximos cinco anos prevê investimentos de US\$ 68 bilhões (R\$ 356 bilhões), “confirmando a companhia como uma das maiores investidoras do país”. Embora seja controlada pelo governo, a Petrobras é listada em bolsa, tem códigos de governança e segue políticas de mercado, o que a levou a ser alvo de críticas do presidente Jair Bolsonaro, que forçou trocas no comando da companhia ao longo da atual gestão. As reclamações normalmente focavam no nível de lucro da estatal e na política de preços de combustíveis.

Outro setores - A lista das maiores fatias de investimentos prometidos para o País segue com as ferrovias, em um montante de R\$ 159 bilhões em dez anos (17,2% do total) e energia elétrica, com R\$ 98 bilhões (10,6%). Há ainda compromissos de investimentos de R\$ 52 bilhões em rodovias

(5,6%), R\$ 43 bilhões em água e saneamento (4,6%) e R\$ 42 bilhões em telecomunicações (4,5%). Outras áreas somam cerca de R\$ 44 bilhões (4,8%). Os dados consideram todos os projetos contratados ou leiloados com participação do governo federal, incluindo algumas licitações estaduais que tenham sido estruturadas pela União. Os números não abarcam concessões exclusivamente estaduais ou municipais. Uma das fontes explicou ainda que os números dizem respeito ao compromisso de investimento inicial estabelecido em contrato para a construção dos ativos, não incluindo os investimentos relacionados ao funcionamento do empreendimento ou reposição de ativos.

Mudança de eixo - A equipe econômica do atual governo prega uma mudança de eixo nos investimentos no País, em meio ao esgotamento da capa-

cidade de despesa da máquina pública, incentivando o setor privado a ampliar presença em projetos de infraestrutura.

O posicionamento contrasta com a visão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera as pesquisas de intenção de voto para as eleições de outubro. A equipe do petista defende uma retomada da capacidade do investimento público como forma de estimular a economia, justificando que a medida também impulsionaria o setor privado.

O número total de investimentos por empresas vem sendo usado rotineiramente em eventos públicos pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como forma de ilustrar essa guinada do setor privado. Ele justifica que o novo cenário foi viabilizado pelas alterações em marcos legais de infraestrutura, com medidas propostas e aprovadas no atual governo. (Reuters)

DELTA 3 IV ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 23.598.842/0001-92 - NIRE 31.300.113.03-5

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 10h30, na sede social da Delta 3 IV Energia S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A.

3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO: Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar o resgate de ações preferências mediante redução do capital social; (ii) aprovar a alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1. Aprovar resgate de 1.215.973 (um milhão, duzentas e quinze mil, noventa e setenta e três) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, mediante a redução de R\$ 1.796.179,03 (um milhão, seiscientos e noventa e seis mil, cento e setenta e nove reais e três centavos) do capital social, considerando o valor de R\$ 1,47715371147221 por ação preferencial resgatada. 6.1.1. Em decorrência do referido resgate, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 79.168.101,17 (setenta e nove milhões, cento e sessenta e oito mil, cento e um reais e dezesseis centavos), passará a ser de R\$ 77.371.922,14 (setenta e sete milhões, trezentos e setenta e um mil, novecentos e vinte e dois reais e quatorze centavos), dividido em 56.582.949 (cinquenta e seis milhões, quinhentas e duas mil, novecentas e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 5.879.241 (cinco milhões, oitocentas e setenta e nove mil, duzentas e quarenta e uma) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2. Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do Artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 77.371.922,14 (setenta e sete milhões, trezentos e setenta e um mil, novecentos e vinte e dois reais e quatorze centavos), dividido em 56.582.949 (cinquenta e seis milhões, quinhentas e duas mil, novecentas e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 5.879.241 (cinco milhões, oitocentas e setenta e nove mil, duzentas e quarenta e uma) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** Omega Energia e Implantação 2 S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

PARQUE EÓLICO DIAMANTE II S.A.
CNPJ/MF nº 21.544.216/0001-98 - NIRE 31.300.130.15-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 11h30, na sede social da Parque Eólico Diamante II S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A.

3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO: Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) redução do capital social da Companhia nos termos do artigo 173 da Lei das S.A.; (ii) alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1. Aprovar a redução ao capital social da Companhia, no total de R\$ 1.034.688,61 (um milhão, trinta e quatro mil, seiscientos e oitenta e oito reais e sessenta e um centavos), sem o cancelamento de ações, mediante restituição deste montante aos seus acionistas, uma vez que a administração da Companhia entende ser o atual capital social excessivo aos seus objetivos sociais, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A. 6.1.1. Em decorrência da referida redução, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 35.543.321,48 (trinta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e três mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e oito centavos), passará a ser de R\$ 34.508.632,87 (trinta e quatro milhões, quinhentos e oito mil, seiscientos e trinta e dois reais e quatro centavos), dividido em 39.191.042 (trinta e nove milhões, cento e noventa e quatro mil e quarenta e dois) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2. Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 34.508.632,87 (trinta e quatro milhões, quinhentos e oito mil, seiscientos e trinta e dois reais e quatro centavos), dividido em 39.191.042 (trinta e nove milhões, cento e noventa e quatro mil e quarenta e dois) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** CEA II – Centrais Elétricas Assunção II SPE S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

DELTA 3 VII ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 23.598.844/0001-81 - NIRE 31.300.113.04-3

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 11h30, na sede social da Delta 3 VII Energia S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A.

3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO: Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar o resgate de ações preferências mediante redução do capital social; (ii) aprovar a alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1. Aprovar resgate de 1.709.862 (um milhão, setecentas e nove mil, oitocentas e sessenta e duas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, mediante a redução de R\$ 1.866.090,22 (um milhão, oitocentos e sessenta e seis mil, noventa reais e vinte e dois centavos) do capital social, considerando o valor de R\$ 1,09136890579474 por ação preferencial resgatada. 6.1.1. Em decorrência do referido resgate, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 88.630.639,59 (oitenta e oito milhões, seiscientos e trinta e um mil, seiscientos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), passará a ser de R\$ 86.764.549,37 (oitenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos), dividido em 74.336.627 (setenta e quatro milhões, trezentas e trinta e seis mil, seiscentas e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 15.420.955 (quinze milhões, quatrocentos e vinte mil, novecentas e cinquenta e cinco) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2. Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do Artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 86.764.549,37 (oitenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos), dividido em 74.336.627 (setenta e quatro milhões, trezentas e trinta e seis mil, seiscentas e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 15.420.955 (quinze milhões, quatrocentos e vinte mil, novecentas e cinquenta e cinco) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** Omega Energia e Implantação 2 S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

DELTA 3 I ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 23.598.517/0001-20 - NIRE 31.300.113.00-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 9h, na sede social da Delta 3 I Energia S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A.

3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO: Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar o resgate de ações preferências mediante redução do capital social; (ii) aprovar a alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1. Aprovar resgate de 1.352.933 (um milhão, trezentas e cinquenta e duas mil, novecentas e trinta e três) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, mediante a redução de R\$ 1.637.534,42 (um milhão, seiscientos e trinta e sete mil, quinhentos e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos) do capital social, considerando o valor de R\$ 1,21035884075560 por ação preferencial resgatada. 6.1.1. Em decorrência do referido resgate, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 77.723.725,36 (setenta e sete milhões, duzentos e vinte e três mil, setecentos e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos), passará a ser de R\$ 75.586.190,94 (setenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, cento e noventa reais e noventa e quatro centavos), dividido em 55.006.081 (cinquenta e cinco milhões, seis mil e oitenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 11.501.894 (onze milhões, quinhentas e uma mil, oitocentas e noventa e quatro) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** Omega Energia e Implantação 2 S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

DELTA 3 VIII ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 15.190.472/0001-21 - NIRE 31.300.140.16-4

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 12h30, na sede social da Delta 3 VIII Energia S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A.

3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO: Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar o resgate de ações preferências mediante redução do capital social; (ii) aprovar a alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1. Aprovar resgate de 1.423.179 (um milhão, quatrocentos e vinte e três mil, cento e setenta e nove) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, mediante a redução de R\$ 1.645.601,10 (um milhão, seiscientos e quarenta e cinco mil, seiscientos e um reais e dez centavos) do capital social, considerando o valor de R\$ 1,15628540050127 por ação preferencial resgatada. 6.1.1. Em decorrência do referido resgate, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 59.354.543,21 (cinquenta e nove milhões, trezentas e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e vinte e um centavos), passará a ser de R\$ 57.708.942,11 (cinquenta e sete milhões, seiscientos e oito mil, novecentos e quarenta e dois reais e onze centavos), dividido em 46.662.695 (quarenta e seis milhões, seiscentas e sessenta e duas mil, seiscentas e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 15.674.319 (quinze milhões, seiscentas e setenta e quatro mil, trezentas e dezenove) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2. Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do Artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 57.708.942,11 (cinquenta e sete milhões, seiscientos e oito mil, novecentos e quarenta e dois reais e onze centavos), dividido em 46.662.695 (quarenta e seis milhões, seiscentas e sessenta e duas mil, seiscentas e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 15.674.319 (quinze milhões, seiscentas e setenta e quatro mil, trezentas e dezenove) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** Omega Energia e Implantação 2 S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

DELTA 3 V ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 23.598.829/0001-33 - NIRE 31.300.113.01-9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 11h, na sede social da Delta 3 V Energia S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A.

3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO: Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar o resgate de ações preferências mediante redução do capital social; (ii) aprovar a alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1. Aprovar resgate de 1.422.875 (um milhão, quatrocentos e vinte e três mil, oitocentas e setenta e cinco) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, mediante a redução de R\$ 1.715.312,28 (um milhão, setecentos e quinze mil, quinhentos e doze reais e vinte e oito centavos) do capital social, considerando o valor de R\$ 1,20556618993236 por ação preferencial resgatada. 6.1.1. Em decorrência do referido resgate, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 64.562.439,36 (sessenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos), passará a ser de R\$ 62.846.927,08 (sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, novecentos e vinte e sete reais e oito centavos), dividido em 51.476.922 (cinquenta e um milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, novecentas e vinte e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 12.616.367 (doze milhões, seiscentas e dezesseis mil, trezentas e sessenta e sete) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2. Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do Artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 62.846.927,08 (sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, novecentos e vinte e sete reais e oito centavos), dividido em 51.476.922 (cinquenta e um milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, novecentas e vinte e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 12.616.367 (doze milhões, seiscentas e dezesseis mil, trezentas e sessenta e sete) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** Omega Energia e Implantação 2 S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

DELTA 3 II ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 23.598.858/0001-03 - NIRE 31.300.113.06-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 9h30, na sede social da Delta 3 II Energia S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A.

3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO: Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar o resgate de ações preferências mediante redução do capital social; (ii) aprovar a alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1. Aprovar resgate de 1.154.094 (um milhão, cento e cinquenta e quatro mil e noventa e quatro) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, mediante a redução de R\$ 1.499.056,50 (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, cinquenta e seis reais e cinquenta centavos) do capital social, considerando o valor de R\$ 1,29890329557211 por ação preferencial resgatada. 6.1.1. Em decorrência do referido resgate, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 58.280.627,60 (cinquenta e oito milhões, duzentos e oitenta mil, seiscientos e vinte e sete reais e sessenta centavos), passará a ser de R\$ 56.781.571,10 (cinquenta e seis milhões, setecentos e oitenta e um mil, quinhentos e setenta e um reais e dez centavos), dividido em 45.298.173 (quarenta e cinco milhões, duzentas e noventa e oito mil, cento e setenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 1.250.187 (treze milhões, duzentas e cinquenta mil, cento e oitenta e sete) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2. Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do Artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 56.781.571,10 (cinquenta e seis milhões, setecentos e oitenta e um mil, quinhentos e setenta e um reais e dez centavos), dividido em 45.298.173 (quarenta e cinco milhões, duzentas e noventa e oito mil, cento e setenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 1.250.187 (treze milhões, duzentas e cinquenta mil, cento e oitenta e sete) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** Omega Energia e Implantação 2 S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

DELTA 3 VI ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 23.598.831/0001-02 - NIRE 31.300.113.02-7

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 11h30, na sede social da Delta 3 VI Energia S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A.

3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO: Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar o resgate de ações preferências mediante redução do capital social; (ii) aprovar a alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1. Aprovar resgate de 1.085.700 (um milhão, oitenta e cinco mil e setecentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, mediante a redução de R\$ 1.734.334,52 (um milhão, setecentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) do capital social, considerando o valor de R\$ 1,59743439255780 por ação preferencial resgatada. 6.1.1. Em decorrência do referido resgate, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 59.835.058,03 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, cinquenta e oito reais e três centavos), passará a ser de R\$ 58.100.723,51 (cinquenta e oito milhões, setecentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), dividido em 46.904.799 (quarenta e seis milhões, novecentas e quatro mil, setecentas e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 10.090.474 (dez milhões, noventa mil, quatrocentas e setenta e quatro) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2. Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do Artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 58.100.723,51 (cinquenta e oito milhões, cento e sete mil, seiscientos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), dividido em 46.904.799 (quarenta e seis milhões, novecentas e quatro mil, setecentas e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 10.090.474 (dez milhões, noventa mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** Omega Energia e Implantação 2 S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares).

SETOR ELÉTRICO

Usinas Brasil Solar vai investir em Minas

Empresa paulista mantém um plano de aportes da ordem de R\$ 900 milhões em alguns estados nos próximos anos

BIANCA ALVES

A energia solar fotovoltaica responde por apenas 8,5% da matriz elétrica brasileira, mas é a fonte que mais cresce no País – só em 2022, a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) prevê que a potência instalada deverá crescer 91,7% em relação ao ano passado.

De olho em um mercado tão promissor, a empresa Usinas Brasil Solar (BRS), com sede em Itapevi, São Paulo, realizou reposicionamento no mercado em que já atuava. Com mais de 20 anos de experiência no setor de energia, estruturou o Fundo de Investimentos em Participação - Infraestrutura OBB Brasil Solar (FIP-IE OBB Brasil Solar) para captar recursos no mercado.

As metas são ambiciosas. A primeira captação pretende levantar investimentos da ordem de R\$ 400 milhões para a implantação de 57 MW de projetos, que terão obras iniciadas no final de 2022 para en-

trar em operação em 2023 e 2024. Em uma segunda etapa, em 2023, uma nova rodada de captação prevê viabilizar mais 65 MW, totalizando R\$ 900 milhões em investimentos para instalar 38 usinas em Minas, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em setembro, a BRS lança os dois primeiros projetos desse novo ciclo: Avelar 1 e Avelar 2, cada um com 1 MW de potência, localizados na área serrana do Rio de Janeiro. Em Minas, a empresa tem duas usinas fechadas na região de Ubá, com 1 MW cada e 2 usinas em Rio Novo, de 2,5 MW cada. “O restante ainda estamos avaliando o *pipeline*, mas com certeza teremos mais usinas em Minas Gerais nos próximos meses”, informa o diretor comercial da empresa, Rafael D’ Angelo.

As usinas de Ubá terão cada um investimento de R\$ 6 milhões e as de Rio Novo, R\$ 15 milhões cada. “As fazendas foram escolhidas pelo grande potencial energético e pelo fato de um grande volume de clientes ainda não ter acesso a

energia renovável e com desconto”, acrescenta o executivo.

Razões não faltam para investir em Minas, estado com a maior participação em projetos de geração distribuída. Segundo o diretor da BRS, mesmo com a grande demanda

“Nosso objetivo é abrir ao mercado a oportunidade de participar de um investimento verde, renovável, alinhado com os padrões ESG e com rentabilidade previsível e atrativa”

das empresas, 98% dos consumidores de energia ainda não têm acesso a este mercado. Em agosto, Minas Gerais se tornou o primeiro estado brasileiro a alcançar a marca de 2 GW de potência instalada em Geração Distribuída. Dos 12 GW

de potência instalada em GD que o Brasil possui atualmente, Minas Gerais é responsável por quase 17%, informa a Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD).

“Temos um mercado muito bom para explorar e um time muito forte de engenheiros constantemente desenvolvendo novos projetos sejam próprios ou de parceiros. Como temos nossa solução 100% verticalizada, conseguimos garantir um processo de implantação confiável e sem grandes surpresas desde a fase de projeto até a operação comercial dos projetos”, afirma.

A flexibilidade do transporte, instalação e facilidade de manutenção permitiu que a energia solar se tornasse a fonte de energia que mais cresceu no Brasil nos últimos anos.

Neste primeiro momento a atuação da Brasil Solar focará nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal. Guiada pelas constantes mudanças em termos de tarifas e benefícios fiscais, a empresa não descarta investimentos

em outros estados, caso os projetos nesta região atinjam os parâmetros de retorno esperados por seus investidores”, indica D’ Angelo.

“Nosso objetivo é abrir ao mercado a oportunidade de participar de um investimento verde, renovável, alinhado com os padrões ESG e com rentabilidade previsível e atrativa”, garante o executivo. Segundo ele, o ganho ambiental dos projetos é visível, já que eles reduzirão em mais de 15 mil toneladas a emissão de CO2 por ano, o equivalente a mais de 55 mil árvores plantadas no mesmo período.

Investidor - Em um primeiro momento, dadas as condições de distribuição do FIP-IE, os investidores precisam ser investidores profissionais, ou seja, possuírem patrimônio mínimo de R\$ 10 milhões, informa D’ Angelo. “No entanto, a partir de janeiro de 2023, o FIP-IE será aberto para investidores qualificados, tendo um ticket mínimo de investimento de R\$ 50 mil”, finaliza.

TESTA BRANCA I ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 18.501.753/0001-46 - NIRE 31.300.10495-8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 09h30, na sede social da Testa Branca I Energia S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar o resgate de ações preferências mediante redução do capital social; (ii) aprovar a alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1. Aprovar resgate de 761.554 (setecentos e sessenta e uma mil, quinhentas e cinquenta e quatro) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, mediante a redução de R\$ 980.929,78 (novecentos e oitenta mil, novecentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos) do capital social, considerando o valor de R\$ 1,28806332840481 por ação preferencial resgatada. 6.1.1. Em decorrência do referido resgate, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 46.634.821,66 (quarenta e seis milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e sessenta e seis centavos), passará a ser de R\$ 45.653.891,88 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, oitocentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos), dividido em 33.829.512 (trinta e três milhões, oitocentas e vinte e nove mil, quinhentas e doze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 12.508.749 (doze milhões, quinhentas e oito mil, setecentas e quarenta e nove reais e seis centavos) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2. Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do Artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 45.653.891,88 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, oitocentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos), dividido em 33.829.512 (trinta e três milhões, oitocentas e vinte e nove mil, quinhentas e doze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 12.508.749 (doze milhões, quinhentas e oito mil, setecentas e quarenta e nove reais e seis centavos) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** Delta 2 Energia S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

PARQUE EÓLICO CAPOEIRAS III S.A.

CNPJ/MF nº 21.543.971/0001-58 - NIRE 31.300.130.19-3

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 10h, na sede social do Parque Eólico Capoeiras III S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) redução do capital social da Companhia nos termos do artigo 173 da Lei das S.A.; (ii) alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1 Aprovar a redução ao capital social da Companhia, no total de R\$ 1.557.640,67 (um milhão, quinhentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais e sessenta e sete centavos), sem o cancelamento de ações, mediante restituição deste montante aos seus acionistas, uma vez que a administração da Companhia entende ser o atual capital social excessivo aos seus objetivos sociais, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A. 6.1.1 Em decorrência da referida redução, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 46.012.258,01 (quarenta e seis milhões, doze mil, duzentos e cinquenta e oito reais e um centavo), passará a ser de R\$ 44.454.617,37 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e dezessete reais e trinta e sete centavos), dividido em 51.342.624 (cinquenta e um milhões, trezentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2 Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 44.454.617,37 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e dezessete reais e trinta e sete centavos), dividido em 51.342.624 (cinquenta e um milhões, trezentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** CEA II – Centrais Elétricas Assurua II SPE S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

PARQUE EÓLICO ASSURUA III S.A.

CNPJ/MF nº 21.544.084/0001-02 - NIRE 31.300.130.17-7

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 09h, na sede social do Parque Eólico Assurua III S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) redução do capital social da Companhia nos termos do artigo 173 da Lei das S.A.; (ii) alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1 Aprovar a redução ao capital social da Companhia, no total de R\$ 792.139,82 (setecentos e noventa e dois mil, cento e trinta e nove reais e oitenta e dois centavos), sem o cancelamento de ações, mediante restituição deste montante aos seus acionistas, uma vez que a administração da Companhia entende ser o atual capital social excessivo aos seus objetivos sociais, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A. 6.1.1 Em decorrência da referida redução, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 22.182.176,99 (vinte e dois milhões, cento e oitenta e dois mil, cento e setenta e seis reais e noventa e nove centavos), passará a ser de R\$ 21.390.037,17 (vinte e um milhões, trezentos e noventa mil, trinta e sete reais e dezessete centavos), dividido em 24.892.933 (vinte e quatro milhões, oitocentos e noventa e dois mil e novecentos e trinta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2 Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do Artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 21.390.037,17 (vinte e um milhões, trezentos e noventa mil, trinta e sete reais e dezessete centavos), dividido em 24.892.933 (vinte e quatro milhões, oitocentos e noventa e dois mil e novecentos e trinta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** CEA II – Centrais Elétricas Assurua II SPE S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

PARQUE EÓLICO LARANJEIRAS II S.A.

CNPJ/MF nº 21.544.159/0001-47 - NIRE 31.300.130.25-8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 13h, na sede social do Parque Eólico Laranjeiras II S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) redução do capital social da Companhia nos termos do artigo 173 da Lei das S.A.; (ii) alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1 Aprovar a redução ao capital social da Companhia, no total de R\$ 1.772.149,74 (um milhão, setecentos e setenta e dois mil, cento e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos), sem o cancelamento de ações, mediante restituição deste montante aos seus acionistas, uma vez que a administração da Companhia entende ser o atual capital social excessivo aos seus objetivos sociais, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A. 6.1.1 Em decorrência da referida redução, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 46.716.398,83 (quarenta e seis milhões, setecentos e dezesseis mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta e três centavos), passará a ser de R\$ 44.944.249,09 (quarenta e quatro milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta e nove reais e nove centavos), dividido em 52.781.485 (cinquenta e dois milhões, setecentos e oitenta e um mil, quatrocentos e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2 Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 44.944.249,09 (quarenta e quatro milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta e nove reais e nove centavos), dividido em 52.781.485 (cinquenta e dois milhões, setecentos e oitenta e um mil, quatrocentos e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** CEA II – Centrais Elétricas Assurua II SPE S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

PARQUE EÓLICO DIAMANTE III S.A.

CNPJ/MF nº 21.543.994/0001-62 - NIRE 31.300.130.21-5

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 12h, na sede social do Parque Eólico Diamante III S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) redução do capital social da Companhia nos termos do artigo 173 da Lei das S.A.; (ii) alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1 Aprovar a redução ao capital social da Companhia, no total de R\$ 1.061.326,94 (um milhão, sessenta e um mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos), sem o cancelamento de ações, mediante restituição deste montante aos seus acionistas, uma vez que a administração da Companhia entende ser o atual capital social excessivo aos seus objetivos sociais, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A. 6.1.1 Em decorrência da referida redução, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 32.393.255,61 (trinta e dois milhões, trezentos e noventa e três mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos), passará a ser de R\$ 31.331.898,67 (trinta e um milhões, trezentos e trinta e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos), dividido em 36.498.976 (trinta e seis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil e novecentos e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2 Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 31.331.898,67 (trinta e um milhões, trezentos e trinta e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos), dividido em 36.498.976 (trinta e seis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil e novecentos e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2 Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 31.331.898,67 (trinta e um milhões, trezentos e trinta e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos), dividido em 36.498.976 (trinta e seis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil e novecentos e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** CEA II – Centrais Elétricas Assurua II SPE S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

TESTA BRANCA III ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 18.495.534/0001-00 - NIRE 31.300.10484-2

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 10h, na sede social da Testa Branca III Energia S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar o resgate de ações preferências mediante redução do capital social; (ii) aprovar a alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1. Aprovar resgate de 765.796 (setecentas e sessenta e cinco mil, setecentas e noventa e seis) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, mediante a redução de R\$ 1.109.633,33 (um milhão, cento e nove mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) do capital social, considerando o valor de R\$ 1,44899337421454 por ação preferencial resgatada. 6.1.1. Em decorrência do referido resgate, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 30.977.688,28 (trinta milhões, novecentos e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos), passará a ser de R\$ 29.868.054,95 (vinte e nove milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), dividido em 27.304.100 (vinte e sete milhões, trezentas e quatro mil e cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 4.902.303 (quatro milhões, novecentas e duas mil e trezentas e três) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2. Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do Artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 29.868.054,95 (vinte e nove milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), dividido em 27.304.100 (vinte e sete milhões, trezentas e quatro mil e cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 4.902.303 (quatro milhões, novecentas e duas mil e trezentas e três) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** Delta 2 Energia S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

PARQUE EÓLICO LARANJEIRAS V S.A.

CNPJ/MF nº 21.544.060/0001-45 - NIRE 31.300.130.26-6

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 13h30, na sede social do Parque Eólico Laranjeiras V S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) redução do capital social da Companhia nos termos do artigo 173 da Lei das S.A.; (ii) alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1 Aprovar a redução ao capital social da Companhia, no total de R\$ 1.451.087,96 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e um mil, oitenta e sete reais e noventa e seis centavos), sem o cancelamento de ações, mediante restituição deste montante aos seus acionistas, uma vez que a administração da Companhia entende ser o atual capital social excessivo aos seus objetivos sociais, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A. 6.1.1 Em decorrência da referida redução, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 51.115.658 (cinquenta e seis milhões, cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e dez reais e oitenta e seis centavos), passará a ser de R\$ 44.701.322,90 (quarenta e quatro milhões, setecentos e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e noventa centavos), dividido em 51.115.658 (cinquenta e um milhões, cento e quinze mil, seiscentos e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2 Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 44.701.322,90 (quarenta e quatro milhões, setecentos e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e noventa centavos), dividido em 51.115.658 (cinquenta e um milhões, cento e quinze mil, seiscentos e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** CEA II – Centrais Elétricas Assurua II SPE S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

PARQUE EÓLICO LARANJEIRAS I S.A.

CNPJ/MF nº 21.544.025/0001-26 - NIRE 31.300.130.24-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 12h30, na sede social do Parque Eólico Laranjeiras I S.A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) redução do capital social da Companhia nos termos do artigo 173 da Lei das S.A.; (ii) alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 6.1 Aprovar a redução ao capital social da Companhia, no total de R\$ 1.571.660,85 (um milhão, quinhentos e setenta e um mil, seiscentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos), sem o cancelamento de ações, mediante restituição deste montante aos seus acionistas, uma vez que a administração da Companhia entende ser o atual capital social excessivo aos seus objetivos sociais, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A. 6.1.1 Em decorrência da referida redução, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 52.796.791,95 (cinquenta e dois milhões, setecentos e noventa e seis mil, setecentos e noventa e um reais e noventa e cinco centavos), passará a ser de R\$ 51.225.131,10 (cinquenta e um milhões, duzentos e vinte e cinco mil, cento e trinta e um reais e dez centavos), dividido em 58.173.441 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 6.1.2 Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. 6.2 Em virtude do acima deliberado, o “caput” do artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 51.225.131,10 (cinquenta e um milhões, duzentos e vinte e cinco mil, cento e trinta e um reais e dez centavos), dividido em 58.173.441 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” 6.3 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. 6.4 Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada

Estudo de regiões feito pelo Santander para o período entre 2020 e 2023 traz projeção de estabilidade para o Sudeste

Com base em projeções e indicadores já divulgados, a instituição estima que o Sul e o Norte também vão crescer acima da média nacional no período e que o Sudeste terá o segundo pior resultado.

“Por mais que o preço esteja

Na média 2020-2023, o Sul

DIVULGAÇÃO

deve ser a segunda região com melhor desempenho, com destaque para Santa Catarina, com a menor queda de PIB em 2020 na região, o terceiro maior crescimento em 2021 no Brasil e expansão de 1% esperada para 2023. O Norte fica em terceiro, pois a indústria extrativa do Pará prejudicou os resultados, que só devem melhorar a partir do próximo ano.

aparecem entre os três piores desempenhos econômicos em 2021 e 2022. Em 2023, essas posições devem ficar com Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, que devem registrar queda do PIB. Também é projetada contração para Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Roraima deve liderar o ranking de crescimento por três anos (2021-2023). (Eduardo Cucolo/Folhapress)

4. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 10h30, na sede social do Parque Eólico Curral de Pedras I.S.A. (**Companhia**), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, § 4º da Lei das S.A.s. **3. Presença e Instalação:** Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Triandine Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) redução do capital social da Companhia nos termos do artigo 173 da Lei das S.A.s; (ii) alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas.

6. DELIBERAÇÕES: Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: **6.1** Aprovar a redução do capital social da Companhia, no total de R\$ 1.208.539,17 (um milhão, duzentos e oito mil, quinhentos e trinta e nove reais e dezessete centavos), sem o cancelamento de ações, mediante restituição deste montante aos seus acionistas, uma vez que a administração da Companhia entende ser o atual capital social excessivo aos seus objetivos sociais, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A.s. **6.1.1** Em decorrência da referida redução, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 35.626.588,74 (trinta e cinco milhões, seiscentos e vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos), passará a ser de R\$ 34.418.049,57 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e dezoito mil, quarenta e nove reais e cinco e sete centavos), dividido em 39.652.326 (trinta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, trezentos e vinte e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **6.1.2** Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária à manifestação deste com relação à alitude redução de capital. **6.2** Em virtude do acima deliberado, o "caput" do artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 34.418.049,57 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e dezoito mil, quarenta e nove reais e cinco e sete centavos), dividido em 39.652.326 (trinta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, trezentos e vinte e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado: **6.3** Aprovar a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **ANEXO I. 6.4** Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Triandine Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** CEA II – Centrais Elétricas Assurua II SPE S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Triandine Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

2. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 09h30, na sede social do Parque Eólico Assurua IV S.A. ("Companhia"), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta no final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) redução do capital social da Companhia nos termos do artigo 173 da Lei das S.A.; (ii) alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: **6.1** Aprovar a redução ao capital social da Companhia, no total de R\$ 1.758.129,56 (um milhão, setecentos e cinquenta e oito mil, cento e vinte e nove reais e cinquenta e seis centavos), sem o cancelamento de ações, mediante restituição deste montante aos seus acionistas, uma vez que a administração da Companhia entende ser o atual capital social excessivo aos seus objetivos sociais, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A. **6.1.1** Em decorrência da referida redução, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 70.912.700,00 (setenta milhões, novecentos e doze mil, setecentos reais e nove centavos), passará a ser de R\$ 69.154.570,53 (sessenta e nove milhões, cento e cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta reais e cinquenta e três centavos), dividido em 76.931.127 (setenta e seis milhões, novecentos e trinta e um mil, cento e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **6.1.2** Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária a manifestação deste com relação à aludida redução de capital. **6.2** Em virtude do acima deliberado, o "caput" do artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 69.154.570,53 (sessenta e nove milhões, cento e cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta reais e cinquenta e três centavos), dividido em 76.931.127 (setenta e seis milhões, novecentos e trinta e um mil, cento e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado." **6.3** Votar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. **6.4** Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** CEA II – Centrais Eólicas Assurua II SPE S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 14 de junho de 2022, às 11h, na sede social do Parque Ecológico Curral de Pedras II S/A. (“**Companhia**”), localizada no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30.190-130. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei das S/A. **3. Presença e Instalação:** Verificada a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta ao final da presente ata e constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. MESA:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Andrea Sztajn e secretariados pelo Sr. Thiago Trindade Linhares. **5. ORDEM DO DIA:** O acionista da Companhia examinou, discutiu e votou a respeito da seguinte ordem do dia: (i) redução do capital social da Companhia nos termos do artigo 173 da Lei das S/A; (ii) alteração estatutária decorrente da deliberação contida no item anterior; (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) autorização aos Diretores da Companhia a para praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, o acionista detentor de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: **6.1** Aprovar a redução ao capital social da Companhia, no total de R\$ 1.812.807,88 (um milhão, oitocentos e doze mil, oitocentos e sete reais e oitenta e oito centavos), sem o cancelamento de ações, mediante restituição deste montante aos seus acionistas, uma vez que a administração da Companhia entende ser o atual capital social excessivo aos seus objetivos sociais, nos termos do artigo 173 da Lei das S/A. **6.1.1** Em decorrência da referida redução, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 50.019.901,91 (cinquenta milhões, dezesseis mil, novecentos e um reais e um centavo), passará a ser de R\$ 48.207.093,13 (quarenta e oito milhões, duzentos e sete mil, noventa e três reais e treze centavos), dividido em 55.751.400 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e um mil e quatrocentos) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **6.1.2** Em razão de a Companhia não possuir Conselho Fiscal instalado, não se faz necessária à manifestação deste com relação à aludida redução de capital. **6.2** Em virtude do acima deliberado, o “caput” do artigo 4º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 4º.** O capital social da Companhia é R\$ 48.207.093,13 (quarenta e oito milhões, duzentos e sete mil, noventa e três reais e treze centavos), dividido em 55.751.400 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e um mil e quatrocentos) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.” **6.3** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar na forma do **Anexo I**. **6.4** Autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações previstas acima. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata e, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Andrea Sztajn (Presidente) e Thiago Trindade Linhares (Secretário). **Acionista Presente:** CEA II Centrais Elétricas Assurua II SPE S.A. (representado por seus diretores Andrea Sztajn e Thiago Trindade Linhares). Belo Horizonte, 14 de junho de 2022.

2727 AURA Cível da Comarca de Belo Horizonte-MG. Edital de Citação prazo de 20 dias. O Dr. João Luiz Nascimento de Almeida, JUIZ DE DIREITO DA 27ª VARA CÍVEL desta Comarca, na forma da lei, etc, faz saber a todos quantos o presente, na forma do edital vem ou dele conhecimento tiver, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tramitam os autos da ação de indenização por danos materiais e morais, sob o nº 5180811-16.2016.8.13.0024, requerido pelo Autor ACTION AGENCIAMENTO DE VIAGENS LTDA - CNPJ Nº 07.433.647-00-56 contra LUIZA ALVES GUEDES, CPF Nº 667.323.017-72. Em síntese, o autor diz que a ré, proprietária da Autora, ao transferir pela Rua Cristovalino Molinari, na altura do nº 1172 da Vila de Fara/MG, sofreu um acidente de trânsito, causado pela parte Ré, que dirigindo sem a devida prudência seu veículo VW/Vovo Fox, placa KWY-8706, trafegando na via de mão dupla, em sentido contrário ao fluxo da via, em uma via de mão dupla, sem a devida preferência ao veículo que já transitava pela mesma via. Que após o ocorrido, a parte Ré disse ao prestador de serviços da parte Autora que este "não precisava se preocupar" pois não havia nenhuma lesão física ou psicológica, e arcaria com todas as despesas necessárias para a reparação dos danos materiais e morais sofridos pela Autora. Contudo, a Autora alega que não recebeu nenhuma indenização por danos materiais e morais sofridos. Requer a realização de serviços da Autora que foram realizados os reparos dos danos causados no veículo, entressendo, em contato com ela para ajustarem como seria o reembolso dos gastos. Que a Autora promoveu o reparo do veículo após o acidente em três oficinas especializadas e optou por realizar o reparo na oficina LUISA SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME, cujo valor final foi de R\$2.368,58 (dois mil trezentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). Que a autora manteve em contato telefônico com a Ré para mantê-la informada sobre os custos e realizar as tratativas para a reparação dos danos materiais e morais sofridos. Ré réprimou as tentativas de conciliação e não realizou o pagamento dos danos materiais e morais sofridos. Em razão disso, o presente edital é finalidade de citação a LUIZA ALVES GUEDES, CPF Nº 667.323.017-72, para que compareça ao Juízo de Direito desta Comarca, para que compareça e conteste, apresentando a defesa que encontra-se em local incerto e não sabido, para todos os termos e atos da presente ação e, querendo, apresentando as suas contestações no prazo de 15 (quinze) dias. Adverte-se outrossim que, caso não seja a ação proposta no prazo legal, poderá presumir-se o acerto como verdadeiro, todos os fatos articulados pelo Autor em sua petição inicial. Adverte-se de que será nomeado curador especial em caso de revelia. E, que contra, expedir-se o presente edital que deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, no primeiro dia útil subsequente ao da publicação, e, que será afixado no local de costume neste foro. Belo Horizonte, aos 06 de dezembro de 2016. O Dr. João Luiz Nascimento de Almeida, JUIZ DE DIREITO. Luciano Fábio Marques de Brito, Escrivão Judicial.

A forma do artigo 1.152 Lei nº 10.406/2002, ficam convocados os Senhores Sócios do Instituto de Cultura **Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.** ("Sociedade"), a participarem da Reunião de Sócios que se realizará no dia 19 (dezenove) de setembro de 2022 às 10:00h (dez horas), na sede da Sociedade, localizada à Rua Marechal Foch, nº 15, Bairro Grajaú, CEP: 30431-189, cidade de Belo Horizonte/Minas Gerais, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a aprovação dos termos e condições do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Sociedade com a Incorporação da Parcela Cindida pela, **Andira Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, companhia fechada, com sede na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Rudolf Dafferner, nº 400, 2º andar, sala 301, Alto da Boa Vista, CEP 18.085-005, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.599.367/0001-15, inscrita no Protocolo de Cisão Parcial e "Incorporadora"; (ii) a aprovação da cisão parcial da Sociedade com a incorporação do acervo cindido à Incorporadora, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial ("Cisão Parcial"); (iii) a ratificação da indicação dos peritos, como responsáveis pela avaliação do acervo líquido da Sociedade a ser cindido e vertido para a Incorporadora em decorrência da Cisão Parcial; (iv) a laudatória de avaliação do acervo líquido da Sociedade a ser cindido e vertido para a Incorporadora em decorrência da Cisão Parcial; (v) a redução do capital social da Sociedade por incorporação de decorrência da Cisão Parcial; (vi) a alteração da cláusula quinta do Contrato Social, bem como a celebração de instrumento de alteração e consolidação do Contrato Social da Sociedade; e (vii) a autorização aos administradores da Sociedade para praticar todos os atos necessários para que a Cisão Parcial seja implementada nos termos do Protocolo de Cisão Parcial. **As informações referentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos Sócios na sede da Sociedade, Belo Horizonte, 09 de Setembro de 2022 - RICARDO DE SOUZA ADENES** - Diretor

ROGERIO DAMASO DE OLIVEIRA, Juiz de Direito Oficial – CNJ nº 079, autizado por GRATIA – FUNDO DE INVESTIMENTO EM RECURSOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, OJUSP nº 28.636.554/0001-27, com sede na Avenida das Américas, 3.434, sala 001, bloco 07, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ; far saber que nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/1997, que instituiu a alienação fiduciária dos bens móveis, realizou o leilão na modalidade exclusivamente ONLINE dos imóveis abaixo, em 1ª praça que terá início às 14h00min e término às 18h00min, no dia 27 de maio de 2024, para fins de venda pública, sob o número de lote 01, com o valor de avaliação na 1ª praça, a praça será interrompida até as 10:00 horas da tarde da 17/10/2022 (art. 27 parágrafo 1º). Um imóvel que integra o CONDOMÍNIO BELLA VERONA. Devedores fiduciários: **Lucas de Moura Xavier (CPF: 126.946.116-26)** e **Gabriel de Moura Xavier (CPF: 137.547.256-21)**. Descrição do Imóvel: Apartamento n° 801, 8° pavimento do Condomínio Bella Verona, situado na Rua Damasceno de Figueiredo, 4.834-700, resultantes da União das Lotes 01 (um) + 03 (três) + 22 (vinte e dois) + 23 (vinte e sete) do Quarteirão 81 (oitenta e um) do Bairro do Castelo, limites e confrontações da CP-039-004A, aprovada em 07/11/1984, CTM-Selr-514, Quadra 05494, área total de 29.600m², residencial, inscrita municipalmente no IPI nº 0281, Lance Mínimo em 1ª praça: **R\$ 636.180,60** (seiscientos e trinta e seis mil, oito centos e sessenta e três reais centavos), Lance inicial em 2ª praça: **R\$ 41.770,31** (quatrocentos e setenta e um mil, setecentos e setenta e sete reais centavos), prazo de pagamento: à vista, observando o direito de preferência do Devedor Fiduciário na arrematação do imóvel. Art.27, Parágrafo 2º, da Lei 9.514/97, sem concorrência de terceiros, após a averbação da consolidação da propriedade fiduciária no Cartório de Registro de Imóveis e a data da realização, segundo leilão pelo qual se divide arrematando-se a comissão de 5% sobre o preço pago ao Devedor Fiduciário e o restante do valor devido ao credor fiduciário, sendo o saldo devido ao credor fiduciário. Os lances online e seus incrementos deverão estar de acordo com valores mínimos estabelecidos e concorreu em igualdade de condições. A eventual desqualificação do imóvel é de responsabilidade do arrematante. São ainda de responsabilidade do arrematante os custos de documentação necessários para a conclusão da aquisição do bem. O presente edital é publicado no Diário do Leiloeiro de 5º (novo por cento) sobre o valor de arrematação, que será realizado no ato da arrematação, despesas com Escritura Pública ou Particular com a Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia, Imposto de Transmissão de Bens Móveis (ITBI) (eventuais taxas, honorários, taxas, advogados, certidões ambientais, IPTU e débitos com a Associação dos Moradores etc). Os demais serão vendidos no mesmo lote. Os interessados poderão visitar o imóvel pessoalmente, mediante agendamento prévio, desde que não sejam designados para as alienações extrajudiciais eletrônicas e visitá-lo no local, mas, podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. As comunicações ao devedor fiduciante nos endereços físicos do arrematante bem como eletrônico informando as datas, local e horário da praça foram enviadas na forma do artigo 27, parágrafo 2º, da Lei 9.514/97. Para mais informações consulte o site www.leilao.com.br e o e-mail: contato@leiloes.com.br.

em nome de: **ROGERIO DAMASO DE OLIVEIRA**, Leiloeiro Oficial – OJUSP nº 079121.

[illegible]

18/07/2022, às 10h, na sede, a totalidade. **Mesa:** Presidente: **Bruna Silva Melo**, secretária **Sra. Paula Silva Melo, Deliberação Unânimes:** 1) Letura e aprovação da Minuta do Estatuto Social, se encontram arquivados na íntegra na sede da companhia. 2) aprova a subscrição da SPSP-CM Capital, nos seguintes termos: Regulamento de Subscrição - Nome: **Paula Silva Melo**, nº 14.117.668-SSP-CM, CPF nº 071.151.096-21. **b) Paula Silva Melo**, RG nº 14.117.663-SSP-CM, CPF nº 071.151.406-26; que controla integralmente 6 de 100 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalizando R\$ 100.000,00, que controla-se integralmente. O valor de R\$ 100.000,00 foi integralizado neste ato, em instituição financeira nacional, e o valor remanescente será integralizado até 12 meses em moeda corrente nacional. O Percentual de integralização das Ações será 100%, assim distribuído e subscrito: **Bruna Silva Melo - 50%, Paula Silva Melo - 50%.** 4) Eleição de **Bruna Silva Melo**, como Diretora Presidente **Paula Silva Melo**, como Diretora de Relações com Investidores, ambos com mandato de até 03 anos, facultada a reeleição de qualquer de seus membros, nos termos do artigo 157 do Lei nº 6.406/76. 4. (1.1) Aprovar a remuneração global anual mínima R\$ 30.000,00 para cada uma das direções da administração da Companhia, sob o regime de honorários fixos, e o Conselho fiscal de R\$ 10.000,00 para o funcionamento permanente, não havendo solicitação dos associados, não localizados em Cuiabá/MT na sede da Companhia, assim permitem. 6) Aprovação da entrega da sede da Companhia - localizada em Cuiabá/MT na Rua Padre João José, nº 173 A, 1º andar, do bairro Centro, CEP 37.800-000. Nada mais. Integra da Ata e Estatuto encontram-se disponível no site: [www.diariodocomercio.com.br/publicidade/leilao/Bruna%20Silva%20Melo](http://www.diariodocomercio.com.br); Paula Silva Melo; Dr. Alexandre Magoni - OAB: 59.200 G-Advogado. JUCEMG - Círculo nº registro do sob nº 031130419056 em 26/07/2022 e protocolo 274231219 - 18/08/2022. Autenticação: b7b176c2d82751f5ee3b48c958969f5. Marinely da Paula Bonfim - Secretária-Geral.



TRIBUNAL DE CONTAS

Candidatura de Patrus tem parecer favorável

Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais passou ontem por uma sabatina em comissão especial

WILLIAN DIAS

A candidatura do presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), deputado Agostinho Patrus (PSD), para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), já pode seguir para votação no plenário da ALMG. Ontem, o requerimento que formaliza a indicação recebeu parecer favorável da Comissão Especial criada para analisá-lo.

O parecer do relator da comissão, deputado Ulysses Gomes (PT), foi aprovado após a realização de arguição pública com Agostinho Patrus. Em seu parecer, ele considerou que o presidente da ALMG respondeu aos questionamentos feitos pelos parlamentares com segurança e clareza e possui os conhecimentos necessários para o exercício do cargo de conselheiro do TCE.

Durante a sabatina, Agostinho Patrus falou sobre seus 16 anos de vida pública. Em seus quatro mandatos de deputado estadual, ele foi líder de bancada e se afastou por duas vezes para ser secretário de Estado de Turismo (2011-2013) e de Desenvolvimento Social (2008-2010). Na atual legislatura (desde 2019), ele preside a ALMG.

“Tive a oportunidade de aprender, como secretário de Estado e como parlamentar, que as necessidades das pessoas devem nortear nosso caminho”, afirmou. “Nossa luta no Parlamento foi para termos uma Minas Gerais mais justa e digna para todos”, completou.

Respondendo a questionamento do deputado Ulysses Gomes sobre a atuação do TCE, Agostinho Patrus reconheceu que a missão fiscalizadora da corte de contas é hercúlea, tendo em vista que o Estado tem 853 municípios. Por outro lado, defendeu que a atuação do órgão também contemple a execução de obras, e não apenas os processos licitatórios.

Ulysses Gomes também quis saber a opinião de Agostinho Patrus sobre o papel do TCE, se deveria ser focado em fiscalização ou orientação. O presidente da ALMG respondeu que a fiscalização é fundamental, mas é importante que os

gestores públicos também recebam apoio para desempenhar suas funções. “Muitas vezes, erros acontecem por desconhecimento dos gestores”, ponderou.

O relator da comissão ainda perguntou qual a opinião de Agostinho Patrus sobre a relação entre a ALMG e o TCE, que tem a função constitucional de auxiliar o Poder Legislativo na fiscalização do Executivo.

O presidente da ALMG defendeu que é preciso estreitar os laços com o TCE e reforçou que a atuação da corte de contas é fundamental para fornecer informações sobre a execução orçamentária. “É importante saber se as políticas públicas trouxeram benefícios para a população”, afirmou.

Já o presidente da comissão, deputado Cássio Soares (PSD), perguntou a opinião de Agostinho Patrus sobre a contabilização de gastos obrigatórios em saúde e educação como restos a pagar. O presidente da ALMG considerou que esse problema se deve à ausência de regulamentação da matéria e avaliou que o problema pode ser superado com o aperfeiçoamento da fiscalização orçamentária.

Atuação - A atuação de Agostinho Patrus na presidência da ALMG e suas atribuições para se tornar um bom conselheiro do TCE foram destacadas pelos deputados que participaram da reunião. “Ele está bem preparado e atento às demandas da população”, considerou o vice-presidente da Comissão Especial, deputado Hely Tarquínio (PV).

Para o deputado Sargento Rodrigues (PL), Agostinho Patrus deixa um legado após 16 anos como parlamentar. “Como presidente, ele fez do Legislativo o poder e a voz do cidadão”, afirmou. Ele lembrou que a experiência na vida pública permite um maior conhecimento da realidade social, o que seria importante para o trabalho como conselheiro. “Quem exerce mandato tem a sensibilidade mais aguçada”, lembrou.

O deputado Gustavo Santana (PL) ressaltou a competência e o dinamismo de

Agostinho Patrus, enquanto a deputada Ana Paula Siqueira (Rede) disse que ele tem todas as condições necessárias para atuar no TCE. “Como presidente da ALMG, ele demonstrou compromisso com a coisa pública e capacidade de lidar com assuntos complexos”, afirmou a parlamentar.

Questionamentos - O deputado Guilherme da Cunha (Novo) fez diversos questionamentos ao presidente da ALMG. Sobre a decisão do TCE que suspendeu, em caráter cautelar, o Decreto 48.121, de 2021, que regulamentava o transporte fretado de passageiros nos moldes do serviço oferecido pela Buser, ele quis saber se, como conselheiro, Agostinho Patrus também faria o mesmo.

O presidente da ALMG respondeu que sempre procurou a eficiência do gasto público. “Tenha certeza de que farei questão de que os recursos públicos sejam bem utilizados e possam trazer benefícios para quem mais precisa”, afirmou.

Guilherme da Cunha ainda perguntou a opinião de



Agostinho Patrus falou sobre os seus 16 anos de vida pública na comissão especial da ALMG

Agostinho Patrus sobre o pagamento de auxílio-saúde para pensionistas do Ministério Público, conforme lei aprovada pela ALMG.

“Como presidente, cumpri minhas funções. Coloquei em votação uma matéria que foi aprovada pelos deputados e sancionada pelo governador. Não cabe a mim fazer

comentários sobre votação de projetos”, respondeu o sabatinado.

Outro ponto de questionamento de Guilherme da Cunha foi sobre a revisão salarial anual de servidores públicos. Ele quis saber a opinião do presidente da ALMG sobre a aplicação de índices diferentes para diversas ca-

tegorias do funcionalismo.

Agostinho Patrus disse que não é papel do TCE decidir como se dão as recomposições salariais no Poder Executivo. “Temos discussões maiores a fazer. Tenho me absterido de fazer qualquer comentário que possa ser politizado”, finalizou. **(Com informações da ALMG)**

EXECUTIVO

Pacheco vai assumir a Presidência

Brasília - O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), vai assumir a Presidência da República durante a viagem do presidente Jair Bolsonaro (PL) para o velório da rainha Elizabeth 2ª, em Londres, no Reino Unido, no dia 19 de setembro.

O cargo deveria ser ocupado primeiro pelo vice-presidente, Hamilton Mourão (Republicanos), e, em sua ausência, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). No entanto, os dois são candidatos nas eleições deste ano e, segundo a legislação eleitoral, não podem ocupar o cargo de presidente nos seis meses anteriores ao primeiro turno da eleição, em 2 de outubro.

A expectativa é que Bolsonaro viaje já no fim de semana para a solenidade de despedida da rainha, que ocorre

na próxima segunda-feira, e no dia seguinte siga para Nova York, onde ocorrerá a Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Neste caso, Mourão e Lira têm duas opções: um deles assumir a Presidência (o que o tornaria automaticamente inelegível) ou ambos saírem do país até que o Jair Bolsonaro volte.

A equipe de Hamilton Mourão confirmou à reportagem que o vice-presidente irá para o Peru, mas a reportagem aguarda informações sobre o período da viagem. Arthur Lira informou que também irá viajar, mas sua equipe afirma que ele ainda não definiu o destino.

Por isso, Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, deve assumir as atribuições de presidente da República, segundo apurou a reportagem.

Eleito senador em 2018 e com um mandato de oito anos, Pacheco não é candidato nas eleições atuais.

Assembleia-Geral – Bolsonaro, por sua vez, informou que seguirá direto de Londres para os Estados Unidos, para a Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York.

O Brasil é, por tradição diplomática, o País que faz o discurso de abertura da assembleia. Em plena campanha eleitoral, Bolsonaro já avisou que sua fala abordará temas de interesse externo do País, como a questão ambiental, mas também dedicará boa parte a assuntos internos, como o auxílio emergencial e pautas de costumes, bandeiras levantadas pelo presidente na campanha.

“À noitinha eu embarco para o Reino Unido (para

a despedida da rainha Elizabeth”, disse o presidente a apoiadores. “E daí, na segunda à noite, eu vou para os Estados Unidos para a abertura da ONU”, afirmou, acrescentando que deve retornar ao Brasil na noite da terça-feira (20).

Bolsonaro, que no dia da morte da rainha decretou luto oficial de três dias no Brasil, avaliava se viajaria para prestar as últimas homenagens, ponderando que o deslocamento ocuparia dias em sua agenda de campanha à reeleição.

No domingo, no entanto, confirmou que estará pessoalmente no funeral da monarca, que foi sucedida no trono britânico por seu filho mais velho, o agora rei Charles 3º. **(Gabriela Vinhal e Leonardo Martins/Folhapress/Reuters)**

ELEIÇÕES

Simone Tebet defende irrigação no Norte de Minas

DIVULGAÇÃO

Brasília - A candidata à Presidência da República pelo MDB, Simone Tebet, defendeu ontem grandes projetos de irrigação para a região Norte de Minas Gerais. “Aqui temos potencialidades, falta vontade para achar solução para o problema que assola a região, que é a falta de água; e investindo também fortemente na questão da energia renovável, especialmente energia solar”, disse no município mineiro de Montes Claros, onde participou de uma caminhada e se reuniu com empresários locais.

Segundo ela, a prioridade de seu governo, se eleita, é erradicar a miséria e a fome promovendo o desenvolvimento em todas as regiões do País, gerando emprego e renda. “Todas as regiões têm

condições de serem férteis, produzir, gerar emprego e renda, o norte de Minas não é diferente. O que falta é vontade política de trazer definitivamente um grande projeto de irrigação para que a região possa produzir as frutas e exportar, gerar emprego e renda, terminando as barragens e garantindo dignidade para o seu povo”, disse.

Em entrevista a jornalistas, Simone disse ainda que pretende garantir segurança, estabilidade e previsibilidade para o País na atração de investimentos privados para obras de infraestrutura. Além disso, ela defendeu a continuidade do programa Auxílio Brasil, no valor de R\$ 600, e a emancipação das famílias beneficiárias por meio

de qualificação para o mercado de trabalho e educação de crianças e jovens.

A candidata falou novamente sobre a proposta do programa Poupança Jovem, como forma de incentivar estudantes a concluírem o ensino médio. Por meio da iniciativa, o governo depositará, todo ano, uma quantia em uma conta poupança dos estudantes de baixa renda e o valor poderá ser resgatado ao final da educação básica. A estimativa é que essa poupança possa chegar a R\$ 5 mil. “O ensino médio é prioridade absoluta. Vamos devolver os 40% de jovens que hoje estão fora da sala de aula para dentro da sala de aula, com conectividade [nas escolas públicas] e vamos pagar para esses jovens”, disse. **(ABr)**



Em visita a Montes Claros, Simone Tebet (MDB), se reuniu com empresários da região



AGRONEGÓCIO

agronegocio@diariodocomercio.com.br

CAFÉ

País tem receita recorde com exportações

De janeiro a agosto, faturamento brasileiro com embarques subiu mais de 60% e ficou próximo a US\$ 6 bilhões

A receita com os embarques brasileiros de café alcançou o recorde histórico de US\$ 5,904 bilhões de janeiro ao fim de agosto deste ano, o que representa crescimento de 61,4% em relação aos US\$ 3,659 bilhões registrados nos primeiros oito meses de 2021. Já o volume recuou 5,3% no intervalo, saindo de 26,7 milhões de sacas de 60 kg para os atuais 25,3 milhões de sacas até o fim do mês passado. Os dados são do relatório estatístico mensal do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), divulgado ontem.

Esse resultado foi alcançado com a atualização das estatísticas até agosto, quando o País exportou 2,762 milhões de sacas, ou 2,5% a menos na comparação com o mesmo mês de 2021, e obteve uma receita cambial de US\$ 655,3 milhões, o que significa um crescimento de 49,5% ante agosto do ano passado.

No acumulado dos dois primeiros meses do ano safr 2022/23, o desempenho é similar. O Brasil remeteu 5,278 milhões de sacas aos parceiros internacionais e

teve o ingresso de US\$ 1,250 bilhão, números que implicam queda de 8,1% em volume, mas incremento de 46,3% em receita frente ao desempenho no acumulado de julho a agosto de 2021.

De acordo com o presidente do Cecafé, Günter Häusler, o cenário registrado reflete um contexto de mercado observado ao longo dos últimos

O café arábica segue como o mais exportado no acumulado de 2022, com a remessa de 21,707 milhões de sacas ao exterior ou 85,9% do total

meses. “A receita cambial recorde resulta dos bons níveis de preço praticados nos mercados interno e externo e da taxa de câmbio favorável”, comenta.

Entre janeiro e o fim de agosto deste ano, o preço médio pago pelos cafés do Brasil exportados é de US\$ 233,58 por saca, valor que



AMANDA PEROBELLI / REUTERS

Preço médio pago atualmente pelos cafés do Brasil enviados ao exterior é de US\$ 233,58 por saca, segundo o Cecafé

corresponde a uma alta de 70,4% na comparação com os US\$ 137,11 por saca aferidos no mesmo período de 2021.

Häusler completa que também pesam favoravelmente os esforços e a criatividade dos exportadores brasileiros de

café. “Mesmo diante de mais de dois anos convivendo com todos os gargalos logísticos conhecidos, eles seguem executando um trabalho exemplar, permitindo que o Brasil honre seus compromissos internacionais e mantenha

sua participação de mercado”, enaltece.

O café arábica segue como o mais exportado no acumulado de 2022, com a remessa de 21,707 milhões de sacas ao exterior, o que corresponde a 85,9% do total. Já o café solúvel registrou o embarque equivalente a 2,505 milhões de sacas, respondendo por 9,9%. Na sequência, aparecem a variedade canéfora (robusta + conilon), com a exportação de 1,033 milhão de sacas (4,1%), e o produto torrado e torrado e moído, com 30.268 sacas (0,1%).

Principais destinos - Os Estados Unidos lideram o ranking

das exportações nacionais de café, de janeiro ao fim de agosto, com a importação de 5,283 milhões de sacas, volume 4,5% superior aos 5,055 milhões comprados no mesmo intervalo de 2021. Esse volume corresponde a 20,9% dos embarques totais do Brasil em 2022.

A Alemanha, com representatividade de 17,9%, importou 4,533 milhões de sacas (-1,9%) e ocupa o segundo lugar na tabela. Na sequência, vêm Bélgica, com a compra de 2,110 milhões de sacas (+14,2%); Itália, com 2,020 milhões (+10,5%); e Japão, com a aquisição de 1,130 milhão de sacas (-28,1%).

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

VBP nacional é avaliado em R\$ 1,2 trilhão em agosto, recuo de 0,3%

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) de 2022, obtido com base nas informações de agosto, está estimado em R\$ 1,207 trilhão, com ligeira tendência de queda (-0,3%) em relação ao ano passado. Frente a 2021, o VBP das lavouras apresenta acréscimo de 1,7% real, enquanto a pecuária teve queda de 4,4%.

A redução de preços das carnes bovina, suína e de frango provocou a queda do valor da produção deste ano. Na pecuária, leite e ovos foram a exceção nesse grupo e tiveram alta de 2,7% e 3,9%, respectivamente.

Outro produto que contribuiu para a queda do VBP foi a soja, cujo principal fator associado à redução do faturamento foi o decréscimo da produção, já que os preços médios do ano não mostram sinais de redução.

Para o complexo soja, formado por grãos, farelo e óleo, as exportações de janeiro a julho deste ano geraram uma receita de US\$ 43,78 bilhões, e as carnes, US\$ 14,6 bilhões.

A maior parte dos produtos analisados apresentou contribuição positiva para a formação do VBP. O algodão registrou aumento de 27,7%

no faturamento real, banana 13,6%, batata inglesa 13,8%, café, 35,9%, cana-de-açúcar, 10,2%, mandioca, 9,2%, milho, 13,9%, tomate, 23,8%, e trigo, 40,4%. Outros com menor destaque são amendoim, feijão e mamona. Os produtos dessa relação representam 52,5% do VBP total.

Neste ano, o algodão, café, milho e trigo apresentaram recordes de valor numa série de 33 anos, iniciada em 1989. Especialmente o milho e o trigo apresentaram volumes de produção excepcionais: milho 110,0 milhões de toneladas e trigo 9,7 milhões.

Para os produtos que se destacaram pela sua contribuição positiva, os preços foram uma variável decisiva nos resultados. Alguns produtos como algodão, café, tomate, trigo, batata inglesa, banana e tomate apresentam fortes elevações de preços em relação a 2021.

Os resultados regionais mostram a liderança de Mato Grosso, Paraná, São Paulo e Minas Gerais na geração de valor na agropecuária. Em valores absolutos, o montante é de R\$ 642,9 bilhões, o que corresponde a 53,2% do VBP total. **(Com informações do Mapa)**



ELEIÇÕES 2022

Nas eleições de 2022, além das orientações e diretrizes de diversos canais e formatos de comunicação, as divulgações em jornais impressos e material da edição impressa até antevéspera do pleito (30/09/2022), também serão permitidas.

Por isso, aproxime-se do seu eleitorado, potencialize suas conexões, anuncie seus planos e programas, além de fortalecer sua candidatura por meio da audiência qualificada do Diário do Comércio.

PROJETO COMERCIAL

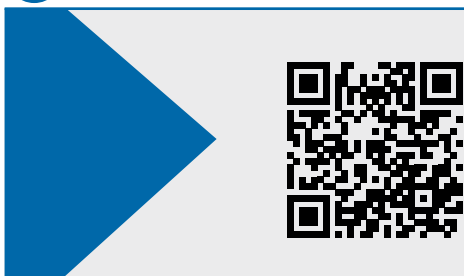
DC IMPRESSO	
Preço cm/coluna	R\$196,00

Veiculação conforme determinação da Lei nº 9.504/97, art. 43 e Res. TSE nº 23.610/2019, art. 42, caput, §§ 1º e 4º.

jose.luiz@diariodocomercio.com.br
+55 31 3469 2098
+55 31 99981 3176

ELEIÇÕES
2022
#seuvotofazopaís

90 ANOS DIÁRIO DO COMÉRCIO



NEGÓCIOS

gestaoenegocios@diariodocomercio.com.br

TURISMO

Desafio do setor é manter índices de 2021

Personalização, ineditismo, conforto e alto padrão em serviços fazem parte do receituário mínimo para o sucesso

DANIELA MACIEL

A retomada do turismo em meados de 2021, após o longo e duro período de fechamento imposto pela pandemia a partir de março de 2020, foi marcado pelo turismo nacional e de luxo. As restrições de entrada em diversos países e o menor impacto da crise econômica sobre esse estrato da sociedade fez com que esse tipo de turismo florescesse.

Dados de um levantamento feito pelo Conselho de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) indicam que o faturamento do setor nos seis primeiros meses do ano totalizou R\$ 77,4 bilhões, apenas 8,5% abaixo do registrado em 2019.

O Anuário 2021 da Brazilian Luxury Travel Association (BLTA), produzido em parceria com o Senac São Paulo, revela um faturamento aproximado de R\$ 1,8 bilhão para a hotelaria de luxo no País, montante 50% superior ao registrado antes mesmo da pandemia.

O desafio, agora, é manter a performance diante da abertura do mercado internacional. De acordo com a CEO da BLTA, Simone Scorsato, 2021 foi atípico por conta das fronteiras fechadas, e essa foi uma boa oportunidade para esse público viajar por destinos que não eram, muitas vezes, não tinham o seu potencial reconhecido.

“O viajante brasileiro agora é mais exigente, ele espera encontrar um mimo, um upgrade. Ele vem como um cliente mais mimado, diferente do turista estrangeiro, que está aberto a conhecer a nossa cultura, muitas vezes sendo a primeira experiên-

cia no Brasil. O elemento surpresa para o estrangeiro é muito mais no dia a dia, nas experiências, do que uma surpresa preparada”, explica Simone Scorsato.

A palavra-chave para o turismo de maneira geral, e do turismo de luxo, principalmente, é “experiência”. Personalização, ineditismo, conforto e alto padrão em serviços fazem parte do receituário mínimo.

“O desafio agora é promo-

“O viajante brasileiro agora é mais exigente, ele espera encontrar um mimo, um upgrade. Ele vem como um cliente mais mimado, diferente do turista estrangeiro”

ver o Brasil e trazer os turistas estrangeiros novamente. O mercado doméstico continua aquecido porque em um ano não se descobre o Brasil. O brasileiro entendeu que o nosso País tem produtos de qualidade, excelência em serviços e diversidade de produtos. Esse foi um paradigma quebrado na pandemia. Conquistamos essa demanda e isso deve permanecer”, avalia a CEO da BLTA.

E é nesse sentido que trabalha a diretora da Vila Campana Hotel & Bem-Estar, em Juatuba, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Kenya Diniz. Segundo ela, o desafio é inovar dentro da tradição de um hotel-fazenda butique.

A propriedade, com 70 hectares, tem 32 suítes, oferece pensão completa, o que inclui café da manhã, almoço, chá da tarde e jantar. Todas

as acomodações são divididas em quatro categorias: 10 suítes de luxo, 17 luxo especial, 4 superluxo e uma suíte master.

Para as crianças, a principal atração é uma fazendinha, que as coloca em contato com atividades rurais e experiências diferenciadas.

“Estamos sempre inovando, reavivando a memória afetiva da casa de vó. Tem sempre um fogão a lenha aceso, um bolinho de chuva feito na hora. Durante o período da pandemia sentimos a necessidade de melhorar os nossos serviços. Recebemos agora um público ainda mais exigente. Temos uma consultoria constante e treinamento e recentemente trouxemos um gerente experiente em implementar hotéis-butique”, afirma Kenya Diniz.

Entre as ofertas de lazer para o público adulto, há o “play bar”, com dardos, TV, bar, jogos de tabuleiro e pôquer, além de espaço fitness, área de meditação, spa, sala de massagem, hidromassagem e sauna.

O esforço parece estar dando certo. Desde o segundo semestre de 2021, o hotel vem registrando uma média de 45% de crescimento no faturamento mensal em relação ao mesmo período de 2019. A meta é crescer 15% no faturamento deste segundo semestre em relação ao mesmo período do ano passado.

Para muitos, o simples ato de viajar já é um luxo e a falta de companhia não pode colocar uma oportunidade a perder. Por isso, a Single Trips se recupera das dificuldades dos últimos dois anos.

O principal facilitador oferecido pela agência de viagens é o fato de colocar os viajantes sozinhos em quartos duplos.



No Vila Campana (Juatuba), desafio é inovar dentro da tradição de um hotel-fazenda butique

95% do público é formado por mulheres, acima dos 35 anos, que não querem viajar sozinhas, principalmente, para destinos considerados mais perigosos para elas.

Segundo a fundadora da Single Trips, Renata Guedes, as pessoas preenchem um formulário de compatibilidade com várias perguntas e, então, as duplas são formadas de acordo com os perfis. Os grupos de viagem têm, no máximo, 16 pessoas.

“Não oferecemos um serviço com o conceito clássico de luxo, porém, a curadoria, o nível de serviços e a exclusividade formam um ‘novo luxo’ que prima pela experiência. Com a pandemia, as pessoas começaram a se preocupar mais com o que pode acontecer em uma viagem. Elas nos procuram porque querem segurança e integração. Os destinos que mais se destacam são praias nacionais; destinos de natureza que são de difícil logística, como Pantanal, Amazônia e Jalapão; e os internacionais”, pontua Renata Guedes.

TECNOLOGIA

Amazon “controla” vida do usuário através dos produtos oferecidos

São Paulo - Em 2017, uma reportagem da revista The Economist definiu dados pessoais como o novo petróleo do século 21. Desde então, *big techs* como a Amazon já compraram da rede de supermercados Whole Foods à de clínicas One Medical.

Em comum, essas empresas lidam com uma quantidade incontável de dados de usuários.

A movimentação mais recente da gigante fundada por Jeff Bezos foi a aquisição da iRobot, empresa conhecida por seu aspirador-robô Roomba, capaz de mapear a residência para o desempenho de suas tarefas domésticas. O negócio de US\$ 1,7 bilhão levantou novamente a discussão, que vem ganhando espaço nos últimos anos, sobre privacidade.

Hoje, a Amazon, cujo carro-chefe é o *e-commerce*, é também uma das maiores provedoras de serviços de nuvem dos EUA, uma plataforma de *streaming*, dona da produtora MGM e de marcas de produtos eletrônicos domésticos e de serviços pessoais.

André Neto, coordenador do MBA de Gestão Estratégica e Econômica de Negócios da FGV, afirma que negócios envolvendo *big techs* e empresas de setores dos mais variados vêm crescendo.

“A decisão [da Amazon] é cada vez mais entrar na casa do usuário. Quando a Amazon compra a iRobot, ela está adquirindo um pacote para estar em milhões de residências”, diz.

Em nota, a Amazon afirma que a proteção dos dados dos usuários sempre foi importante para a empresa. “Acreditamos que temos feito um bom trabalho no cuidado dos dados das pessoas em todos os nossos negócios.”

Ao comprar a iRobot, a Amazon está de olho em dados comportamentais do usuário, na sua intimidade quando está em casa, diz João Victor Archegas, pesquisador sênior de direito e tecnologia do ITS-Rio.

“Comprar novas empresas para coletar e processar dados é cada vez mais um movimen-

to onipresente”, afirma. “É a captura da atenção: quanto mais conquistar o usuário, mais dados ele compartilha e, assim, permite prever comportamentos futuros para posicionar marcas.”

Esse cenário, que até há pouco tempo seria visto como roteiro de ficção científica, hoje já tem categoria econômica: é o chamado “capitalismo de vigilância”, afirma Archegas.

A expressão, popularizada pela professora americana Shoshana Zuboff, designa um capitalismo em que o processo de acumulação baseia-se na coleta de dados pessoais sensíveis e de perfis de consumo.

As movimentações da Amazon preocupam pela habilidade em processar dados e em criar novas tecnologias, como a assistente virtual Alexa, que consegue traçar um perfil de consumo do usuário, diz André Neto.

No caso da One Medical, empresa de saúde especializada em atendimento virtual e comprada pela Amazon por US\$ 3,9 bilhões, o atrativo são os dados de saúde de usuários.

Segundo Marina Garrote, pesquisadora na Associação de Pesquisa Data Privacy Brasil, o negócio vai permitir que a Amazon observe desde o que um paciente come a quanto ele corre-monitoramento que não é totalmente regulado por lei nos Estados Unidos.

O domínio sobre dados por uma empresa é um fator que não costuma ser considerado nas legislações sobre concorrência, ainda mais centradas em preços, diz Marina Garrote.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), aprovada no Brasil em 2020, tem como objetivo dar transparência a que dados são coletados e o que é feito com eles.

“E não acho que precisamos ter medo da tecnologia. Apesar de podermos e devermos fazer essa avaliação de risco. É importante que eu, o usuário, saiba o que está acontecendo. A legislação vem para regular esse fluxo”, afirma Helena Secaf, advogada e pesquisadora na Data Privacy Brasil. **(Folhapress)**

EDUCAÇÃO

Colégio do grupo Bernoulli faz 30 anos

MARA BIANCHETTI

O Colégio Módulo, integrante do grupo mineiro Bernoulli Educação, chega aos 30 anos como uma das mais importantes e tradicionais instituições de ensino de Salvador. Consolidada como uma das três escolas com maior nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) na capital baiana, a unidade de ensino conta com mais de 500 estudantes matriculados e uma equipe técnica formada por cerca de 100 profissionais, tendo a inclusão social e a inovação como fortes pilares da formação.

Assim, a escola trabalha o presente para construir o futuro. “Nosso grande desafio é acompanhar as mudanças da sociedade e os avanços tecnológicos para que o ambiente escolar traga para o estudante as oportunidades da vida. O nosso compromisso é compreender e atender às aspirações do nosso aluno”, afirma a diretora do colégio

desde a sua fundação, Ana Cristina Calfa.

De maneira complementar, o diretor de Operações e Expansão do Grupo, Lucas Hanusch, relembra que a história do colégio possui três importantes marcos: a inauguração do Teatro Módulo (o primeiro colégio na capital baiana a ter um teatro, que sempre esteve a serviço dos alunos, professores e da comunidade), a utilização da metodologia interdisciplinar, no ano 2000, que promoveu uma mudança significativa na forma de desenvolver o trabalho pedagógico e, em 2015, a adoção do material didático desenvolvido pelo Bernoulli Sistema de Ensino.

Operações de ensino - Hanusch diz que as operações de escolas próprias do grupo em breve devem atingir 6 mil alunos (entre colégio e pré-vestibular) e que o Sistema de Ensino soma mais de 220 mil alunos em escolas parceiras. Por isso, o ano tem sido muito proveitoso para o grupo.

“Temos visto crescimento

de dois dígitos em nossas operações. A qualidade dos nossos serviços tem sido o grande impulsionador dos nossos negócios. Continuamos entregando o que pais e alunos buscam em cada etapa de sua jornada escolar. Na Educação Infantil e Fundamental 1 entregamos um ensino prático, baseado na BNCC e nas habilidades do século 21”, diz.

O diretor reforça que, para isso, os alunos aprendem na prática desde educação financeira à matemática; do plantio e cultivo de hortas à culinária. “Nas séries seguintes, fundamental II, vamos adaptando o nosso modelo até que, no Ensino Médio, entregamos a preparação para o Enem e outros vestibulares, para que o aluno seja capaz de ser aquilo que ele busca, seja do médico ao engenheiro, do empreendedor ao artista”, completa.

Novidades - E entre as novidades, o lançamento de um produto para as escolas próprias e parceiras. O Dive.b

CONSÓRCIO

Ademicon planeja saltar de 140 para 200 lojas até o fim do ano

Somente para o Estado, está prevista a inauguração de 19 unidades até o final de 2025

DANIELA MACIEL

Há 30 anos no mercado, e uma das maiores administradoras independentes de consórcio do Brasil em créditos ativos, a Ademicon planeja saltar das 140 unidades atuais para 200 até o fim do ano. Hoje, em Minas Gerais, a rede tem duas unidades: uma em Belo Horizonte, e outra em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, inaugurada no início do ano.

O objetivo, segundo o desenvolvedor regional da Ademicon, Rafael Kovalski, é a abertura de 19 unidades no Estado até o final de 2025. A prioridade são as cidades polo e cidades secundárias, como Juiz de Fora, na Zona da Mata; Montes Claros, no Norte de Minas; e Uberaba, também no Triângulo, por exemplo.

O modelo de negócios é o licenciamento e autorização de marca e o investimento padrão parte de R\$ 150 mil a depender do formato escolhido.

“Nosso modelo guarda muitas semelhanças com o *franchising*. O licenciado é o nosso sócio na ponta, que nos dá conhecimento e entrada no mercado local. Do nosso lado, oferecemos o *back office*, produtos de ponta e a nossa *expertise* em ges-



Autorização de marca e o investimento padrão parte de R\$ 150 mil

tão. Temos também bons *cases* de sucesso de crescimento de dentro para fora, com consultores que se transformam em licenciados. O crescimento da marca e a expansão territorial caminham lado a lado. Os altos investimentos em mídia

que fizemos são para dar suporte ao crescimento”, explica Kovalski.

De origem paranaense, a Ademicon vem ampliando sua atuação nacional nos últimos anos.

No primeiro semestre deste ano, registrou um crescimento

de mais de 150% no volume de créditos comercializados no mercado mineiro, na comparação com o mesmo período de 2021. Nos seis primeiros meses deste ano, a empresa comercializou mais de R\$ 176 milhões em créditos no Estado.

O interesse da marca em Minas Gerais é bastante justificável. De acordo com a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac), o Estado respondeu sozinho por 9,4% das cotas vendidas no Brasil no ano passado, ficando atrás apenas de São Paulo no *ranking* de participação estadual.

“Minas Gerais é um mercado muito importante e com cultura do consórcio consolidada. Somos paranaenses e vemos muitas características em comum entre os dois mercados. Se, de um lado, o mineiro demora a decidir pela compra, ele é mais receptivo que o paranaense. O consórcio é uma boa opção em qualquer fase da economia, mas quando enfrentamos uma alta da inflação, ainda mais. Ele consegue concorrer com linhas oneradas como os bancos. Nessa fase de taxa de Selic subindo, a gente cresce mais. O consórcio protege a pessoa dela mesma, garantindo a compra”, completa o desenvolvedor regional da Ademicon.

OPORTUNIDADE

Pottencial e DIO vão oferecer bolsas de estudos

A Pottencial, maior *insurtech* do Brasil que teve um crescimento exponencial nos últimos dois anos e hoje está presente em todo o País liderando o nicho do seguro Garantia, e a DIO, plataforma de educação e recrutamento com mais de 900 mil profissionais de tecnologia conectados, estão lançando o Bootcamp Pottencial .NET Developer, um programa com foco em capacitar talentos que querem ingressar ou que já atuam no mercado e que vai oferecer 20 mil bolsas de estudos para profissionais em desenvolvimento *back-end*.

Com duração de 93 horas, o *bootcamp* traz aos profissionais princípios de desenvolvimento de *software*, ambientação e plataforma C# e .NET, Banco de Dados SQL e dominação do ecossistema .NET distribuídos em cursos, 2 desafios de código, 6 projetos práticos e 5 mentorias ao vivo com *experts*.

O Bootcamp Pottencial .NET Developer é o caminho mais rápido para profissionais de tecnologia que querem alavancar a carreira. A trilha tem o propósito de ajudar os talentos que desejam entrar no mercado de tecnologia e também aperfeiçoar os conhecimentos dos profissionais que já atuam em desenvolvimento *back-end*.

Ao final do programa, a Pottencial pretende dar início ao processo



Segundo Daniel Amorim, a Pottencial já nasceu com DNA de *startup*

seletivo para contratar desenvolvedores de diferentes níveis técnicos para atuar em grandes projetos de forma 100% remota.

Em 2021, o .NET ficou em segundo lugar no prêmio Tiobe - Programming Language of the Year, que enumera às linguagens mais populares de acordo com o seu nível de crescimento. Além disso, a tecnologia é conhecida por ter alta performance e infraestrutura para entrega de código, flexibilidade entre plataformas e ter uma curva

de aprendizagem baixa, ou seja, fácil de aprender.

Esses foram alguns dos motivos que levaram a Pottencial a promover o *bootcamp* e conceder essas 20 mil oportunidades para estudantes e profissionais que sonham em trabalhar com tecnologia e transformar suas vidas.

Para o CTO da Pottencial, Daniel Amorim, a companhia já nasceu com DNA de *startup*, apresentando um crescimento exponencial e sustentável desde a sua criação,

há 12 anos. “Para que possamos manter essa trajetória de sucesso é essencial que os investimentos em tecnologia e talentos sejam recorrentes. Pessoas talentosas, com a visão clara do nosso propósito, e o uso adequado da tecnologia nos permitem, entre outras coisas, ampliar o nosso portfólio, com soluções customizadas com base na necessidade das pessoas; olhar com mais atenção para a jornada dos clientes e parceiros, oferecendo um atendimento individualizado e de excelência, e tornar o processo de contratação de um seguro mais simples e ágil”. A área de tecnologia é uma das que mais cresce na companhia e já conta com mais de 180 *potters* - como são chamados os colaboradores internamente.

Impulsionar carreira e mudar vidas faz parte do DNA da DIO. Iglá Generoso, CEO da DIO, comentou sobre a sua expectativa com o *bootcamp*: “A Pottencial é mais uma parceira de peso que chega para incentivar a evolução de profissionais da tecnologia em todo o país. Com isso, a DIO segue na sua missão de impactar milhões de vidas através da transformação real e conexão com as empresas mais inovadoras do Brasil e do mundo”.

As inscrições do Bootcamp Pottencial .NET Developer podem ser feitas até 25 de setembro.

LOCAÇÃO

Gerdau e Empresas Randon fecham parceria

A Gerdau e as Empresas Randon anunciam uma parceria para criar uma *joint venture* que atuará em soluções e serviços de locação de veículos pesados. O negócio tem investimento inicial de R\$ 250 milhões, com participação de 50% de cada sócio nas ações da nova unidade, além de outras fontes de captação que poderão ser acessadas no futuro. A formação da nova empresa, que terá sede em São Paulo, passa agora por processo de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O novo negócio terá como principal serviço a locação de caminhões e semirreboques, buscando entregar soluções rentáveis e adequadas conforme a demanda de clientes que atuam como transportadores ou embarcadores de carga.

A parceria reforça a missão da Gerdau Next, divisão de novos negócios da Gerdau, de diversificar o portfólio de negócios da maior empresa brasileira produtora de aço em segmentos estratégicos como a mobilidade. “A união com as Empresas Randon, uma parceria de duas organizações com histórias

perenes e que se mantém na liderança de seus segmentos, reflete o nosso compromisso de inovar e de buscar a construção de um futuro ainda mais colaborativo. Buscamos desenvolver continuamente soluções rápidas e adequadas às necessidades dos nossos clientes”, afirma o CEO da Gerdau, Gustavo Werneck.

Ligada aos negócios da vertical de Serviços Financeiros e Digitais das Empresas Randon, a parceria potencializa a estratégia de atuação como um ecossistema completo de soluções para a mobilidade. “Aliamos a experiência de duas

grandes companhias industriais brasileiras com olhares comuns para um futuro inovador, explorando as potencialidades de novos negócios. Trazemos, com essa nova empresa, soluções sustentáveis e adequadas aos potenciais clientes, com grandes perspectivas para o setor de transporte e logística”, destaca o CEO das Empresas Randon, Sérgio L. Carvalho.

A comercialização dos serviços da nova empresa contará com o apoio da Rede de Distribuidores da Randon Implementos, com mais de 80 pontos em todo o País.

CURTAS

Sedex Hoje chega a Belo Horizonte

Com o objetivo de ofertar serviços cada vez mais ágeis para aprimorar a experiência dos clientes, agora o Sedex Hoje também faz parte do portfólio de soluções oferecidas pelos Correios em Belo Horizonte. O modelo oferece entrega no mesmo dia da postagem e está disponível para clientes com contrato e sem contrato com os Correios. O Sedex Hoje pode ser postado nas agências até as 15h, para o envio de documentos e mercadorias. A relação de agências habilitadas e as regiões de entrega estão disponíveis para consulta no *site* dos Correios. Muito além de oferecer entrega da encomenda no mesmo dia, o Sedex Hoje disponibiliza acompanhamento em tempo real, interação entre destinatário e entregador e garantia de entrega até as 23h, inclusive aos sábados e domingos. Aos clientes com contrato com os Correios, especialmente aqueles que demandarem entregas recorrentes de Sedex Hoje, a empresa oferece condições especiais, como horário estendido de postagem até 20h, redutores de preços e coleta gratuita.

Leitura inaugura 11ª loja no Rio

A Livraria Leitura inaugurou sua 11ª loja na capital carioca. O novo ponto de literatura e lazer está localizado no segundo piso do Shopping New York-City Center (anexo ao Barra Shopping), Barra da Tijuca. A nova unidade tem 420m² com mezanino e amplo *mix* de produtos contendo livraria, papelaria, presentes, seção infantil, área *geek* e suprimentos de informática. A rede Leitura tem atualmente 98 lojas distribuídas em 22 unidades da Federação e conta ainda com a Leitura Distribuidora de Livros, o atacado de papelaria PLM, as 4 lojas de departamento D+ Casa e Presentes e a loja virtual leitura.com. A Livraria Leitura pretende manter a política de expansão em 2022 e tem previsão para inauguração de mais duas lojas neste ano, completando 100 lojas na rede.

Jamef abre terceiro ponto urbano em SP

O terceiro posto avançado da rede *hubs* urbanos “Perto de Você”, da Jamef, uma das principais transportadoras do Brasil, chegou ao bairro Barra Funda, na zona central de São Paulo, e já está em pleno funcionamento. A unidade atende a nove bairros dessa região. Empresas poderão oferecer aos seus clientes serviços de coleta e retirada de mercadorias, além de contar com a Jamef para entregas na “última milha”, etapa em que os produtos chegam ao seu destino - seja a loja de uma rede varejista ou a casa do consumidor final. Nesse elo da cadeia logística, a Jamef utiliza veículos utilitários de pequeno e médio porte - como Fiorinos e vans - além de motos, ágeis para o deslocamento na cidade. O Hub Urbano Perto de Você, Barra Funda tem um diferencial, a localização no *showroom* da Leveros, uma das principais marcas varejistas do segmento de refrigeração, climatização e energia solar, cliente da Jamef desde 2017. Com seu terceiro *hub* inaugurado, a Jamef reforça o compromisso de oferecer uma solução logística de transporte completa aos seus clientes.

Programa voltado para o mercado pet

Micro e pequenas empresas do setor *pet* de Belo Horizonte e região que desejam conhecer mais sobre inovação, empreendedorismo e tendências do segmento podem participar do Inova-pet - programa que visa desenvolver empresários e potenciais empreendedores do setor nas áreas de finanças, *marketing*, vendas e gestão. As primeiras atividades ocorrem nos dias 19 e 20 de setembro, na sede do Sebrae Minas, em Belo Horizonte. A programação inicial oferece trilhas de capacitação com palestras, consultorias, oficinas de gestão e conteúdos técnicos.



Estratégia tem como meta alavancar as vendas e consolidar a tendência constante de avanço dos negócios, que em 2021 cresceu 71% sobre 2020

NOVIDADE

Ramacrisna lança e-commerce

Fábrica de cercas também tem como estratégia a mudança do nome, agora mais direcionado

DANIELA MACIEL

Após 27 anos instalada em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a fábrica de Telas Ramacrisna, responsável por dar sustentabilidade econômica ao Instituto Ramacrisna, anuncia duas grandes novidades: a mudança da marca de Telas Ramacrisna para Cercas Ramacrisna e o lançamento do seu e-commerce.

De acordo com o gerente da Cercas Ramacrisna, Otávio Figueiredo, o objetivo da mudança é reforçar o negócio da empresa junto aos consumidores finais e distribuidores.

“A palavra tela tem muitos significados. Existem as telas de computador, de TV, de pintura, hoje se fala em múltiplas telas. Então, mudando para ‘cercas’, deixamos claro que trabalhamos com material para cercamentos.

Junto com a mudança de marca, vamos começar a oferecer mão de obra especializada para instalação. Essas novidades vêm para aumentar o faturamento da fábrica e poder ajudar ainda mais ao Instituto. O e-commerce

principalmente, que vão poder fazer a compra a qualquer hora do dia, podendo comprar quantidades partidas como acontece na fábrica. Queremos gerar proximidade com o nosso cliente, fazendo uma venda consultiva

“Deixamos claro agora que trabalhamos com material para cercamentos. Queremos gerar proximidade com o nosso cliente, fazendo uma venda consultiva também pela web. A meta é ter 100 pedidos on-line em seis meses”

quer facilitar a vida dos nossos clientes. Os alambrados ainda têm pouca presença no on-line e acreditamos que pode ser vendido pela internet como qualquer outro produto. É uma facilidade para os consumidores finais,

também pela web. A meta é ter 100 pedidos on-line em seis meses”, explica Figueiredo.

A estratégia é alavancar as vendas e consolidar a tendência constante de crescimento de negócio social, que no ano de

2021 foi de 71%, em relação ao ano anterior. O resultado acompanha o sucesso do mercado de materiais de construção, impulsionado pelas necessidades das pessoas que ficaram em casa, seguindo as medidas de isolamento social e restrições de deslocamento durante a pandemia. Atualmente, a fábrica conta com 22 colaboradores e contribui com uma média de 40% dos custos de manutenção do Instituto Ramacrisna.

“Estamos na zona rural de Betim, onde as oportunidades de emprego formal são escassas. Cada vez que aumentamos a capacidade de produção da fábrica, geramos mais postos de trabalho e beneficiamos duplamente a comunidade que é assistida pelo Instituto e também trabalha aqui”, completa o gerente da Cercas Ramacrisna.

TELECOMUNICAÇÕES

Tecnologia 5G já chegou a 8 capitais brasileiras

Há pouco mais de um mês a faixa principal do 5G - nova tecnologia de internet móvel que pode ser até 100 vezes mais veloz que a 4G - chegou ao Brasil. A primeira cidade a receber foi Brasília, no dia 6 de julho, seguida por Porto Alegre, João Pessoa, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Salvador e Goiânia. Desde então os usuários se perguntam onde a nova internet pode ser acessada em sua cidade e qual o alcance das antenas. É preciso lembrar, primeiro, que a implementação do 5G segue um cronograma, que só será completado em 2029.

Segundo as exigências da Anatel, até 29 de setembro de 2022 as empresas de telefonia precisam disponibilizar uma estação para cada 100 mil habitantes nas capitais do País. Mas o número de antenas pode não ser suficiente para atender a cidade inteira. Brasília, que tem uma área pequena comparada às demais capitais, prevê uma cobertura de 80% já nessa primeira leva.

São Paulo, com uma área bem superior, tem uma abrangência inicial de aproximadamente 25%. Grande parte das estações dessas antenas estão concentradas nos bairros do centro de São Paulo, como Liberdade, Sé, Santa Efigênia, Paraíso e Consolação, além de bairros nobres da zona sul, como Cidade Jardim, Butantã, Morumbi, Vila Mariana, Vila Clementino e Pinheiros.

Pelo cronograma da Anatel, em julho 2025 a mancha de cobertura deve alcançar toda a cidade, já

que a exigência aumenta para uma antena a cada 10 mil habitantes. Os editais do 5G também deixam claro que todas as cidades brasileiras com mais de 30 mil habitantes devem ter acesso à nova tecnologia de internet móvel até 2029.

Homero Salum, diretor de Engenharia da TIM Brasil, observa que nesta primeira fase do 5G o número de antenas está superando o mínimo exigido e que, em breve, as capitais vão experimentar uma cobertura ainda maior da nova tecnologia.

“Brasília foi a primeira cidade a receber o serviço 5G com um investimento que superará 200 antenas ao longo do ano. Belo Horizonte, João Pessoa, Porto Alegre e São Paulo foram contempladas com o 5G standalone e a cobertura da Tim nessas cidades supera o número exigido pela Anatel. Em São Paulo, a Tim está com o 5G presente em 100% dos bairros”, destaca Salum.

Alcance das antenas? - Neste primeiro momento, onde há apenas a obrigatoriedade de uma antena para cada 100 mil habitantes, os usuários vão experimentar oscilações na conexão, principalmente se estiverem em movimento. Isso porque a pouca quantidade de estações vai deixar “buracos” na mancha de cobertura.

Segundo a Anatel, o raio típico de cobertura de uma estação 5G na faixa de 3,5 GHz é de aproximadamente 300 metros. No entanto, a cobertura real pode

ser menor ou maior em função da faixa de frequência utilizada, parâmetros técnicos configurados em cada estação e do ambiente eletromagnético em que o terminal está. Isso significa que a área de abrangência do sinal depende de fatores como relevo, vegetação, presença de construções, temperatura e umidade, por exemplo.

De acordo com a Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações (Abrintel), cada antena pode oferecer o sinal de 5G em um raio de até 600 metros caso não haja obstáculos, como prédios. “O normal, neste início, é que o sinal oscile entre o 5G e o 4G, principalmente se o usuário estiver em trânsito”, explica o presidente da Abrintel, Luciano Stutz. “A gente vai ver agora, a partir do uso, sendo densificado, ou seja, entre duas torres que hoje já tem uma antena vão colocar mais antenas, que é o ‘cinco vezes mais’ que precisa, para cobrir exatamente aqueles buracos de cobertura que tem entre uma estação e outra. E com mais telefones que vão surgindo e consumindo mais, você precisa adensar com mais capacidade.”

Impacto do 5G - A nova geração de internet móvel evoluiu ainda mais os sistemas da Internet das Coisas (IoT), otimizando a conectividade das máquinas, melhorando as formas de interação e aumentando a velocidade e a segurança na troca de dados. A tecnologia que vai permitir a comunicação não somente entre as pessoas,

mas sobretudo, entre máquinas, otimizando o setor produtivo em toda a cadeia.

Segundo o Ministério da Economia, a chegada do 5G ao Brasil também traz uma demanda por soluções que têm o potencial de gerar R\$ 101 bilhões nos próximos 10 anos apenas no mercado de softwares. E a utilização de soluções 5G pode proporcionar um benefício de R\$ 590 bilhões por ano para os mais diversos setores da economia, como indústria, educação, saúde e transporte.

O diretor de Engenharia da TIM Brasil, Homero Salum, explica que além de mais opções ao consumidor comum, a chegada do 5G já começa uma revolução em diversos setores, como a indústria, que vai evoluir graças à possibilidade de um grande volume de dados e tempo de resposta baixíssimo, e a medicina, quando médicos poderão fazer cirurgias inclusive à distância, de qualquer parte do mundo.

“No 5G, o tempo de resposta entre a emissão e a recepção de uma informação, a chamada latência, vai permitir, por exemplo, que um cirurgião opere com precisão um paciente de forma remota. A mesma característica vai possibilitar que carros dirijam a si mesmos sem necessidade de um motorista. O 5G também vai automatizar ainda mais o nosso campo, o nosso agronegócio. Na indústria, o que vai gerar máquinas e equipamentos para toda essa conectividade, o impacto será revolucionário”, explica. **(Brasil61)**

CURTAS

Embrapii mira em startups

A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) assinaram, no dia 1º de setembro, acordo para aproximar a agenda das instituições, com foco em fomento a startups e empresas de pequeno porte de todo o País. A parceria se propõe a criar um ambiente mútuo de estímulo à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). A Embrapii conta com uma rede 76 Unidades Embrapii - centros de pesquisa com infraestrutura e pesquisadores para atender à demanda da indústria nacional. Já a Anprotec é referência no movimento de inovação e empreendedorismo, que reúne cerca de 350 associados, entre incubadoras e aceleradoras de empresas (instituições que auxiliam micro e pequenas empresas nascentes e startups), parques tecnológicos, instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos e outras entidades ligadas a empreendedorismo e inovação.

Empreendimento com foco em sustentabilidade

Líder em empreendimentos horizontais no Brasil há quase 50 anos, o Grupo Alphaville anuncia o lançamento de seu mais novo empreendimento em Minas Gerais, na cidade de Betim (RMBH). Com apenas 396 lotes, a partir de 360 m², o Terras Alpha Betim foi desenhado para priorizar a sustentabilidade, a segurança e o bem-estar de todos os moradores, aspectos que são referências da marca em todas as suas concepções urbanísticas. O empreendimento terá mais de 310.000 m² de áreas verdes preservadas, com o objetivo de manter a vegetação local e proporcionar a interação entre os moradores e a natureza do entorno. As ruas serão iluminadas com lâmpadas de LED para reduzir o consumo de energia. Um importante diferencial é a instalação de totens para recarga de carros elétricos.

Calzedonia no Diamond Mall

A Calzedonia, marca italiana referência em alta qualidade de *legwear* e *beachwear*, abriu as portas de sua nova loja em Belo Horizonte, no Diamond Mall. O espaço conta com uma seleção completa de meias, meias-calças, *leggings*, biquínis, maiôs e peças de *homewear*, além de itens masculinos, tudo no estilo Made in Italy. Toda a coleção de meias-calças - com estampas, fios e padronagens diversas -, é *hit* absoluto entre as consumidoras mundo afora, assim como os biquínis e saídas de praia da coleção *beachwear*, desenvolvidas para proporcionar o máximo de estilo para o verão. Em conceito “Loft”, que segue o padrão internacional *label*, a nova loja possui arquitetura característica, que cria uma atmosfera moderna e descolada.

Soluções práticas para a gestão de empresas

Belo Horizonte recebe a 2ª Edição do “Do It Now”, um dos maiores e mais relevantes eventos de gestão fácil na prática de Minas Gerais, que acontece nos dias 28 e 29 de setembro no Cine Theatro Brasil Vallourec. O evento Do It Now!, idealizado pelo CEO da Matur Contábil, Mário Mateus, tem o objetivo de qualificar e oferecer para mais de mil pequenos e médios empresários do País uma imersão em empreendedorismo, apresentando *cases* de sucesso e nomes de peso do empreendedorismo mineiro e nacional. Entre eles, destacam-se o CEO da Samba Tech, Gustavo Caetano; o fundador da Khappy Kombucha, Zé Felipe e o empreendedor digital e CEO do iHub, Bruno Motti, dentre outros. O evento “Do It Now!”, que significa “Faça isso agora” traz o conceito de que os empresários não precisam se deixar levar por crenças limitantes que bloqueiam sua jornada de sucesso.



LEGISLAÇÃO

JUDICIÁRIO

Rosa Weber é a terceira mulher a presidir o Supremo

Gestão da ministra será mais curta, até outubro de 2023

Brasília - A ministra Rosa Weber assumiu ontem a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) Ela é a terceira mulher a ocupar o mais alto posto do Poder Judiciário. Luís Roberto Barroso foi empossado vice-presidente. A gestão de Rosa no Supremo, onde a presidência costuma durar dois anos, será mais curta do que a de seus antecessores. Isso porque a ministra completa 75 anos em outubro do ano que vem e terá que se aposentar da carreira de magistrada. A cerimônia de posse foi acompanhada pelos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, e do procurador-geral da República, Augusto Aras, além de outras autoridades dos Três Poderes.

Rosa Weber graduou-se em ciências jurídicas e sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1971. Foi juíza do trabalho de 1976 a 1991 e integrou o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) de 1991 a 2006. Presidiu o TRT-4 no biênio de 2001 a 2003. De 2006 a 2011, foi ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), até ser nomeada para o STF, onde tomou posse em

19/12/2011. Ela presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2018 a 2020 e é autora de diversos artigos.

Em quase 11 anos de atuação no Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Rosa Weber relatou processos com grande impacto sobre matéria ambiental, transparência, fiscalização de agentes pú-

Caso as apurações preliminares fossem arquivadas, Bolsonaro se livraria de suas cinco principais acusações feitas no relatório final da CPI da Covid-19

blicos e proteção a garantias fundamentais. Entre os casos estão as Ações Direta de Inconstitucionalidade (ADIs) 3406 e 3470, em que o Plenário validou lei do Estado do Rio de Janeiro que trata da substituição progressiva dos produtos contendo amianto branco em seu território. Na ocasião, a Corte reafirmou a inconstitucionalidade de dispositivo de lei federal que permitia o amianto crisotila no país. Em

seu voto, a ministra destacou que a lei fluminense se pauta pelo princípio da precaução e demonstra preocupação com o meio ambiente e a saúde humana.

Pouco antes de ser empossada na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Rosa Weber determinou que a Polícia Federal mantenha apurações preliminares da CPI da Covid-19 sobre a conduta do presidente Jair Bolsonaro (PL). Com a decisão, ela contraria os pedidos da Procuradoria-Geral da República (PGR) para que as investigações sejam arquivadas.

A ministra deu as ordens em três ações nas quais a CPI solicitou que o presidente Jair Bolsonaro fosse indiciado sob suspeita da prática dos crimes de charlatanismo, emprego irregular de verbas públicas e de prevaricação.

Na ação a respeito de emprego irregular de verbas públicas, também é investigado preliminarmente o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello.

Prevaricação - Já na de prevaricação, além de Pazuello, a apuração também envolve o ex-secretário-executivo da pasta Elcio Franco e o atual



Rosa Weber determinou que a PF continue a apurar a conduta de Bolsonaro na pandemia

ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. As decisões foram assinadas na última sexta-feira (9), mas entraram ontem no sistema do Supremo.

No dia 25 de julho, a vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo, disse que nesses casos não viu indícios para que as investigações continuem no âmbito da Procuradoria-Geral da República e solicitou que os casos fossem arquivados.

É praxe que, após esse pedido, os ministros do Supremo sigam o entendimento da PGR e arquivem as investigações.

Mas a cúpula da CPI-formada pelos senadores Omar Aziz (PSD-AM), Renan Calheiros (MDB-AL) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP)-pediu nos autos que, antes de sejam analisados os pedidos de arquivamento, seja determinado à PF que faça “a indexação entre fatos, imputações, provas e indícios a partir do relatório final e do acervo documental da CPI”.

Segundo Rosa Weber, o pedido tem “pertinência com o objeto investigado e potencial epistêmico para colher novos elementos a respeito dos fatos em apuração, não malferindo direitos e garantias fundamentais, razão pela qual viável a autorização de seu emprego”.

Os pedidos de arquivamento de Lindôra foram vistos como uma vitória de Bolsonaro na campanha à reeleição e como o sepultamento da comissão parlamentar de inquérito.

Caso as apurações preliminares fossem arquivadas, como pediu Lindôra, Bolsonaro se livraria de suas cinco principais acusações no relatório final da CPI.

Diligências - Ela determinou que a PF realize o que foi solicitado pela CPI, “além de outras (diligências) que a autoridade policial entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos objeto do presente procedimento”.

Apesar da aversão a polêmicas, Rosa tem desde o ano passado elevado o tom de críticas em ações relacionadas a Bolsonaro. Ela assumiu, por exemplo, a linha de frente no Supremo contra a atuação do governo no combate à Covid-19.

Era relatora do inquérito contra o presidente por suposta prevaricação diante das suspeitas na compra da vacina indiana Covaxin. Em março, Rosa chegou a negar um pedido da Procuradoria-Geral da República para arquivar o inquérito do caso, mas, após um novo pedido, acatou.

Na última quinta-feira (8), ela decidiu que o Supremo deve supervisionar o andamento de um pedido para que a PGR investigue Bolsonaro após a apresentação em que ele repetiu teorias da conspiração sobre urnas eletrônicas a embaixadores estrangeiros no Palácio da Alvorada. **(José Marques/Folhapress/com informações do STF)**

ENFERMAGEM

CNM aponta impacto de R\$ 10,5 bi com piso

Brasília - A fixação de um piso salarial para profissionais de enfermagem pode pressionar as finanças municipais e levar a demissões ou cortes em verbas que bancam atendimentos na rede de saúde ou compra de remédios e vacinas, afirma a Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Em estudo divulgado ontem, a entidade calcula que a fixação do piso de R\$ 4.750 para enfermeiros, com valores proporcionais para cargos auxiliares, pode gerar um impacto de R\$ 10,5 bilhões ao ano para as prefeituras, entre custos diretos e indiretos.

Em um exercício para ilustrar o risco dessa medida para o atendimento à população, a CNM afirma que a aplicação do piso poderia significar a demissão de 11,8 mil equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), o equivalente a 32,5 mil profissionais.

Onúmero representa 22,7% das 52,2 mil equipes de saúde da família atuantes no Brasil. A região Nordeste seria a mais impactada, com uma perda de 37% de seus profissionais.

Nas contas da CNM, a desmobilização dessas equipes poderia deixar 34,9 milhões de brasileiros sem atendimento básico de saúde.

“Não estamos dramatizando, estamos mostrando os números”, disse o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, em entrevista à imprensa.

As estimativas serão apresentadas ao Supremo Tribunal

Federal (STF), que julga uma ação pedindo a suspensão do piso da enfermagem. A CNM atua como terceiro interessado (*amicus curiae*), representando os municípios.

O ministro Luis Roberto Barroso concedeu uma liminar determinando a suspensão da lei que estabeleceu uma remuneração mínima para enfermeiros e auxiliares e técnicos em enfermagem “até que seja esclarecido” o impacto financeiro da medida para estados e municípios e para os hospitais.

Em julgamento no plenário virtual, o placar está 5 a 3 em favor da manutenção da liminar suspendendo a aplicação do piso.

“Nenhum prefeito e nenhum cidadão é contra o piso dos enfermeiros. Todos teriam que ter remuneração até melhor. Só que não há como suportar essa despesa, por mais necessária que seja”, disse Ziulkoski.

Estabilidade - Segundo ele, nem todas as prefeituras teriam como demitir seus funcionários, como o exercício do estudo sugere, pois alguns são servidores estatutários, com estabilidade no cargo. Nesses casos, o impacto recairia sobre outras despesas. “Muitos municípios não podem demitir. Então vai continuar diminuindo a cobertura de vacinação, vai tirar de outras áreas”, alertou o presidente da CNM.

O custo calculado pela entidade cresceu em relação à

estimativa anterior, de R\$ 9,4 bilhões, devido a uma atualização dos números, informou Ziulkoski. A conta anterior era baseada em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2020. Desde então,

muitas prefeituras concederam reajustes.

O governo federal tem estimativas menores do impacto. Nas avaliações do Ministério da Economia, o custo adicional com o piso seria de

R\$ 4,3 bilhões anuais para municípios e R\$ 1,6 bilhão para estados.

O presidente da CNM afirma que alguns cálculos subestimam o efeito da medida porque, segundo ele,

ignoram os custos indiretos e contratos com organizações sociais (OSS) que atuam na rede primária de saúde e também demandarão reajustes em seus contratos. **(Idiana Tomazelli/Folhapress)**

Placar do julgamento está 5x3 pela suspensão

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) registra um placar de cinco a três a favor da suspensão do piso nacional da enfermagem, conforme decidido pelo ministro Luis Roberto Barroso. Os votos divergentes são dos ministros André Mendonça, que abriu a divergência, Kassio Nunes Marques e Edson Fachin.

O tribunal analisa, em sessão do plenário virtual, se mantém a decisão de Barroso que determinou a suspensão da lei que estabeleceu uma remuneração mínima para enfermeiros e auxiliares e técnicos em enfermagem “até que seja esclarecido” o impacto financeiro da medida para estados e municípios e para os hospitais.

Seguiram o voto de Barroso os ministros Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia. Ainda faltam votar os ministros Rosa Weber, Gilmar Mendes e Luiz Fux.

O julgamento, porém, só será encerrado na próxima sexta-feira (16), e os ministros podem modificar os seus votos ou interromper a votação. No plenário virtual, cada integrante do Supremo deposita seu voto na plataforma, durante um período determinado de tempo.

A norma aprovada pelo Congresso fixou o salário mínimo de R\$ 4.750 para os enfermeiros. Técnicos em

enfermagem devem receber 70% desse valor, e auxiliares de enfermagem e parteiros, 50%.

Desde que decidiu pela suspensão do piso, Barroso tem reiterado que a sua decisão tem o objetivo de criar, de forma consensual, uma fonte de custeio que a viabilize o cumprimento da lei.

“Minha posição é que é muito justa a instituição de um piso para a enfermagem e para outros profissionais de saúde. Portanto, eu estou empenhado em viabilizar a concretização desse piso”, afirmou Barroso após a sessão do STF na última quinta-feira (8).

“(Mas) Minha visão é a de muitos é de que, sem se construir uma fonte de custeio, seria muito difícil tirar do papel esse piso salarial”, argumentou. De acordo com Barroso, havia um risco real e iminente de descumprimento geral da lei.

“Muitos hospitais já estavam demitindo por antecipação pela dificuldade em cumprir o piso. Obras sociais importantes avisaram que iam fechar. As Santas Casas, se conseguissem não fechar, já acenavam com redução de serviço. Os hospitais conveniados do SUS acenavam com demissão em massa”, afirmou o ministro.

A decisão do ministro foi criticada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que afirmou que a suspensão foi to-

mada por “capricho pessoal”.

“Uma pessoa que foi escolhida por Dilma Rousseff para ser ministro do Supremo contraria uma unanimidade, 594 parlamentares e um presidente, no meu bem entender, por capricho pessoal dele. Não devia se meter nessas coisas, no meu entender, não é ação dele, não é isso, não tem nada de inconstitucional nisso aí”, afirmou Bolsonaro durante sabatina do jornal “Correio Braziliense”.

“Não sei como vão votar (no plenário virtual) o Kassio (Nunes Marques) ou o André Mendonça, botei (esses ministros) lá dentro, mas acho que eles devem estar ao lado dos trabalhadores”, completou, citando os integrantes do STF que foram indicados pelo presidente.

De acordo com Mendonça, apesar das peculiaridades do caso em julgamento, os precedentes do Supremo vão de encontro ao voto de Barroso.

Segundo o ministro, em hipóteses semelhantes, o STF reconheceu a constitucionalidade do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica e que, apesar de ainda estar pendente de julgamento a lei sobre piso salarial dos agentes comunitários de saúde, “não se tem notícias de decisão que tenha determinado a suspensão de sua eficácia”. **(José Marques/Folhapress)**



MERCADO DE CAPITAIS

Emissões recuaram 60% em agosto

Operações realizadas no último mês somaram R\$ 32,5 bilhões, de acordo com a Anbima

As emissões no mercado de capitais somaram R\$ 32,5 bilhões em agosto, o que representa um recuo de 60% na comparação com o mês anterior. De acordo com os dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), as ofertas totalizam R\$ 351 bilhões no acumulado

A renda fixa respondeu por 96% das emissões do mercado de capitais em agosto (R\$ 31,9 bilhões), na maior participação do segmento para um único mês desde setembro de 2018.

dos oito primeiros meses de 2022, uma redução de 4,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda poderá ser atenuada, uma vez que ainda há ofertas em andamento e em análise, de R\$ 10,2 bilhões e R\$ 12,7 bilhões, respectivamente (desconsiderando as de ações).

A renda fixa respondeu por 96% das emissões do mercado de capitais em agosto (R\$ 31,9

bilhões), na maior participação do segmento para um único mês desde setembro de 2018. “Mesmo com a possibilidade do ciclo de alta dos juros não se prolongar nos próximos meses, o elevado patamar das taxas ainda deverá manter atrativas as condições dos papéis de renda fixa no mercado primário, por conta do forte fluxo de investidores para o segmento”, afirma o vice-presidente da Anbima, José Eduardo Laloni.

Debêntures se destacam - Em agosto, as emissões de debêntures somaram R\$ 21,6 bilhões, o equivalente a 66% das ofertas totais do mercado de capitais no mês, em linha com a média do acumulado de janeiro a julho. No ano, o volume captado com esses títulos de dívida privada somou R\$ 180,2 bilhões, um crescimento de 31% em relação aos R\$ 137,5 bilhões ofertados de janeiro a agosto de 2021.

O destaque é o aumento da participação dos fundos de investimento como subscritores no acumulado de janeiro a agosto: 42,8%, ante 36,5% no mesmo período de 2021. O crescimento, entretanto, foi



No mercado de renda variável, não houve registro de operações em agosto, segundo a Anbima

insuficiente para ultrapassar a parcela dos intermediários e demais participantes ligados à oferta, que se mantém como os principais subscritores nas ofertas públicas de debêntures (45,7%). Investidores institucionais (6,7%), pessoas físicas (4,7%) e investidores estrangeiros (0,1%) aparecem em seguida.

Renda variável - Na renda variável, não houve registro

de operação no mercado doméstico em agosto. A última oferta ocorreu em julho, com um *follow-on* de R\$ 30,9 bilhões da Eletrobrás. No ano, até agosto, as captações somam R\$ 49,7 bilhões, sendo R\$ 406 milhões em IPOs e R\$ 49,3 bilhões em *follow-ons*.

Os investidores estrangeiros reduziram em mais de 10 pontos percentuais a participação na subscrição de ações, passando de 35,9% para

25,8% entre janeiro e agosto deste ano, na comparação ao mesmo período do ano passado.

Assim como ocorreu em julho, nenhuma operação no mercado externo foi registrada em agosto. No acumulado dos oito primeiros meses do ano, foram contabilizadas 12 operações, que correspondem aos volumes de US\$ 5 bilhões em renda fixa e de US\$ 125 milhões em renda variável.

CÂMBIO

Dólar registra a terceira queda consecutiva

São Paulo - O dólar caiu pelo terceiro pregão consecutivo ontem e fechou no menor patamar em duas semanas, abaixo de R\$ 5,10, castigado por clima de maior apetite por risco no exterior, valorização de commodities e percepção de cenário doméstico ainda atraente para o capital estrangeiro.

A moeda norte-americana negociada no mercado interbancário recuou 0,93%, a R\$ 5,0983, menor nível para encerramento desde 29 de agosto (R\$ 5,0330). No acumulado dos últimos três pregões, o dólar recuou 2,7%.

Na B3, às 17:07 (de Brasília), o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento caía 1,08%, a R\$ 5,1250.

Parte dessas perdas foi atribuída por participantes do mercado financeiro a um arrefecimento da moeda norte-

-americana no exterior, onde seu índice frente a uma cesta de seis rivais fortes tem se afastado nos últimos dias de máxima em 20 anos atingida na quarta-feira da semana passada.

Na tarde de ontem, esse índice mostrava queda de 0,40%, enquanto as ações tiveram alta generalizada nas principais bolsas de valores, sinal do maior apetite global por risco.

Já os preços de várias *commodities* importantes, como petróleo e minério de ferro, têm mostrado alta nos últimos pregões.

“As moedas latino-americanas, em geral, acabam sendo bastante atraentes por serem de uma região diversificada na oferta de *commodities* para exportação. Isso atrai tanto investimento produtivo quanto investimento financeiro”

para os mercados regionais em momentos de valorização internacional desse tipo de produto, disse o analista de inteligência de mercado da StoneX, Leonel Mattos.

O real capitaneou os ganhos regionais no dia, mas outras moedas latino-americanas registraram alta frente ao dólar nesta sessão, como os pesos mexicano e chileno e o sol peruano.

Enquanto isso, investidores continuaram monitorando o noticiário político brasileiro, a menos de três semanas do primeiro turno das eleições presidenciais.

O Goldman Sachs notou em relatório que algumas medidas de percepção de investidores em relação ao pleito têm se mantido “relativamente estáveis” conforme se aproxima 2 de outubro, o que eles atribuem a uma

combinação de fatores que têm tirado o foco das incertezas político-fiscais do Brasil.

Entre esses elementos, o banco citou o elevado *carry* (retorno de taxa de juros) do real e a maior sensibilidade da moeda aos preços das *commodities*, dois pontos também mencionados por Mattos, da StoneX.

No entanto, o Goldman Sachs alertou que um resultado acirrado nas urnas pode ser o maior risco de cauda para o real neste momento.

Apesar do recente enfraquecimento do dólar, há grandes chances de uma recuperação acentuada da moeda norte-americana – tanto no mercado local quanto no internacional – até o fim deste ano, avaliou Mattos, citando o efeito do atual ciclo de aperto monetário do Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos.

O Fed já subiu sua taxa de juros em 2,25 pontos percentuais desde março deste ano, e a maior parte dos mercados financeiros acredita que a autoridade monetária elevará os custos dos empréstimos em mais 0,75 ponto em seu encontro deste mês, nos dias 20 e 21. Dados de inflação norte-americanos desta terça-feira serão avaliados de perto, já que podem oferecer pistas sobre a decisão do banco central na semana que vem.

Quando os EUA, país considerado seguro para investimentos, oferecem juros mais altos, acaba ofuscando a atratividade de mercados como o Brasil – onde o nível superior das taxas de juros é uma medida de maior risco – para agentes financeiros estrangeiros, explicou Mattos. **(Reuters)**

FOCUS

Analistas reduzem a projeção para a inflação

Brasília - A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do País, caiu de 6,61% para 6,4% neste ano. É a 13ª redução consecutiva da projeção. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa de instituições para os principais indicadores econômicos.

Para 2023, a estimativa de inflação ficou em 5,17%. Para 2024 e 2025, as previsões são de inflação em 3,47% e 3%, respectivamente.

A previsão para 2022 está

acima da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,5% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,25% e o superior 5,25%.

Em agosto, a inflação teve novo recuo, de 0,36%, após queda de 0,68% em julho. Com o resultado, o IPCA acumula alta de 4,39% no ano e 8,73% em 12 meses, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Taxa de juros - Para alcançar a meta de inflação, o Banco

Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa está no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava em 13,75% ao ano.

Para o mercado financeiro, a expectativa é de que a Selic encerre o ano nesse patamar. Para o fim de 2023, a estimativa é de que a taxa básica caia para 11,25% ao ano. Já para 2024 e 2025, a previsão é de Selic em 8% ao ano e 7,5% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a deman-

da aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia. Além da taxa Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB e câmbio - As instituições financeiras consultadas pelo BC elevaram a projeção para o crescimento da economia brasileira neste ano de 2,26% para 2,39%. Para 2023, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 0,5%. Em 2024 e 2025, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 1,8% e 2%, respectivamente.

A expectativa para a cotação do dólar manteve-se em R\$ 5,20 para o final deste ano. Para o fim de 2023, a previsão é de que a moeda americana também fique nesse mesmo patamar. **(Reuters)**

Ibovespa tem alta de 0,98%

São Paulo - O Ibovespa fechou em alta ontem, embalado pelo tom positivo de praças acionárias no exterior antes de um dado crucial de inflação nos Estados Unidos, que ajudará a balizar as apostas sobre os próximos passos do Federal Reserve.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa subiu 0,98%, a 113.406,55 pontos, tendo ultrapassado os 114 mil pontos na máxima do dia. O volume financeiro da sessão somou R\$ 22,7 bilhões.

Em Wall Street, o S&P 500 avançou mais de 1% na véspera de divulgação do índice de preços ao consumidor (CPI) de agosto, no qual agentes financeiros buscarão pistas sobre a duração e a profundidade do aperto monetário norte-americano.

Para a decisão de juros do banco central dos EUA neste mês, o mercado precifica mais de 90% de chance de alta de 0,75 ponto percentual. Assim, o CPI - exceto se muito diferente do previsto - tende a influenciar as apostas para a decisão seguinte.

Pesquisa Reuters com economistas aponta uma queda de 0,1% no CPI em agosto sobre julho e alta de 8,1% ano a ano.

“A expectativa é que a inflação tenha arrefecido, mas se esse dado não vier conforme o esperado, os ânimos podem reverter esse apetite a risco que vemos no mercado”, disse o especialista em investimentos da corretora Rico, Álvaro Feris.

Destaques - Magazine Luiza ON avançou 9,13%, a R\$ 4,78, beneficiando-se do cenário mais benigno para o crescimento da economia, bem como para a inflação, com Via ON subindo 4,91% e Americanas valorizando-se 4,35%. Ecorodovias ON subiu 7,03%, a R\$ 6,55 reais, enquanto a concorrente no setor de concessão de infraestrutura CCR ON teve queda de 0,9%, a R\$ 14,27. O Bank of America retomou a cobertura no setor de transportes e bens de capital com recomendação de ‘compra’ para Ecorodovias e *underperform* para CCR.

Vale ON subiu 0,86%, a R\$ 70,15 reais, em sessão sem China, estendendo valorização registrada na semana passada, quando ganhou 10,54%.

Petrobras PN caiu 0,66%, a R\$ 31,58, mesmo com a alta do petróleo no exterior. A estatal anunciou redução de 4,73% o preço do gás de cozinha para distribuidoras a partir desta terça-feira (13). Levantamento do Ministério da Economia também mostrou que mais da metade da promessa de investimentos no país nos próximos dez anos é do setor de óleo e gás, que tem presença maciça da Petrobras. **(Reuters)**

Bovespa

Movimento do Pregão 12/09

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em alta de +0,98% ao marcar 113406.55 pontos, com volume financeiro negociado de R\$ 22.772.846.404. As maiores altas foram MAGAZ LUIZA ON, ECORODOVIAS ON, VIA ON, POSITIVO TEC ON e LOCAWEB ON. As maiores baixas foram ASSAI ON, PETRORIO ON, IGUATEMI S.A UNT, SABESP ON e RAIZEN PN.

Pregão do dia 09/09

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Participação (%)	Valor (R\$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRÃO	2.380.776	1.468.347	42,97	21.959.469,01	89,43
FRACIONARIO	296.918	4.079	0,11	74.855,53	0,30
DEMAIS ATIVOS	532.947	1.142.888	33,44	1.581.548,60	6,44
TOTAL A VISTA	3.210.606	2.615.312	76,53	23.615.781,72	96,17
EX OPCO COMPRA	8	2	0,00	16,29	0,00
TERMO	998	8.772	0,25	146.571,20	0,59
OPCOES COMPRA	174.916	461.602	13,50	342.403,19	1,39
OPCOES VENDA	152.347	330.203	9,66	310.987,36	1,26
OPC.COMP.INDEX	1.678	52	0,00	73.275,84	0,29
OPC.VEND.INDEX	853	38	0,00	37.427,99	0,15
TOTAL DE OPCOES	329.794	791.896	23,17	764.094,40	3,11
BOVESPAFIX	507	95	0,00	7.019,62	0,02
TOTAL GERAL	3.633.592	3.417.034	100,00	24.554.393,96	100,00
PARTIC. AFTER MARKET	15.972	10.788	0,31	133.389,26	0,54
PARTIC. NOVO MERCADO	1.976.277	1.492.796	43,68	15.026.626,13	61,19
PARTIC. NIVEL 1	371.023	302.700	8,85	3.397.183,94	13,83
PARTIC. NIVEL 2	442.210	416.283	12,18	3.228.432,45	13,14
PARTIC. BALCÃO ORGANIZADO	209	5	0,00	4.36,59	0,00
PARTIC. MAIS	130	28	0,00	74,33	0,00
PARTIC. IBOVESPA	1.754.868	1.229.033	35,96	19.505.442,48	79,43
PARTIC. IbrX 50	1.221.998	881.496	25,79	16.013.004,09	65,21
PARTIC. IbrX 100	1.815.485	1.248.569	36,53	19.825.898,10	80,74
PARTIC. IbrA	2.207.309	1.421.073	41,58	21.282.185,65	86,67
PARTIC. MIDLARGE	1.312.759	797.040	23,32	16.396.816,73	66,77
PARTIC. SMALL	895.748	624.263	18,26	4.886.604,79	19,90
PARTIC. ISE	773.074	572.556	16,75	7.150.997,76	30,58
PARTIC. ICO2	1.177.456	812.432	23,77	12.632.612,61	51,44
PARTIC. IEE	146.895	51.866	1,51	1.038.398,97	4,22
PARTIC. INDX	480.087	257.256	7,52	4.065.461,94	16,55
PARTIC. ICONSUMO	835.740	632.340	18,50	6.212.098,18	25,29
PARTIC. IMOBILIARIO	207.831	100.836	2,95	1.201.516,14	4,89
PARTIC. IFINANCEIRO	317.858	247.072	7,23	3.156.949,72	12,85
PARTIC. IMAT	311.908	176.874	5,17	5.403.769,74	22,00
PARTIC. UTIL	197.512	62.882	1,84	1.458.684,28	5,94
PARTIC. IVBX 2	894.160	633.925	18,55	8.058.118,52	32,81
PARTIC. IGC	2.170.237	1.386.071	40,56	20.716.661,33	84,37
PARTIC. IGCT	2.131.734	1.372.194	40,15	20.631.049,30	84,02
PARTIC. IGMN	1.615.610	1.069.694	31,30	14.519.151,92	59,13
PARTIC. ITAG ALONG	2.077.732	1.333.633	39,02	19.948.646,24	81,24
PARTIC. IDIV	816.790	413.479	12,10	10.808.912,17	44,02
PARTIC. IFIX	370.676	3.972	0,11	223.735,94	0,91
PARTIC. BDRX	45.570	6.206	0,18	226.542,19	0,92
PARTIC. IFIL	327.545	3.527	0,10	205.201,87	0,83

MERCADO À VISTA

LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade
SGTK11	INVESTO SGTK	CI	79,15	79,15	80,27	79,89	80,05	1,16+	79,93	80,05	9	179
AIAP34	ADVANCE AUTO	DRN	58,64	58,20	58,64	58,57	58,38	-0,10+	-	-	3	19.784
AIBB34	ABB LTD	DRN	36,72	36,72	36,72	36,71	36,72	1,24+	36,70	39,00	1	1
AIBM34	ABIOMED INC	DRN	-	-	-	-	-	-	172,00	-	-	-
AICR34	AMCOR PLC	DRN ED	63,34	62,82	63,34	63,08	62,82	-0,82+	-	-	2	2
AIDI34	ANALOG DEVIC	DRN	-	-	-	-	-	-	215,00	-	-	-
AIDM34	ARCHER DANIE	DRN	-	-	-	-	-	-	224,00	-	-	-
AIEE34	AMEREN CORP	DRN ED	-	-	-	-	-	-	125,00	-	-	-
AIEG34	AEGON NV	DRN	24,15	24,15	24,15	24,15	24,15	2,98+	23,85	25,09	1	1
AIEP34	AMERICAN ELE	DRN	-	-	-	-	-	-	137,00	-	-	-
AIES34	AES CORP	DRN	141,72	141,72	141,72	141,72	141,72	-1,08+	-	-	2	2
AIFL34	AFLAC INC	DRN	-	-	-	-	-	-	150,00	-	-	-
AIGI34	AGILENT TECH	DRN	-	-	-	-	-	-	300,08	-	-	-
AIIV34	APARTMENT IN	DRN	-	-	-	-	-	-	24,33	-	-	-
AIKA34	AKAMAI TECHN	DRN	-	-	-	-	-	-	35,18	40,00	-	-
AILB34	ALBEMARLE CO	DRN	1542,06	1542,06	1548,00	1543,66	1548,00	1,56+	1250,00	1650,00	4	11
AILG34	ALIGN TECHNO	DRN	339,82	338,35	340,36	339,42	338,63	1,75+	338,50	349,00	11	118
AILK34	ALASKA AIR G	DRN	-	-	-	-	-	-	115,00	-	-	-
AILL34	BREAD FINAN	DRN	50,45	50,45	51,00	50,99	50,95	4,19+	50,45	58,90	4	141
AIMB34	AMERISOURCEB	DRN	-	-	-	-	-	-	380,30	-	-	-
AIMD34	ADVANCED MIC	DRN	437,44	435,27	441,24	438,40	438,65	2,46+	438,65	444,00	147	2.390
AIME34	AMETEK INC	DRN	-	-	-	-	-	-	152,00	-	-	-
AIMP34	AMERIPRISE F	DRN	369,45	369,45	370,66	369,85	370,66	1,52+	161,00	-	5	6
AIMT34	APPLIED MATE	DRN	497,64	496,70	500,03	497,90	499,39	3,17+	479,50	-	12	18
AIMX34	AMERICAMOVIL	DRN	44,97	44,97	44,97	44,97	44,97	1,16+	44,45	-	1	133
AINE34	ARISTA NETWO	DRN	161,20	160,80	161,20	161,09	160,80	1,29+	-	185,84	14	25
AINS34	ANSYS INC	DRN	-	-	-	-	-	-	260,08	-	-	-
AION34	AON PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	172,00	-	-	-
AIOS34	AO SMITH COR	DRN	-	-	-	-	-	-	145,00	-	-	-
AIPA34	APA CORP	DRN	193,23	193,23	193,23	193,23	193,23	0,89+	75,00	-	1	3
AIPD34	AIR PRODUCTS	DRN	-	-	-	-	-	-	280,00	-	-	-
AIPH34	AMPHENOL COR	DRN	-	-	-	-	-	-	-	199,80	-	-
AIRE34	ALEXANDRIA R	DRN	-	-	-	-	-	-	159,17	-	-	-
AISN34	ASCENDIS PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	-	62,60	-	-
AISU34	ASSURANT INC	DRN	-	-	-	-	-	-	111,00	-	-	-
AITH34	AUTOHOME INC	DRN	18,14	17,67	18,14	17,70	17,92	3,22+	17,90	-	51	248
AITT34	ALLSTATE COR	DRN ED	-	-	-	-	-	-	165,00	-	-	-
AIUA34	ANGLOGLD AS	DRN	18,13	18,04	18,13	18,04	18,04	2,96+	17,88	30,00	3	12.831
AIUT34	AUTODESK INC	DRN	272,68	272,68	273,38	272,85	273,34	0,96+	238,00	400,00	6	15
AIVB34	AVALONBAY CO	DRN	278,04	275,24	278,04	276,58	277,91	0,56+	257,00	-	3	12
AIIV34	AVERY DENNIS	DRN ED	-	-	-	-	-	-	256,00	-	-	-
AIWK34	AMERICAN WAT	DRN	201,60	201,60	201,60	201,60	201,60	4,02+	100,00	-	1	5
AIYX34	ALTERYX INC	DRN	-	-	-	-	-	-	15,00	22,18	-	-
AIZN34	ASTRAZENECA	DRN	52,30	50,99	52,98	52,47	52,42	0,22+	49,03	52,42	30	10.485
AZMC34	AMC ENTERT H	DRN	7,73	7,66	8,36	8,15	8,24	10,75+	8,24	8,45	85	34.787
AZMR34	AMYRIS INC	DRN	18,98	18,25	19,28	19,11	19,22	4,96+	18,25	-	8	914
AZRE34	ARES MANAGEM	DRN	40,52	40,52	40,55	40,53	40,55	0,72+	-	-	28	121
AZTZ34	AZENTA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	60,00	-	-	-
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	73,18	72,81	73,53	73,00	72,81	0,12+	72,81	73,30	27	1.997
AALR3	ALLIAR	ON NM	19,82	19,53	19,84	19,64	19,70	=	19,66	19,70	1.091	274.200
AAPL34	APPLE	DRN	80,58	80,37	81,28	80,89	81,28	1,56+	80,99	81,28	3.013	119.737
ABBV34	ABBVIE	DRN	728,30	727,77	731,27	727,79	727,77	0,18+	727,77	731,99	67	4.666
ABCB4	ABC BRASIL	PN N2	19,83	19,21	19,84	19,38	19,21	-2,48+	19,21	19,24	4.888	1.054.400
ABEV3	AMBEV S/A	ON	15,50	15,48	15,76	15,66	15,72	1,41+	15,71	15,72	19.400	12.887.900
ABTT34	ABBOTT	DRN	139,37	139,10	140,36	139,66	140,15	1,02+	128,18	166,67	103	381
ABUD34	AB INBEV	DRN	42,80	42,80	42,80	42,80	42,80	1,08+	40,05	45,75	1	2
ACNB34	ACCENTURE	DRN	1.493,39	1.492,93	1.493,39	1.493,16	1.492,93	0,39+	-	-	2	2
ACWI11	TREND ACWI	CI	9,16	9,16	9,26	9,22	9,23	0,54+	9,22	9,25	39	93.174
ADBE34	ADOBE INC	DRN	40,68	40,33	40,82	40,74	40,82	2,87+	40,35	40,82	159	11.604
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN ED	624,00	624,00	624,00	624,00	624,00	-1,89+	332,00	-	1	34
AERI3	AERIS	ON NM	2,56	2,47	2,63	2,53	2,49	-1,58+	2,49	2,50	5.859	4.557.300
AESB3	AES BRASIL	ON NM	9,91	9,81	9,98	9,85	9,81	-0,40+	9,80	9,82	4.936	1.953.200
AFLT3	AFLUENTE U	ON	10,44	10,39	10,50	10,43	10,50	3,24+	9,75	10,44	9	4.000
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI	50,13	50,11	50,31	50,18	50,14	0,82+	49,04	51,58	11	71
AGRO3	BRASILACRO	ON NM	28,89	28,83	29,59	29,31	29,54	2,92+	29,40	29,54	3.070	592.600
AGXY3	AGROGALAXY	ON NM	7,18	6,86	7,18	7,01	7,00	-1,96+	7,00	7,17	600	107.500
AHEB3	SPTURIS	ON	-	-	-	-	-	-	30,00	-	-	-
AHEB5	SPTURIS	PNA	-	-	-	-	-	-	27,50	-	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB	-	-	-	-	-	-	15,00	33,00	-	-
AIRB34	AIRBNB	DRN	31,09	31,09	31,98	31,58	31,66	2,62+	31,66	32,00	62	7.767
ALLD3	ALLIED	ON NM	8,73	8,73	8,98	8,82	8,77	0,45+	8,77	8,85	606	107.400
ALPA3	ALPARGATAS	ON NI	18,39	18,20	18,99	18,63	18,99	6,68+	17,50	18,99	54	10.200
ALPA4	ALPARGATAS	PN NI	20,85	20,85	22,17	21,73	21,97	6,28+	21,95	21,97	14.242	2.760.300
ALPK3	ESTAPAR	ON NM	2,34	2,28	2,42	2,33	2,40	3,89+	2,36	2,40	436	191.700
ALSO3	ALIANSCONAE	ON NM	18,27	18,24	18,94	18,71	18,84	3,80+	18,83	18,85	10.481	3.657.300
ALUG11	INVESTO ALUG	CI	37,85	37,85	38,77	38,60	38,50	-0,05+	38,13	38,50	48	10.245
ALUP1	ALUPAR	UNT N2	28,55	28,33	28,63	28,49	28,49	0,14+	28,49	28,53	2.364	403.000
ALUP3	ALUPAR	ON N2	9,41	9,34	9,65	9,46	9,62	2,34+	9,31	9,63	48	6.900
ALUP4	ALUPAR	PN N2	9,64	9,45	9,64	9,52	9,51	-1,34+	9,50	9,60	56	77.000
AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	2,47	2,44	2,56	2,52	2,56	0,34+	2,55	2,56	3.362	4.903.300
AMBP3	AMBIPAR	ON NM	27,92	27,79	28,70	28,14	28,13	1,58+	28,12	28,13	3.574	693.200
AMER3	AMERICANAS	ON NM	15,51	15,27	16,70	16,19	16,56	9,30+	16,55	16,56	38.196	27.401.200
AMCN34	AMCEN	DRN	45,87	45,51	45,99	45,62	45,57	0,35+	39,00	50,36	127	2.133
AMZO34	AMAZON	DRN	34,25	33,91	35,33	34,19	34,43	1,32+	34,27	34,43	1.759	3.49.177
ANIM3	ANIMA	ON NM	5,22	5,19	5,62	5,47	5,51	6,16+	5,50	5,51	6.815	2.871.600
APER3	ALPER S.A.	ON NM	28,70	28,70	29,50	29,08	29,05	2,50+	28,90	29,33	44	7.500
APT13	ALPERTI	ON	-	-	-	-	-	-	3.000,00	-	-	-
APT14	ALPERTI	PN	-	-	-	-	-	-	3.000,00	-	-	-
APTIV34	APTIV PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	115,00	-	-	-
ARML3	ARMAC	ON NM	16,61	16,50	17,33	16,94	16,79	1,08+	16,77	16,83	1.447	224.300
ARMT34	ARCELOR	DRN	59,14	59,14	60,34	60,07	60,34	3,03+	59,82	60,34	9	61
ARNC34	HOWMET AERO	DRN	-	-	-	-	-	-	68,00	-	-	-
ARZZ3	AREZZO CO	ON NM	93,31	92,50	94,38	93,19	93,15	0,97+	93,15	93,17	4.092	700.400
ASAI3	ASSAI	ON NM	19,18	18,77	19,33	18,90	18,85	-1,30+	18,84	18,85	21.814	8.715.400
ASIA11	TREND ASIA	CI	7,42	7,30	7,42	7,34	7,32	0,41+	7,32	7,33	20	20.077
ASML34	ASML HOLD	DRN	-	-	-	-	-	-	2.250,00	2.701,00	-	-
ATOM3	ATOMPAP	ON	2,58	2,58	2,83	2,69	2,66	3,10+	2,62	2,67	156	56.400
ATTB34	ATT INC	DRN	29,20	29,07	29,31	29,22	29,12	0,51+	29,12	29,23	181	6.606
ATIV34	ACTIVISION	DRN	400,00	400,00	405,76	403,65	404,16	4,48+	399,98	404,16	15	163
AURA3	AURA 360	DR3	31,35	31,32	32,68	32,00	32,65	4,11+	32,65	32,67	7.496	115.932
AURE3	AUREN	ON NM	14,70	14,26	14,70	14,48	14,45	-1,02+	14,45	14,47	7.295	2.426.000
AVGO34	BROADCOM INC	DRN	76,74	76,72	77,40	77,08	77,07	1,83+	76,50	77,07	123	2.040
AVLL3	ALPHAVILLE	ON NM	19,30	19,29	19,30	19,29	19,29	-1,07+	18,50	19,30	2	3.500
AXPB34	AMERICAN EXP	DRN	79,84	79,84	81,68	80,84	81,68	2,74+	79,80	81,68	136	1.319
AZEV3	AZEVEDO	ON	2,80	2,69	2,82	2,73	2,69	-3,58+	2,69	2,73	214	158.100
AZEV4	AZEVEDO	PN	2,31	2,24	2,31	2,26	2,29	-1,77+	2,25	2,29	181	123.200
AZOI34	AUTOZONE INC	DRN	-	-	-	-	-	-	271,00	580,94	-	-
AZUL4	AZUL	PN N2	16,44	16,39	17,60	17,12	17,52	7,35+	17,51	17,52	18.338	8.927.400
BIAM34	BROOKFIELD A	DRN ED	65,00	64,23	65,00	64,72	64,39	4,59+	62,00	-	4	14
BIAX34	BAXTER INTER	DRN ED	153,7									

Pregão

Continuação

Código	Empresa/Ação	Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas				Negócios Realizados			
								Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade				
BRKM6	BRASKEM	PNB	NI	-	-	-	-	21,05	24,00	-	-	-	-	-	-
BRML3	BR MALLS PAR	ON	NM	8,73	8,73	9,00	8,93	8,94	8,96	23.466	19.041.500	-	-	-	-
BRPR3	BR PROPERT	ON	NM	8,31	8,26	8,38	8,32	8,36	8,36	4.037	1.216.100	-	-	-	-
BRSR3	BANRISUL	ON	NI	12,67	12,64	12,99	12,78	12,78	12,80	66	7.300	-	-	-	-
BRSR5	BANRISUL	PNA	NI	17,60	16,60	17,60	17,30	15,55	15,95	5	600	-	-	-	-
BSR6	BANRISUL	PNB	NI	11,44	11,44	11,77	11,66	11,71	2,99+	11,69	11,71	4.604	1.812.800	-	-
BSDV39	GX SUPERDVID	DRE	ED	22,94	22,92	22,94	22,93	22,92	1,23+	-	-	4	4	-	-
BSHV39	BKR SHORT TR	DRE	ED	-	-	-	-	56,54	-	-	-	-	-	-	-
BSHY39	BKR 1 3 YRTR	DRE	ED	60,16	53,49	60,16	56,82	53,49	1,34+	52,65	60,17	2	4	-	-
BSIL39	GX SILVER MN	DRE	-	25,35	25,35	25,53	25,42	25,53	2,53+	-	-	5	5	-	-
BSIZ39	MSCIUSASIZF	ON	-	-	-	-	-	27,88	43,00	-	-	-	-	-	-
BSLI3	BRB BANCO	DRE	-	20,79	20,00	20,80	20,66	20,00	-3,84+	20,00	20,77	6	600	-	-
BSLI4	BRB BANCO	PN	-	14,60	14,42	17,00	15,86	16,80	16,02+	15,18	16,75	66	10.400	-	-
BSLV39	BKR13YR TRST	DRE	-	29,65	29,59	29,88	29,86	29,75	0,33+	29,66	29,76	16	25.766	-	-
BSOC39	GX SOCIAL MD	DRE	-	21,10	21,08	21,10	21,09	21,08	1,83+	20,08	23,30	4	4	-	-
BSOX39	BKR MS WLD	DRE	-	48,25	48,25	48,70	48,41	48,70	2,35+	-	-	2	106	-	-
BSTP39	PMCO ITS YRT	DRE	ED	-	-	-	-	51,61	-	-	-	-	-	-	-
BSU39	MSCIUSASIZF	DRE	-	45,40	45,40	45,40	45,40	45,40	3,89+	44,22	-	1	2.100	-	-
BTEK1	INVESTO BTEK	CI	-	71,71	71,07	71,71	71,71	71,50	-0,34+	-	71,50	4	239	-	-
BLT139	BKR 20YR TRS	DRE	ED	37,50	37,50	37,50	37,50	37,50	-0,87+	37,00	37,20	1	2	-	-
BURA39	GX URANIUM	DRE	-	41,80	40,86	42,00	41,29	41,13	-0,45+	40,95	42,70	20	1.638	-	-
BURT39	BKR MS WLD	DRE	-	-	-	-	-	-	-	47,00	-	-	-	-	-
BUSA39	BKR MS USA S	DRE	-	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-	-	-	-
BUSM39	MSCI US MVOL	DRE	-	47,49	47,46	47,49	47,46	47,46	0,23+	47,32	47,46	4	141.930	-	-
BUSR39	CORE US REIT	DRE	-	48,30	48,30	48,68	48,44	48,45	0,31+	48,30	49,00	4	233	-	-
BVLV39	MSCIUSALUEF	DRE	-	48,63	48,63	48,65	48,64	48,65	0,62+	48,64	48,74	5	2.321	-	-
BXTC39	EXPON TECHNL	DRE	-	43,38	43,38	43,74	43,56	43,74	3,64+	36,38	57,57	3	28	-	-
CIAB34	CABLE ONE IN	DRN	-	-	-	-	-	27,97	-	-	-	-	-	-	-
CIBL34	CHUBB LTD	DRN	-	-	-	-	-	125,00	-	-	-	-	-	-	-
CIBO34	CBOE GLOBAL	DRN	ED	317,76	317,76	317,76	317,76	317,76	-0,50+	-	-	1	18	-	-
CIBR34	CBRE GROUP I	DRN	-	404,13	404,13	404,13	404,13	404,13	-	-	-	1	1	-	-
CIBS34	PARAMOUNT GL	DRN	-	119,52	119,52	121,68	120,43	121,68	3,68+	100,00	210,00	2	78	-	-
CICI34	CROWN CASTLE	DRN	-	-	-	-	-	159,15	226,43	-	-	-	-	-	-
CICL34	CARNIVAL COR	DRN	-	53,23	53,23	54,00	53,63	53,47	2,35+	53,47	55,00	24	23.575	-	-
CIDW34	CDW CORP	DRN	-	-	-	-	-	42,15	-	-	-	-	-	-	-
CIFC34	CITIZENS FIN	DRN	-	-	-	-	-	120,00	-	-	-	-	-	-	-
CIFG34	CF INDUSTRIE	DRN	-	537,86	535,00	537,86	537,37	536,76	-4,19+	234,00	-	5	38	-	-
CIGP34	COSTAR GROUP	DRN	-	4,06	4,03	4,07	4,05	4,05	-1,69+	2,85	4,44	12	123.367	-	-
CIHR34	CH ROBINSON	DRN	ED	-	-	-	-	135,00	-	-	-	-	-	-	-
CIIC34	CIGNA CORP	DRN	ED	376,00	376,00	376,70	376,16	376,70	3,45+	-	350,00	6	56	-	-
CIMG34	CHIPOTLE MEX	DRN	-	448,20	448,20	448,20	448,20	448,20	4,75+	210,00	-	1	1	-	-
CIM334	CMS ENERGY C	DRN	-	179,46	179,46	179,46	179,46	179,46	0,85+	68,00	-	1	2	-	-
CINP34	CENTERPOINT	DRN	-	-	-	-	-	80,00	199,89	-	-	-	-	-	-
CIN334	CELANESE COR	DRN	-	298,16	297,73	298,17	298,10	297,73	2,16+	226,31	-	7	7	-	-
CIOG34	COTERRA ENER	DRN	-	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	-5,01+	75,00	-	1	2	-	-
CIOO34	COOPER COMPA	DRN	-	-	-	-	-	68,00	-	-	-	-	-	-	-
CIOU34	COUPA SOFTWA	DRN	-	12,04	11,88	12,04	11,90	12,00	1,26+	9,95	13,23	3	58	-	-
CIRR34	CARRIER GLOB	DRN	-	-	-	-	-	-	-	78,64	-	-	-	-	-
CISU34	CREDIT SUISS	DRN	-	13,97	13,91	14,11	13,91	13,91	2,35+	13,91	13,99	5	3.833	-	-
CITA34	CINTAS CORP	DRN	-	-	-	-	-	209,00	-	-	-	-	-	-	-
CITV34	CORTEVA INC	DRN	-	-	-	-	-	63,33	-	-	-	-	-	-	-
CITX34	CITRIX SYSTE	DRN	-	-	-	-	-	123,00	-	-	-	-	-	-	-
CZHP34	CHARGEPOINTH	DRN	-	-	-	-	-	19,81	-	-	-	-	-	-	-
CZOI34	COMBASEGLOB	DRN	-	16,00	15,60	16,70	16,38	16,51	9,33+	16,51	17,00	116	27.362	-	-
CZPR34	COUSINS PROP	DRN	-	-	-	-	-	30,00	-	-	-	-	-	-	-
CZPT34	CAMDEN PROP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	50,75	-	-	-	-	-
CZRS34	CRISPR THERA	DRN	-	-	-	-	-	33,39	-	-	-	-	-	-	-
CZRW34	CROWDSTRIKE	DRN	-	-	-	-	-	43,00	54,60	-	-	-	-	-	-
CAL3	CONST A LIND	ON	-	10,98	10,50	10,99	10,82	10,50	-2,68+	6,80	10,80	3	300	-	-
CAMB3	CAMBUCI	ON	-	5,17	5,11	5,25	5,18	5,20	1,16+	5,12	5,20	67	26.000	-	-
CAML3	CAMIL	ON	ED	9,99	9,77	10,00	9,87	9,95	0,20+	9,88	9,95	4.159	1.259.100	-	-
CAON34	CAPITAL ONE	DRN	-	278,32	278,32	278,32	278,32	278,32	2,97+	201,00	-	1	3	-	-
CARD3	CSU CARDYST	ON	NM	14,78	14,62	15,14	14,85	14,98	1,62+	14,82	14,98	1.067	162.100	-	-
CASH3	MELIUS	ON	NM	1,30	1,28	1,33	1,30	1,31	2,34+	1,31	1,32	6.976	26.808.500	-	-
CASN3	CASAN	ON	-	-	-	-	-	12,81	16,00	-	-	-	-	-	-
CATP34	CATERPILLAR	DRN	-	60,07	60,07	61,08	60,60	60,77	1,48+	60,77	61,50	17	827	-	-
CBAY3	CBA	ON	NM	14,06	14,05	14,94	14,54	14,58	5,88+	14,58	14,60	18.472	6.754.300	-	-
CBEE3	AMPLA ENERG	ON	-	-	-	-	-	11,01	30,00	-	-	-	-	-	-
CCRO3	CCR SA	ON	NM	14,20	14,14	14,56	14,41	14,40	2,05+	14,40	14,41	15.969	6.846.500	-	-
CEAB3	CEA MODAS	ON	NM	3,52	3,52	3,62	3,57	3,60	4,34+	3,59	3,60	6.034	3.059.400	-	-
CEBR3	CEB	ON	-	12,40	12,40	12,40	12,39	12,40	0,73+	12,30	12,39	10	2.900	-	-
CEBR5	CEB	PNA	-	10,10	9,95	10,10	9,94	9,96	0,10+	9,96	10,05	22	8.500	-	-
CEBR6	CEB	PNB	-	11,35	11,06	11,35	11,19	11,29	2,07+	11,05	11,29	68	20.900	-	-
CEDO3	CEDRO	ON	NI	-	-	-	-	6,00	6,39	-	-	-	-	-	-
CEDO4	CEDRO	PN	NI	4,26	4,26	4,45	4,35	4,39	-1,34+	4,27	4,39	16	3.400	-	-
CEEB3	COELBA	ON	-	38,60	38,60	38,60	38,56	38,60	0,25+	38,40	39,00	4	500	-	-
CEEB5	COELBA	PNA	-	-	-	-	-	35,42	40,00	-	-	-	-	-	-
CEED3	CEEE-D	ON	-	-	-	-	-	36,88	47,86	-	-	-	-	-	-
CEED4	CEEE-D	PN	-	-	-	-	-	40,00	65,80	-	-	-	-	-	-
CEGR3	CEG	ON	-	-	-	-	-	30,00	89,00	-	-	-	-	-	-
CEPE3	CELPE	ON	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-	-	-	-	-
CEPE5	CELPE	PNA	-	40,11	40,11	40,11	40,11	40,11	-	40,11	41,70	3	600	-	-
CEPE6	CELPE	PNB	-	-	-	-	-	40,11	46,22	-	-	-	-	-	-
CGAS3	COMGAS	ON	-	-	-	-	-	117,77	142,00	-	-	-	-	-	-

Indicadores Econômicos

Dólar

		12/09/2022	09/09/2022	08/09/2022
COMERCIAL*	COMPRA	R\$ 5,0960	R\$ 5,1470	R\$ 5,2060
	VENDA	R\$ 5,0970	R\$ 5,1480	R\$ 5,2060
PTAX (BC)	COMPRA	R\$ 5,1177	R\$ 5,1627	R\$ 5,2149
	VENDA	R\$ 5,1183	R\$ 5,1633	R\$ 5,2155
TURISMO*	COMPRA	R\$ 5,1900	R\$ 5,2500	R\$ 5,3100
	VENDA	R\$ 5,3070	R\$ 5,3580	R\$ 5,4140

Fonte: BC

Ouro

	12/09/2022	09/09/2022	08/09/2022
Nova lorque (onça-troy)	US\$ 1.725,13	US\$ 1.717,32	US\$ 1.708,85
BM&F-SP (g)	R\$ 285,26	R\$ 284,91	R\$ 286,06

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Setembro	0,44	6,25
Outubro	0,49	6,25
Novembro	0,59	7,75
Dezembro	0,77	9,25
Janeiro	0,73	9,25
Fevereiro	0,76	10,75
Março	0,93	11,75
Abril	0,83	11,75
Maio	1,03	12,75
Junho	1,02	13,25
Julho	1,03	13,25
Agosto	1,17	13,75

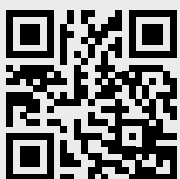
Reservas Internacionais

09/09:..... US\$ 338.211 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R\$)
Até 1.903,98	Isento	Isento
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36



Prêmio Jovem Destaque 2022

O Órbi Conecta (avenida Antônio Carlos, 681, Lagoinha), um dos principais *hubs* de inovação de Minas Gerais, recebe o evento do Prêmio Jovem Destaque 2022, promovido pelo Conselho Jovem da Associação Comercial de Minas (ACMinas Jovem), hoje, das 18 às 20h. Com o tema “Reinvenção nos Negócios”, o encontro, que marca a abertura do Edital de inscrição para o prêmio, busca possibilitar que empreendedores se inspirem com palestrantes com ideias inovadoras e também gerar valiosas conexões entre os presentes. Sucesso em sua primeira edição, o Prêmio Jovem Destaque 2019 tem com o objetivo inspirar uma nova geração de empreendedores a pensar globalmente, mas sempre dando visibilidade aos negócios locais. O Brasil hoje conta com mais de 22 milhões de empreendedores, sendo que mais de 50% deles possuem menos de 35 anos, o que nos leva a uma média de idade próxima dos 36 anos.

“65 Anos de Estrada”

A Série BH Instrumental apresenta o show do baterista Robertinho Silva no Teatro do Centro Cultural Unimed-BH Minas, amanhã, às 19h30. O show celebra o importante marco da carreira do percussionista e baterista Robertinho Silva, com o show “65 Anos de Estrada”. Os ingressos são gratuitos e podem ser retirados na bilheteria do teatro ou pelo *site* Eventim no dia do espetáculo. Aos 81 anos, Robertinho começou a tocar bateria ainda criança e é autodidata. Suas influências são o samba e a bossa nova. Ele é um artista que esteve em todos os principais momentos e movimentos musicais do país e é considerado um dos principais formatadores da linguagem da bateria dentro da música brasileira. Carreira extensa, além das gravações em estúdio, destacam-se performances ao vivo de Robertinho com nomes como Milton Nascimento, Herbie Hancock, João Donato, Tom Jobim, Wayne Shorter, Pat Metheny, Paul Horn, George Duke, Egberto Gismonti, Airto Moreira, Flora Purim, Raul de Souza, Dori Caymmi, Cal Tjader, Sarah Vaughan, Gilberto Gil, João Bosco, Toninho Horta, Gal Costa, Nana Caymmi e Chico Buarque.



PAULO LACERDA

Ouro Preto vira palco do Festival de Ópera

Os turistas e moradores de Ouro Preto irão ganhar um presente especial nos próximos dois meses. Entre os dias 17 de setembro e 9 de outubro acontece o Festival de Ópera de Ouro Preto, trazendo grandes montagens em sua programação. As apresentações vão ocorrer na Casa da Ópera (rua Brigadeiro Musqueira, 104), um dos teatros mais antigos do Brasil.

Durante o festival, apresentado pelo Instituto Cultural Vale através da Lei Federal de Incentivo à Cultura, o público poderá assistir aos clássicos da ópera mundial, como “A Flauta Mágica” (foto), “O Basculho de Chaminé”, “O Caixeiro da Taverna” e o “O Pequeno Teatro do Mundo”. Os ingressos têm preços simbólicos, entre R\$ 5 e R\$ 10.

“O Caixeiro da Taverna” é uma obra do compositor brasileiro Guilherme Bernstein. Nessa comédia, o português Manoel é o gerente de uma taverna que pertence à viúva Angélica. Manoel está cansado de ser apenas um serviçal e acredita que tem potencial para ser sócio de Angélica, que também o quer como marido. Porém, Manoel já é casado em segredo com a jovem costureira Deolinda. O amigo de Manoel, Francisco, também está interessado em Angélica, mas ela não tem olhos para ele. Esses elementos são

um prato cheio para mentiras, confusões, mal-entendidos e um final inusitado.

“O Basculho de Chaminé”, de Marcos Portugal, estreou em 1794, em Veneza, na Itália, com o título de “Lo spazzacamino príncipe”. O Barão de Monte Albor desconfia da fidelidade de Flora e da lealdade de seus

Composta pelo brasileiro Guilherme Bernstein, a comédia “O Caixeiro da Taverna” narra a saga do português Manoel, gerente de uma taverna pertencente a uma viúva, que quer ser sócio

criados. Para tirar a prova, o Barão trama com Pieroto, o limpador de chaminés, uma troca de identidades. Pieroto, por sua vez, se aproveita da situação para usufruir das regalias da vida do Barão, criando assim inúmeras situações cômicas.

Já em “A Flauta Mágica”, de W. A. Mozart, o Príncipe Tamino é atacado por uma enorme serpente, chegando a um reino misterioso dominado pela Rainha da Noite. Esta lhe pede que ele liberte sua filha Pamina, raptada por Sarastro, chefe da Ordem de

Ísis, e lhe dá uma flauta mágica para o ajudar. Apaixonado por Pamina, o príncipe parte em sua busca, acompanhado por Papageno. Ao longo da jornada, Tamino percebe que Sarastro não é o suposto vilão, mas um sábio sacerdote que trabalha em nome da justiça. Sarastro propõe que Tamino seja consagrado à Ordem de Ísis. Ele passa, então, por várias provações para comprovar sua virtude. Em meio às confusões de Papageno, e com o auxílio de sua flauta mágica, Tamino alcança, finalmente, a consagração. Eles derrotam a Rainha, e Tamino se casa com Pamina.

A Flauta Mágica abre o festival no próximo sábado, às 19h, com a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais e o Coral Lírico de Minas Gerais.

O festival tem apresentação do Instituto Cultural Vale, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. O patrocínio é da Usiminas. A parceria é com a Fundação Clóvis Salgado. O apoio é da Prefeitura de Ouro Preto, Academia Orquestra de Ouro Preto e Teatro Municipal Casa da Ópera. A realização é do Ministério do Turismo, Secretaria Especial da Cultura e Vlaanderen Produções Culturais. A correção e gestão de recursos captados é da APPA – Arte e Cultura.

Duo de violino e piano

O Duo AM apresenta recital na série de Concertos Gerda hoje, às 20h30. Formado pelos brasileiros violinista Alejandro Aldana e o pianista Fabio Martino que concluíram seus estudos de música na Alemanha. No repertório do concerto as obras de Francisco Mignone, Gabriel Fauré e Mozart Camargo Guarnieri. Os ingressos podem ser adquiridos na bilheteria do Teatro ou no *site* Eventim, e custam R\$ 20 (inteira) e R\$ 10 (meia). Fundado em 2021, o DUO AM gravou o CD “Déjà-vu” com obras de Fauré, Mignone e Franck para o selo Tico Classics e um álbum inédito com as sonatas de Alberto Williams para o selo Naxos. Além disso, são vencedores do Prêmio LAB de São Paulo pelo projeto em comemoração à Semana de Arte Moderna chamado “Futuristas XXII – um caleidoscópio musical”, espetáculo que abrange a música em contraponto com as artes plásticas e cênicas.

Visualidade urbana

“Colóquio sobre as coisas anônimas” é o título da exposição de Carol Peso que ocupa a Galeria do Minas II a partir de hoje e até 13 de outubro. A mostra apresenta 16 pinturas em tinta acrílica sobre tela, em diferentes dimensões que vão desde 100cm x 155cm, até pequenos formatos de 20 x 20cm. Contemplada no edital da Galeria do Minas II, a artista diz que interessa “particularmente entender a cidade como um suporte de memórias e um lugar de formação de hábitos visuais”. Sendo assim, o que será visto no espaço expositivo são “elementos mais banais e corriqueiros, que impregnem o nosso cotidiano e por vezes nos passam despercebidos”, observa a artista. A Galeria de Arte do Minas II fica na avenida dos Bandeirantes, 2.323, na Serra, e fica aberta de segunda a sexta-feira, das 6h às 22h; aos sábados, das 6h às 20h; e aos domingos e feriados, das 6h às 19h. As pinturas que compõem a mostra “Colóquio sobre as coisas anônimas” são fruto da pesquisa de Carol Peso sobre visualidade urbana.

Projeto Foto em Pauta

Na próxima quinta-feira, às 19 horas, o Projeto Foto em Pauta recebe a fotógrafa gaúcha Tuane Eggers, que vai conversar sobre sua trajetória na fotografia com o curador Eugênio Sávio no Memorial Vale. A entrada é gratuita com retirada de ingressos uma hora antes do início, sendo no máximo um par de ingressos por pessoa. Os lugares são limitados e haverá tradução em Libras. O Memorial Vale, um dos espaços culturais do Instituto Cultural Vale, fica na Praça da Liberdade. Tuane Eggers é doutoranda em poéticas visuais pela UFRGS, mestra em poéticas visuais pela mesma instituição (2021) e jornalista pela Univates (2015). Seu trabalho em artes visuais é focado na fotografia, com temáticas relacionadas aos fluxos e à impermanência da vida. Possui cinco publicações independentes em fotolivros e seu trabalho já foi exposto em diversos países, como Japão, Alemanha e Rússia.

Jogo exalta o patrimônio histórico de BH

O projeto “Memorize: Um tanto do Patrimônio Arquitetônico da Nossa Terra”, é um jogo da memória e quebra-cabeça”, produzido para exaltar o patrimônio histórico da capital mineira. Pensado estrategicamente para a valorização da memória, cultura e educação. O projeto é apoiado pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte (LMIC/2021) Edital “Multilinguagens 2021”.

Júlia Machado, gestora do Memorize, conta que a ideia do jogo surgiu da vontade de familiares do campo da cultura, arte e educação, em formular um projeto que valorizasse e reconhecesse o antigo, as tradições, memória e a história. “Queríamos falar sobre a memória pessoal, mas também sobre a memória coletiva, nosso patrimônio e a importância que há em compreender o presente através do olhar voltado para o passado”, afirma a gestora.

O jogo de memória tem o objetivo de trazer à luz a história, a

da terceira idade e das tradições. Os monumentos escolhidos para este são seis edifícios tombados, representantes do Patrimônio Cultural e histórico de Belo Horizonte, que tiveram grande importância no desenvolvimento da capital. São eles: Casa da Fazenda do Leitão (atual Museu Histórico Abílio Barreto), Catedral Nossa Senhora da Boa Viagem, Instituto de Educação, Edifício da Estação Central, Cine Theatro Brasil e Biblioteca Pública Luiz de Bessa.

Já o quebra-cabeça que contém mais seis monumentos de Belo Horizonte: Conjunto Moderno da Pampulha (Iate Golfe Clube, Casa Juscelino Kubitschek, Igreja de São Francisco de Assis, Museu de Arte da Pampulha, Casa do Baile (atual Centro de Referência de Urbanismo, Arquitetura e Design de Belo Horizonte) e Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão) que não faz parte do Conjunto mas, por sua proximidade à Lagoa e também pela importância no

desenvolvimento da capital, foi incluído na representação e pesquisa do jogo.

A escolha dos 12 edifícios representados no Memorize, se deu através de conversas entre a equipe, que optaram por tomar a história de vida de Heloisa Machado Trindade a proponente do projeto, que nasceu na capital mineira na década de 40. Amante de arte e arquitetura, formada em Belas Artes pela UFMG, trabalha com artesanato, arte decorativa e consultoria na área artesanal, desde sua formação acadêmica. Tantas boas memórias e amor por Belo Horizonte faz com essa viagem no tempo seja uma grande visita às boas lembranças nestes locais através do material disponibilizado pelo “Memorize: Um tanto do Patrimônio Arquitetônico da Nossa Terra”.

O material do “Memorize: Um tanto do Patrimônio Arquitetônico da Nossa Terra” foi distribuído para 24 lares de permanência

de idosos de Belo Horizonte. A coordenadora do Asilo Nossa Senhora da Piedade - Lar da Vovó, Daniela Marchesotti, afirma que “receber os jogos na instituição foi de grande alegria para as idosas do lar”.

Além do jogo físico, que contém manual de instrução e 24 peças no total (quebra-cabeça e memória), com formato amplo e bem visível (pensado para o público de terceira idade), o jogo conta também (medida de acessibilidade) com um material de áudio descritivo, que conta mais sobre a história dos monumentos escolhidos e contém informações narradas sobre como jogar, podendo ser utilizado nas ILP’s de Belo Horizonte, por profissionais da área da saúde, que acompanham os idosos em seu desenvolvimento.

No fim deste mês, como contrapartida social, o jogo estará disponível para *download*, podendo ser usado por qualquer cidadão interessado.